



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CAIO CEZAR CUNHA

**TERRITÓRIO E CIÊNCIA POPULAR COMO
PRESSUPOSTOS PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

Londrina
2022

CAIO CEZAR CUNHA

**TERRITÓRIO E CIÊNCIA POPULAR COMO
PRESSUPOSTOS PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientador(a): Prof.^a Dr^a. Ideni Terezinha Antonello

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C972t	Cunha, Caio Cezar. Território e ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas públicas sociais / Caio Cezar Cunha. - Londrina, 2022. 194 f.
	Orientador: Ideni Terezinha Antonello. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022. Inclui bibliografia.
	1. Assistência Social - Tese. 2. Práxis Territorial - Tese. 3. Cartografia Social - Tese. 4. Conhecimento Popular - Tese. I. Terezinha Antonello, Ideni. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

CAIO CEZAR CUNHA

**TERRITÓRIO E CIÊNCIA POPULAR COMO
PRESSUPOSTOS PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Márcia da Silva
Departamento de Geografia - UNICENTRO

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Prof^a. Dr^a. Sandra Cordeiro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Jeani Delgado Paschoal Moura
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 20 de junho de 2022.

Dedico essa pesquisa a Dirce Koga.

“Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.”

Manoel de Barros

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que cruzaram meu caminho nesses quatro anos e que, de alguma forma, ajudaram a essa pesquisa se materializar. Agradeço em especial:

À minha companheira e esposa Lucélia e nossa pequena Ísis, que me incentivavam diariamente.

Aos meu pais, que sempre incentivaram a minha carreira acadêmica.

À Prof^a. Ideni Antonello pelo cuidado, atenção e autonomia em toda sua orientação.

À querida Prof.^a Dirce Koga, componente da banca de qualificação, por todo amor e dedicação que sempre me orientou (*in memoriam*).

Ao Prof^o. Marcos Saquet, componente da banca, pelas aulas, obras e sugestões que fizeram a diferença.

Às Prof^a. Jeani e Sandra, componentes da banca, pelas sugestões e direcionamentos valiosos.

A todos profissionais da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Londrina, que me ensinaram, fizeram parte da minha trajetória e facilitaram muitos caminhos presentes na pesquisa. À Samia, Nivia e Marilda.

E a todas as amizades que confortam em tempos tão sombrios para ciência brasileira!

Obrigado!

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

CUNHA, Caio Cezar. **Território e ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas públicas sociais.** 2022. 193 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

As políticas públicas sociais no Brasil tiveram grande avanço após a Constituição Federal de 1988. O uso de novas tecnologias cartográficas incorporadas a métodos interdisciplinares, há alguns anos, tem facilitado o trabalho de compreensão das territorialidades e promovido o aprimoramento dos estudos das subjetividades. Buscamos compreender a lógica territorial das populações atendidas pela Política de Assistência Social de Londrina e se os levantamentos pautados nos pressupostos da ciência popular com metodologias qualitativas de cartografia social podem proporcionar o protagonismo da população, bem como subsidiar tomadas de decisão aos órgãos responsáveis. Para aplicabilidade em nosso contexto, adaptamos a metodologia apresentada por Bomfim (2010) com o intuito de viabilizar, por meio das técnicas de investigação dos sentimentos e emoções dos indivíduos pesquisados, a produção de representações cartográficas que nos possibilite visualizar espacialmente as expressões de estima das pessoas em relação aos seus lugares de vida. Essas aproximações preliminares nos permitiram classificar estimas potencializadoras ou despotencializadoras a modo de possibilitar o vínculo desses sentimentos com qualidade de vida e a vontade de agir das pessoas frente a situações de precariedade e risco pessoal, fornecendo elementos mais subjetivos às políticas sociais de forma a aproximar e complementar as informações que subsidiam a gestão destes territórios.

Palavras-chave: assistência social; práxis territorial; cartografia social; conhecimento popular; mapas afetivos.

CUNHA, Caio Cezar. **Território e ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas públicas sociais.** 2022. 193 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

Social policies in Brazil made great progress after the Federal Constitution of 1988. The use of new cartographic technologies incorporated into interdisciplinary methods, for some years, has facilitated the work of understanding territorialities and promoted the improvement of studies on subjectivities. We seek to understand the territorial logic of populations served by Social Assistance Policy of Londrina and whether surveys based on the assumptions of popular science with qualitative methodologies of social cartography can provide the protagonism of the population, as well as subsidize decision-making by the responsible bodies. For applicability in our context, we adapted the methodology presented by Bomfim (2010) in order to enable, through investigation techniques of the feelings and emotions of the individuals surveyed, the production of cartographic representations that allow us to spatially visualize the expressions of esteem of the people in relation to their places of life. These preliminary approaches allowed us to classify potentiating or disempowering esteem in order to link these feelings with quality of life and people's willingness to act in situations of precariousness and personal risk, providing more subjective elements to social policies in order to bring and complement the information that subsidizes the management of these territories.

Key words: social assistance; territorial praxis; social cartography; popular knowledge; affective maps.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Serviços Referenciados - CRAS	58
Figura 2 -	Fluxograma da dinâmica de trabalho na vigilância socioassistencial.....	62
Figura 3 -	A multidimensionalidade da vulnerabilidade social.	65
Figura 4 -	Organograma geral da SMAS de Londrina.	68
Figura 5 -	Reunião da proposta de readequação territorial em conjunto com os servidores.	71
Figura 6 -	Área de abrangência dos CRAS no ano de 2012	72
Figura 7 -	Área de abrangência dos CRAS no ano de 2015.	73
Figura 8 -	Estrutura centro-periferia do sistema mundial.	78
Figura 9 -	Emergência do circuito comercial do Atlântico.....	79
Figura 10 -	Mapeando o movimento da ciência.	89
Figura 11 -	Verso da atividade realizada na oficina	116
Figura 12 -	Abrangência da Assistência Social Londrina - PR (localização de Lerroville)	120
Figura 13 -	Ocupação na Rua Angelo Basso, Lerroville.	121
Figura 14 -	Horta comunitária, Rua Angelo Basso, Lerroville.....	122
Figura 15 -	Ocupação próximo à Rua Vitor Cabarinho, Lerroville.....	122
Figura 16 -	Explicação da atividade - Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.....	124
Figura 17 -	Abrangência da Assistência Social de Londrina – PR (Localização CRAS Leste)	125
Figura 18 -	Entorno Pingo D'Agua	127
Figura 19 -	Entorno Pingo D'Agua	128
Figura 20 -	Entorno Rua Zircônio	129
Figura 21 -	Entorno Rua Rosa Branca.....	130
Figura 22 -	Explicação da atividade - CRAS Leste	131
Figura 23 -	Oficina CRAS Leste	132
Figura 24 -	Mapa afetivo de Lerroville (agradabilidade).	139
Figura 25 -	Mapa afetivo de Lerroville (pertencimento).	141
Figura 26 -	Mapa afetivo de Lerroville (insegurança).....	144
Figura 27 -	Mapa afetivo de Lerroville (contraste).	146
Figura 28 -	Desenho mapas afetivos – CRAS Rural (respondente número 14)	149

Figura 29 -	Desenho mapas afetivos – CRAS Rural (respondente número 3)	150
Figura 30 -	Desenho mapas afetivos – CRAS Rural (respondente número 8)	152
Figura 31 -	Mapa afetivo - CRAS Leste (Agradabilidade).....	155
Figura 32 -	Mapa Afetivo - CRAS Leste (Pertencimento)	157
Figura 33 -	Mapa Afetivo - CRAS Leste (Insegurança).....	159
Figura 34 -	Mapa Afetivo - CRAS Leste (Contraste).....	161
Figura 35 -	Desenho mapas afetivos – CRAS Leste (respondente número 1)	163
Figura 36 -	Desenho mapas afetivos – CRAS Leste (respondente número 4)	164
Figura 37 -	Desenho mapas afetivos – CRAS Leste (respondente número 2)	165
Figura 38 -	Mapa Afetivo - Lerroville, PR (Agradabilidade e Insegurança).....	169
Figura 39 -	Mapa Afetivo - CRAS Leste (Agradabilidade e Insegurança)	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	O sistema territorial.....	28
Quadro 2 -	Pontos fundamentais para o desenvolvimento territorial e autonomia	38
Quadro 3 -	Síntese da compreensão de desenvolvimento territorial.....	39
Quadro 4 -	Identificação dos três tipos de agenda.	44
Quadro 5 -	Legislações criadas durante a ditadura militar no Brasil	49
Quadro 6 -	Comissão da Ordem Social da Assembleia Constituinte, 1988.....	50
Quadro 7 -	Capacidade de atendimento segundo número de famílias referenciadas...	58
Quadro 8 -	Algumas características fundamentais do conhecimento popular.	84
Quadro 9 -	Quadro síntese crises Boaventura.	90
Quadro 10 -	Os três efeitos principais na vida institucional.	95
Quadro 11 -	Palavras que sintetizam as tendências dos autores.	97
Quadro 12 -	Quatro regras para a técnica de restituição sistemática.	104
Quadro 13 -	Duas ideias essenciais para o pesquisador	106
Quadro 14 -	Etapas a serem desenvolvidas na atividade.	118
Quadro 15 -	Detalhamento das categorias de análise.....	119
Quadro 16 -	Ocupações do território do CRAS Leste.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Frequência e percentual das categorias de Lerroville.....	136
Tabela 2 -	Frequência e percentual das categorias do CRAS Leste.....	153
Tabela 3 -	Frequência e percentual das categorias de Lerroville.....	167
Tabela 4 -	Frequência e percentual das categorias do CRAS Leste.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF88	Constituição Federal de 1988
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DSN	Doutrina de Segurança Nacional (DSN)
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGMA	Instrumento Gerador de Mapas Afetivos
IRSAS	Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ESPAÇO E TERRITÓRIO, DO CONCEITO A PRÁXIS	18
1.1 O CONCEITO DE ESPAÇO PARA ENTENDER TERRITÓRIO	19
1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	23
1.3 PRÁXIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	33
2 POLÍTICAS PÚBLICAS: DO CONCEITO À REALIDADE SOCIOASSISTENCIAL.....	41
2.1 DO SURGIMENTO A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	46
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	59
2.4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA ...	67
3 O DEBATE SOBRE O CONHECIMENTO	77
3.1 DESCOLONIZAÇÃO, CONHECIMENTO POPULAR E O SABER LOCAL	81
3.2 O PAPEL DA CIÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO POPULAR	88
4 CARTOGRAFIA SOCIAL: UMA FERRAMENTA PARA GESTÃO	101
4.1 A FERRAMENTA DE GEOPROCESSAMENTO NA CARTOGRAFIA SOCIAL	107
4.2 INSTRUMENTO GERADOR DE MAPAS AFETIVOS	109
4.2.1 Do Contexto e Aplicação da Metodologia	114
4.2.2 Explicação da Atividade.....	115
4.2.2.1 Aplicação no distrito de Lerroville, PR	119
4.2.2.2 Aplicação no CRAS Leste de Londrina	124
4.3 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS.....	133
4.3.1 Distrito de Lerroville	136
4.3.2 CRAS Leste	153
4.3.3 Análise Comparativa Das Atividades.....	166
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173

REFERÊNCIAS 176

ANEXOS 185

INTRODUÇÃO

O surgimento de propostas de paradigmas emergentes a respeito da construção de conhecimento por meio de práticas científicas se tornou recorrente nos últimos anos. Acreditamos na experiência múltipla e diferenciada que cada área está se apropriando para expressar suas ações por diversas práticas sociais, fundamentos teóricos e alternativas metodológicas. O desenvolvimento destes instrumentos se torna efetivo quando o meio científico passa a compreender que não é o único protagonista do saber, e que pode aprimorar suas técnicas – no que se refere à realidade dos contextos – quando inclui nos seus processos metodológicos olhares e percepções dos que vivem a trama complexa que é o território.

Na práxis territorial, defende-se como tese que o saber popular, expresso nos pressupostos da ciência popular, pode proporcionar adentrar nas singularidades territoriais reveladas pelos sujeitos que as vivenciam, transferindo o protagonismo aos atores sociais a fim de promover a emancipação e valorizar a diversidade dos territórios de vivência.

Nesse sentido, a investigação se desenvolve dando continuidade as pesquisas realizadas por nós (CUNHA, 2014; 2018)¹ com foco na Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Londrina, Paraná, com o intuito de dar prosseguimento à elaboração de metodologias e ferramentas que auxiliem as tomadas de decisão dos serviços socioassistenciais e dos demais órgãos públicos que se utilizam de informação socioterritorial.

Essas pesquisas tiveram características técnicas e foram responsáveis pelo aprimoramento ao acesso a informações socioeconômicas do município. O objetivo era o de produzir informações territoriais e garantir que a Assistência Social pudesse efetuar sua gestão pautada em dados representados cartograficamente no território e, assim, cumprir as obrigações impostas na Lei 12.435 de 2011, que inclui a Vigilância Socioassistencial como objetivo da Política de Assistência Social em todo o Brasil. Essa lei caracteriza a vigilância como uma das funções da Política de Assistência Social e tem por objetivo apoiar as atividades de planejamento, organização e execução de ações que são desenvolvidas pela gestão dos serviços, bem como realizar o monitoramento e a avaliação do fluxo de trabalho, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas.

¹ “Proposta de readequação da abrangência territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Londrina-PR” (2014); e “Vigilância Socioassistencial e Informação Geográfica no Município de Londrina-PR” (2018).

Os resultados alcançados com as pesquisas mencionadas classificaram um importante marco no processo de gestão das informações territoriais da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina e possibilitaram o acesso a informações territoriais produzidas por serviços próprios e por institutos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por elaborar uma padronização, as referidas pesquisas abriram a possibilidade de outras fontes de informação serem adicionadas a esses territórios, concretizando o início de um processo baseado nas normativas da Lei 12.435 de 2011 e na ampliação do debate metodológico de informatização, o que possibilita maior compreensão dos diversos contextos que o público da política social está inserido.

A ampliação dessa discussão levanta outros aspectos que ainda não poderíamos nos apropriar e que nos propomos a debater nessa investigação. O debate sobre a ciência popular, inserido como pressuposto de análise e interpretação das conjunturas sociais, ultrapassa a noção de gestão pautada apenas em dados quantitativos, que são relevantes, mas de certa forma limitados. Para considerar informações qualitativas na pesquisa, optamos pela Cartografia Social, cuja metodologia foi adaptada à Psicologia Ambiental e a apreensão dos afetos. Nós nos pautamos na produção de Bomfim (2010) com o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) que propõe a investigação dos sentimentos e emoções das pessoas a partir de desenhos e palavras-síntese. Essa perspectiva de estudo baseia-se na vertente histórico cultural da Psicologia Social, e nos instiga com a necessidade de superação das dicotomias entre sujeito e objeto, corpo e mente, biológico e cultural, individual e social, razão e emoção.

Ademais, a dicotomia na própria ciência geográfica demonstra a necessidade de estudos e proposições na área com o intuito de emergir novas metodologias de trabalho com as informações de contextos sociais. A adaptação da metodologia proposta por nós inclui a produção de representações cartográficas dos dados gerados por meio de atividades com o público em que o intuito é fornecer informação qualitativa espacializada – essencial para interpretar contextos sociais e efetuar a leitura territorial com maior precisão. Com isso, a tese pretende constatar se o saber popular intrínseco aos territórios de vida da população pode proporcionar adentrar as singularidades expressas pelos sujeitos, passando o protagonismo aos atores sociais a fim de promover a emancipação e a valorização da diversidade, bem como subsidiar as tomadas de decisão na elaboração e monitoramento das políticas públicas pautadas em informações qualitativas.

Sintetizando nossos objetivos, a presente investigação se desdobra nos seguintes propósitos:

- Apreender as práticas da ciência popular a fim de levantar suas características para alcançar métodos de interpretação das ações identitárias dos indivíduos para as esferas da gestão;
- Aprofundar a discussão territorial nas políticas sociais com o objetivo de compreender características mais subjetivas amparado por conceitos de ciência popular;
- Desenvolver um meio de compreensão das demandas territoriais para a gestão dos serviços da Assistência Social subsidiado por técnicas da Cartografia Social e da Psicologia Ambiental;
- Fornecer recursos para a gestão efetuar tomadas de decisão pautadas em dados mais concisos com a realidade da população.

As formas para viabilizar o presente estudo são encontradas no debate de assistentes sociais, geógrafos e antropólogos que procuram investigar mais a fundo os contextos não compreendidos por metodologias tradicionais de gestão. Para isso, nos pautamos em alguns autores que se dedicam a discussão da América Latina como Fals Borda (1978, 1981), Brandão (1984, 2006), Sousa Santos (1999, 2007, 2019), Saquet (2015, 2017, 2019) entre outros.

Nosso propósito é apresentar uma discussão da concepção territorial focalizada no desenvolvimento democrático e dialógico dos sujeitos, uma cooperação valorizando a autonomia e a identidade, reconhecendo as potencialidades da ciência popular.

Compreendemos que, para um órgão público desempenhar o papel de gestão coerente com a real demanda do território gerido, é indispensável o conhecimento próximo da população e de suas práticas. É preciso enxergar profundamente o que se passa nos espaços de vida, onde configuram os eventos reais e únicos, concretos e abstratos. As potências precisam ser levantadas, elas ressuscitam a potência local e dão subsídios para o aperfeiçoamento do local baseado no real. É dentro deste cenário que apresentaremos uma reflexão que trabalha as formas de gestão participativa e de cartografia social para alcançar uma metodologia apoiada na psicologia ambiental com intuito de traduzir as demandas locais aos órgãos gestores e, assim, poder facilitar e desenvolver planejamentos mais estratégicos e efetivos em suas ações.

A estrutura de nossa pesquisa foi pensada e realizada com o objetivo de trabalhar, primeiramente, os conceitos norteadores e, posteriormente, expor a metodologia e os resultados. Sistematizamos em quatro capítulo, sendo que cada um corresponde a um procedimento metodológico específico. No primeiro capítulo, apresentamos a discussão teórica de “Espaço e Território, do conceito a *práxis*”, que subsidiam nossa reflexão em toda a investigação e nos fornece elementos que justificam nossa atuação em campo. No segundo capítulo, explanamos sobre as políticas públicas e expomos brevemente a realidade da Assistência Social, do contexto nacional ao regional, apresentando seus objetivos, desafios e conquistas, bem como o processo de implantação da política no município de Londrina. No terceiro capítulo, apresentamos

reflexões que nos auxiliam a dar maior evidência à participação popular e valorização das vozes denominadas de ciência popular para validarmos nosso intuito de reconhecê-las e legitimar seu uso no reconhecimento dos territórios. O quarto e último capítulo foi dividido em dois momentos: no primeiro, apresentamos a discussão da cartografia social como ferramenta para gestão, juntamente com a elaboração da nossa metodologia, ao adaptar o uso do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), com intuito de criar representações temáticas dos territórios de vivência dos pesquisados para avaliar a possibilidade de utilização dessas informações como ferramentas que auxiliam as tomadas de decisão dos serviços de Assistência Social; no segundo momento, apresentamos a contextualização (trabalhos de campo) e estrutura das duas oficinas realizadas com um universo de 30 pessoas divididas em dois territórios diferentes de Londrina (CRAS Rural – Distrito de Lerroville e CRAS Leste, na área urbana). Dessa forma, analisamos os cenários que foram alcançados por meio da sistematização dos resultados das atividades considerando a categoria afetiva que Bomfim (2010) classifica como Estima, ou seja, o nível afetivo das pessoas com seus territórios, classificamos afetos potencializadores (vinculados a categorias de Agradabilidade e Pertencimento) ou despotencializadores (relacionados a categorias de Insegurança e Constrastes), além de efetuar análises individuais que cada uma das categorias pode apresentar.

Por fim, nosso desafio é repensar as políticas sociais a partir do protagonismo popular, de forma a reconhecer indicadores mais precisos que possam potencializar resultados e promover maior impacto na vida das pessoas, por isso o IGMA e a Cartografia Social tornam-se os instrumentos norteadores de nosso processo metodológico, pois subsidia a aplicação de uma análise qualitativa baseada na articulação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos à imagens criadas pelas próprias pessoas – a fim de revelar os afetos destes com o meio em que vivem. Com isso, a intenção é poder categorizar esses sentimentos com o intuito de identificar mecanismos potencializadores ou despotencializadores de ação das pessoas que envolvem características individuais que se relacionam diretamente com a perspectiva de futuro pessoal, bem como fragilidades internas e sociais.

1 ESPAÇO E TERRITÓRIO, DO CONCEITO A PRÁXIS

Para iniciar a discussão do conceito de território, é necessário em primeiro momento identificar o contexto pelo qual destina-se seu uso. Com a intenção de não provocar distinções indevidas, afirmamos que o conceito discutido comprehende sociedade e natureza como um único objeto e que está em constante mutação. Somos seres em contínua transformação e todo conhecimento estruturado com base na manifestação e construção da vivência do homem, requer, como coloca Freire (2011) consciência do inacabamento. Não há técnica nem conhecimento pronto, definitivo, nem uma verdade ou teoria que ordenam um único modo de pensar e pesquisar. Quando se adota essa abordagem, é possível aprofundar-se em debates, investigações, renovar e criar técnicas, permitindo ultrapassar a ideia de alcançar resultados meramente quantitativos ou limitados. É utilizar-se do potencial já existente no contexto estudado e adaptar as técnicas à realidade, sendo possível identificar as singularidades, potencializar e estimular a partir da vivência, o desenvolvimento local autônomo.

Adotamos concepções de território em que as abordagens da relação de poder, natureza e identidade são renovadas nas discussões de Saquet (2017), que referencia a obra de Hegel (2002) reconhecida como marco na história, que evidencia e teoriza a relação desigual entre os seres humanos, ajustando alguns aspectos da sua argumentação sobre a dialética do *senhor* e do *escravo* para a substantivação do território, compreendido por meio de uma concepção denominada (i)material, ou seja, material e imaterial concomitantemente.

Fizemos isso para tentar avançar no entendimento do território como produto e condição das relações sociais em unidade dialética num movimento amplo e simultâneo de desterritorialização e reterritorialização envolvendo, necessariamente, a relação espaço-tempo, a relação espaço-natureza e a relação área-rede. (SAQUET, 2017, p.50)

Na busca do entendimento de território como *produto e condição das relações sociais* em unidade dialética, este estudo, busca uma perspectiva de análise semelhante a pautada em trabalhos de pesquisadores como Rafesttin (1993) e Santos (2000), além das discussões atuais de Saquet (2015, 2017, 2019), entre outros.

A complexidade territorial brasileira requer uma interpretação crítica devido à grande heterogeneidade de seus cenários. É necessário o estudo da realidade com foco no local e nos seus sujeitos estruturadores para auxiliarem, segundo Saquet (2017), “a construção de processos políticos liberadores”, de contrapoderes democráticos, tentando contribuir para superar concepções não tão críticas.

O propósito é apresentar uma concepção territorial focalizada no desenvolvimento democrático e dialógico dos sujeitos, uma cooperação valorizando a autonomia e a identidade, reconhecendo as potencialidades da “ciência popular” envolvendo os sistemas econômicos, políticos e culturais que consideram os processos sociais e a relação sociedade-natureza como um único elemento. Também combater a predisposição histórica moderna de pensar o ser humano de maneira fragmentada, abstrata, ou seja, fora da sua realidade e da sociedade que o constitui. [...] o homem não é um ser abstrato, acocorado fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade (MARX, 2013, p. 151).

1.1 O CONCEITO DE ESPAÇO PARA ENTENDER TERRITÓRIO

O conceito de espaço, foi historicamente responsável pela ampliação e explicação da ciência geográfica. No período de 1970 e 1980, acontece a reelaboração da geografia humana no Brasil com a participação efetiva de Milton Santos, do qual havia muitas relações acadêmicas e científicas com pesquisadores brasileiros, bem como, de outros países, inclusive franceses, onde manteve boa parte de sua trajetória acadêmica. A professora Mônica Arroyo, segundo Saquet (2008, p.4), resume a atuação do professor Milton Santos da seguinte forma: “produzir, aperfeiçoar e renovar conceitos visando à construção de uma teoria social renovada que permita um entendimento aprofundado do mundo contemporâneo para, dessa forma, contribuir na sua transformação”. (ARROYO, 1996, p.55).

O professor Milton Santos, deixa um legado, e ao longo de sua produção intelectual já na geografia crítica, nota-se mudanças de posicionamento em relação ao estudo dos conceitos, mostrando-se um intelectual flexível que reconhece o aprimoramento do pensamento e a constante mutação que as próprias teorias assumem quando trabalha-se com ciências sociais e geografia humana.

É importante ressaltar a trajetória do professor Milton Santos, pois exemplifica de maneira prática que o aperfeiçoamento e renovação da teoria social é constante assim como a natureza e necessita da compreensão do mutável, a todo momento sendo fundamental adaptar os métodos e teorias ao contexto em que se trabalha. É neste sentido que o autor coloca o espaço como essencial, “[...] pois concentra a materialidade onde a natureza se transforma, em seu todo de forma produtiva” (SANTOS, 1994, p. 22). Ao defender que:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (SANTOS, 1994, p.24)

Nessa conceituação, Milton Santos coloca a importância da natureza e da sociedade na constituição espacial. Dessa forma, o espaço conecta o movimento de relações entre o físico e a humanidade, ou seja, objetivo e subjetivo. O espaço seria um conjunto de formas, onde a mediatização do trabalho, que produz a construção do espaço compreenderia o conjunto de objetos geográficos, naturais e sociais.

O conceito de espaço foi amplamente trabalhado por diversos autores em contextos interdisciplinares, Henri Lefebvre (2000) fala do *espaço social* e faz uma crítica a partir do conceito de “produção” e a ampliação que o mesmo sofreu após ser trabalhado em Marx e Engels. Segundo o autor, o conceito possui duas acepções, uma ampla, a outra restrita e precisa.

Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas. A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas formas diversas, mesmo se essas formas não trazem marca dos produtores e da produção. (LEFEBVRE, 2000, p. 105-106)

Segundo a análise de Lefebvre, na acepção restrita, Marx e Engels deixam de tratar o conceito de obras no sentido amplo, o conceito se refere apenas a coisas: produtos. Ao precisá-lo o conceito se aproxima da definição corrente, portanto banal, a dos economistas: Quem produz? Como? Quanto mais a concepção se precisa, menos se trata de uma questão da capacidade criadora, da invenção, da imaginação, mas somente do trabalho (LEFEBVRE, 2000, p.106).

É nesse sentido que Lefebvre (2000) contextualiza a evolução do conceito quando trabalhado pelo filósofo e economista Adam Smith. O autor destaca que tal conceito teve um imenso progresso a partir do momento em que Smith rejeita toda forma particular da atividade criadora de riqueza, para considerar o trabalho. O trabalho, ao se tornar uma abstração concreta, é possível analisar as relações de produção e aí incorporar mais três questões que fazem toda a diferença no processo de compreensão do conceito: “Como produz, por que, e para quem? ” Lefebvre faz uma análise do espaço a partir das forças produtivas revalorizando a relação “obra-produto” e “natureza-produção” e se utiliza de exemplos históricos pré-capitalistas para afirmar

o espaço como produto “a partir de uma matéria-prima, a natureza” (LEFEBVRE, 2005 p.127). O autor afirma que:

O espaço não é jamais produzido como um quilograma de açúcar ou um metro de tecido. Ele não é mais a soma de lugares e praças desses produtos: o açúcar, o trigo, o tecido, o ferro. Não. Ele se produziria como uma superestrutura? Não. Ele seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências. O espaço não tem, portanto, nada de uma “condição” a priori de instituições e do Estado que as coroa. Relação social? Sim, decerto, mas inerente às relações de propriedade (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e material. Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. (LEFEBVRE, 2005, p.127,128)

Para Lefebvre (2005), o desenvolvimento do conceito de *espaço social* amplia-se ao se introduzir no contexto do conceito de *produção*, tornando seu conteúdo essencial. Ao integrar o conceito de *produção* com outros elementos, é promovido a saída da noção de “produção-consumo” aplicado apenas às coisas, possibilitando a ampliação de sua compreensão com outros componentes como: natureza, trabalho, técnica, conhecimento, relações de propriedade, as instituições e até o próprio Estado.

Na mesma esteira que Lefebvre, Raffestin (1993) adiciona outro ponto de análise importante para introduzirmos a discussão de território, apresenta o espaço como anterior ou preexistente a qualquer ação. O espaço para Raffestin é como se fosse a matéria-prima, “local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p.144). Assim como Lefebvre se utiliza do conceito de *produção*, Raffestin trabalha o espaço como “local” de *trabalho*, onde manifesta-se as relações de *poder*. O espaço é onde se projeta o trabalho, seja energia ou informação e que por consequência dessas projeções, passa a apresentar relações marcadas pelo *poder*.

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p.144)

A manifestação das relações de poder que se revela na apropriação do espaço que o autor apresenta é a contribuição que direciona para compreender a transição do espaço ao território, para ele, o território apoia-se no espaço por processos sociais denominados de *sistemas sêmicos*. É por esses sistemas sêmicos e por códigos que se realizam as objetivações e os limites do

espaço, apresentando o exemplo da linguagem² como um dos elementos que delimitam o espaço. Mas é importante mencionar que o próprio sistema sêmico é também marcado pela infraestrutura, pela força de trabalho e pelas relações de produção (RAFFESTIN, 1993) e, neste ponto, Raffestin (1993) concorda com Lefebvre (2006), no qual o espaço geográfico assume uma posição que extrapola a característica de palco, receptor de ações ou substrato. Assim, assume uma qualidade explicada a partir da teoria do valor de Marx, em que o espaço ligado diretamente à reprodução das relações de produção assume caráter social, espacial e territorial, como estudado nas ciências sociais.

Contudo, é fundamental notar que, para Lefebvre assim como para Raffestin, o conceito de *produção, trabalho e poder* são fundamentais para definir o espaço e compreender o princípio do conceito de território e, posteriormente, o de territorialização.

O território é diferenciado do espaço por Claude Raffestin e Mercedes Bresso especialmente a partir da territorialidade cotidiana, ou seja, do conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem. [...] é possível afirmar que o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas [...]. (SAQUET, 2015, p.38)

Para qualificar nossa discussão e possibilitar a compreensão do território a partir do espaço, recorremos as ideias e análises de Saquet (2015; 2019), das quais se elencam três processos localizados na base dessa identificação: a) as relações de poder numa compreensão pluridimensional, constituindo campos econômicos, políticos e culturais; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Essas dinâmicas, a saber: relação de poder, identidades simbólico-culturais e processos de TDR são utilizados na geografia quando se trabalha com o conceito de território. Por conseguinte, Saquet (2015, p.39) levanta a seguinte questão: “é possível considerar tais elementos em estudos centrados também no conceito de espaço geográfico?” E responde:

Certamente sim, pois, além de ser uma questão ontológica, é também uma questão epistemológica e de método: podemos ter diferentes compreensões de espaço geográfico e de território, de acordo com nossas opções teórico-metodológicas e políticas. Para nós, há uma relação de unidade entre espaço e território. Há, portanto, no território fixação e movimento, contradições e unidades; dominação e subordinação, controle *do* e *no* espaço geográfico, que está contido na formação territorial, não como substrato, palco, mas como elemento presente, inerente às conjugações internas do território. (SAQUET, 2015, p. 39; 40)

² De acordo com o pensamento de Wittgenstein (s.p): “the limits of my language mean the limits of my world”

É possível gerar interpretações equivocadas na construção do conhecimento quando se discute espaço e território. Os elementos presentes nos dois conceitos apresentam as mesmas referências, ambos se desempenham nas ações/produções da sociedade. É importante ressaltar, que ao nos aprofundarmos no conceito de território como será feito no próximo subcapítulo, não estamos negligenciando a conceituação de espaço, pois, concordamos com Saquet (2001, p.26) “não é possível separar o inseparável, o uno e pensar o território separadamente do espaço”.

1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

As forças sociais efetivam o território *no* e *com* o espaço geográfico, centrado nas territorialidades e temporalidades dos indivíduos e emanado delas, condicionando e sendo diretamente determinado por nossa vida cotidiana. Historicamente, formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominante econômicos e/ou políticos e/ou culturais e/ou ambientais que dão significados pluridimensionais aos territórios. (SAQUET, 2015, p.45)

Antes de adentrar ao conceito de território propriamente dito, partimos da citação que introduz essa reflexão, uma vez que exemplifica e norteia nossa orientação teórico-metodológica buscando apresentar não uma abordagem única, mas pluridimensional e diversa, assim como as territorialidades que trabalharemos nos próximos capítulos e que confirmam a necessidade de conectar as teorias/conceitos à realidade, isto é, aos temas, problemáticas, anseios e opções políticas, bem como coloca Dematteis (1985, p.165 *apud* SAQUET, 2015, p.44) “Há uma verdade? Para quem? Por quê? A explicação e “representação única e absoluta é um instrumento de dominação [...]”.

Para iniciar, é importante lembrar que nas décadas de 1960 e 1970 aconteceram mudanças políticas e acadêmicas significativas em todo o mundo. Na Geografia houve uma intensa modificação no que se refere tanto a abordagem empregada para analisar os fenômenos, quanto a metodologia utilizada para acompanhá-los. Com movimento significativo de uma *práxis* mais libertária em todo o mundo, tentando romper e superar as abordagens descritivas, quantitativas, positivistas e neopositivistas, surgem autores que buscaram renovar a ciência geográfica com o objetivo de ampliar a sua capacidade de análise e explicação dos eventos.

Em alguns países como Itália, a reelaboração da Geografia, naquele período, ocorre centrada no conceito de território [...]. Há diferentes perspectivas epistemológicas, todavia, predomina o materialismo histórico e dialético como fundamentação teórico-metodológica. [...] alguns grupos de pesquisadores incorporam o ideário marxista às suas teorias e pesquisas, gerando uma larga produção científica centrada na relação capital-trabalho-território. (SAQUET, 2015, p. 48)

A década de 1970 foi marcada por mudanças conjuntas entre relações de produção, forças produtivas e seus impactos e agravamentos no meio social e ecológico. Por esse motivo analisaremos as concepções de autores latino-americanos, mas também franceses e, principalmente, italianos, responsáveis pela ampliação e renovação da Geografia sustentada pelo conceito de território. Neste período, a mudança assume um caráter não só acadêmico, mas político e social. Nas palavras de Saquet:

Há um movimento bem significativo que extrapola o meio acadêmico e envolve alguns segmentos da sociedade civil organizada. Articula-se professores, estudantes, sindicalistas e outros interessados na construção de novos arranjos políticos que, na Geografia, acaba culminando num movimento em favor de uma concepção que enaltece as formas e as relações sociais, o movimento, os conflitos e as contradições a formação do território e de diferentes paisagens, todos elementos mascarados até então através de abordagens eminentemente descritivas, superficiais e classificatórias. (SAQUET, 2015, p. 49)

É certo que o período da Geografia descritiva, quantitativa e teórica teve sua contribuição para ampliar a capacidade de análise mediante o uso de dados estatísticos, e possibilitou uma porta de entrada a estatísticas e às geotecnologias, no entanto, é certo também que este método apresentou limitações à ciência geográfica quando utilizado único e exclusivamente para interpretar a diversidade e as constantes transformações da realidade.

Com o intuito de aprofundar a discussão sobre território, analisaremos a concepção do conceito segundo a compreensão de autores historicamente fundamentais na criação da base e do desenvolvimento não só como uma categoria de análise, mas como um importante conceito que vem sendo cada vez mais utilizado em contextos interdisciplinares. O objetivo é expor seu desenvolvimento histórico com base em autores que trabalharam desde a manifestação mais concreta até a abordagem mais subjetiva e imaterial do território e dentro disto, autores que desenvolveram o conceito baseado em uma compreensão do *real*, auxiliando desta forma, em nosso propósito maior que se encontra na compreensão do território da *práxis* em constante movimento, dinâmico e vivido.

Em primeiro momento, adentramos na compreensão de Gottmann (1973) que trabalha os significados do território e apresenta uma noção de que foi sempre usado para denominar uma extensão do espaço delimitado por linhas compreendidas entre políticas vizinhas, mesmo que esses limites tenham sido constantemente modificados e redefinidos, politicamente, o território sempre foi uma área dentro de limites reciprocamente reconhecidos. Decorrente desta associação com a delimitação, colocava-se a questão de uma jurisdição interna, o que exigia uma organização por centralidade, mas assegurava o relacionamento com grupos de outras centralidades. No mesmo raciocínio de Gottmann, podemos citar Raffestin, no qual coloca que:

Toda prática espacial mesmo que embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz uma “produção territorial” [...] É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. (RAFFESTIN, 1993, p.150)

Foi assim que o território, segundo Raffestin (1993), passa a ser um compartimento do espaço que vai possuir duas funções: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um trampolim para oportunidades. Mas essas funções acabam gerando um conflito, a primeira pode ser nomeada como a busca por um isolamento relativo, e a outra como um grau de interdependência com o exterior. Retornando para a compreensão de Gottmann (1973), é possível comparar com o entendimento que Raffestin (1993) apresenta, isto é, desde a origem do conceito, Gottmann esclarece que as funções de *segurança* e *oportunidade* são mesmo que indiretamente, responsáveis pela significação do território nos diversos períodos de sua evolução. O autor apresenta algumas fases dessa evolução: a primeira é a formação da densidade, quando o homem propositalmente se reuniu em cidades ou agrupamentos formando as comunidades, com isso, iniciava-se a prática de uma vida comunal, o que e acabavam exigindo a existência de regras, o que, em consequência, surgiam as leis e consequentemente o poder e a autoridade, que fizesse com que os sujeitos cumprissem as normas impostas a todos.

A segunda fase, segundo Gottmann (1973), acontece no período de Alexandre, o Grande (356-323 a.C) com a divisão do império em províncias estrategicamente particionada com uma centralidade, que foi posteriormente utilizada pelo império romano e se manteve mesmo após sua decadência caracterizando uma outra lógica de adensamento. Outra fase pode ser destacada por volta do século XV, e a identidade nacional dos territórios com a França, Inglaterra e Espanha. Período que se consolidou a progressão de atividades mercantilistas e a intervenção do Estado na economia. Em sequência, entre os séculos XVI e XVIII o elemento central passa a ser a soberania ao estado cujo elemento central passa a ser o território. A partir deste ponto, a principal preocupação do estado político se encontra na divisão do território relacionando à ideia de nacionalismo que, posteriormente, veio a requerer “[...] a territorial compartment within which the national community assumed responsibility for her own destiny and lived according to her own system of laws³”. (GOTTMANN, 1973, p.99).

Se estabelece um modelo de organização política a partir do exercício da soberania territorial e segundo o autor, no século XX, já havia um grande e variado número de estados soberanos independentes, o conceito de divisão territorial foi a tendência do século. O que

³ “Um compartimento territorial dentro do qual a comunidade nacional assumia a responsabilidade por seu próprio destino e vivia de acordo com seu próprio sistema de leis”.

resultou, na visão de Gottmann, em um outro marco decisivo no processo de ressignificação do território o que denominou de *o fim da função de abrigo* que o território possibilitava, pois deu início ao questionamento ao tipo de segurança que a soberania garantia. Gottmann (1973, p. 139) coloca que a eficiência da soberania como garantia de segurança é restrita, mas ainda é necessária, embora não suficiente, para organizar *segurança e oportunidade*. Desse modo, essa nova denominação de território relativiza a questão de segurança, mas mantém o território como a base para qualquer exercício de soberania, ou seja, de poder.

O território proporciona a uma comunidade separações definidas, pelo menos em termos de lei e governo próprio; mas isto também proporciona à comunidade uma capacidade de complementaridade com o exterior, e no final das contas com o mundo. Esta complementaridade reside, primeiramente, nos recursos materiais do território que inclui o local como também a habilidade dos habitantes [...] e secundariamente, confia o privilégio de estados soberanos participarem em debates de porte internacional. (GOTTMANN, 1973, p.156 *apud* CIGOLINI, 2012, p.117)

Segundo Saquet (2007, p. 59), o território para Gottmann é organizado historicamente por agentes humanos, políticos, jurídicos e econômicos. Desse modo, há relações sociais de domínio e controle e o território tem um caráter concreto, material e político-ideológico. Altera-se o significado do território conforme se (re)organiza a sociedade.

Nota-se até o momento uma compreensão político-administrativo e materialista do conceito de território apresentado por Jean Gottmann, importante precursor da abordagem territorial entre os anos 1950-80, com larga influência em estudo urbanos, teóricos conceituais e geopolíticos. Dentro desta compreensão administrativa e geopolítica, Gottmann (1980) expõe o conceito como uma construção social por meio da qual os grupos sociais repartem o mundo politicamente. A soberania é um potente fator que influencia na divisão política quando o avanço tecnológico favorece a mobilidade e a circulação de mercadoria. As “divisões” territoriais são determinadas pelas forças políticas e econômicas em conjunto com os fatores naturais e culturais. A organização política para Gottmann é fundamental na constituição e distribuição do território, repartição definida pela atuação do Estado como instituição em que há autoridade, divisões internas e relações com territórios externos.

É necessário apropriar-se desta concepção que Gottmann (1973,1980) expõe com qualidade materialista, pois está intimamente relacionada a compreensão imaterial do território e respectivamente ao espaço. Para Dematteis (1985, p.98)

A geografia não é a representação da Terra, mas das estruturas materiais da socialização (comunicação produção) isto é, do território. O espaço geográfico [...] é um meio com o qual representamos as nossas relações com o resto da sociedade e do mundo, dando-lhe um significado. (*apud* SAQUET, 2013, p.80)

Para Dematteis (1985), os principais conceitos que traçam a discussão na Geografia e estão estreitamente unidos são o espaço e o território. No que diz respeito aos principais traços da abordagem de Dematteis (1985), pode ser relacionado ao que Gottmann (1980) apresenta sobre o conceito de território, centrado nas dimensões sociais, abarcando as dinâmicas da economia, da política e da cultura. Segundo Saquet (2013, p.80), Dematteis comprehende o território como *campo* de domínio, de controle, efetivado tanto por grandes multinacionais como pela igreja católica, por grupos políticos e por pequenos supermercados. O território é produto de *relações de poder*, o que nos arremete também à compreensão de Raffestin (1993). Mas comprehende que o território é fundado em comportamentos humanos e opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca, ou seja, as formas de socialização. “A Terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação (DEMATTÉIS, 1985, p.74 *apud* SAQUET, 2013, p.81). Assim, “O território indica uma realidade material, resultante das relações sociais e das relações sociedade-natureza” (DEMATTÉIS, 1985, *apud* SAQUET, 2015, p.56).

É possível notar que Jean Gottmann apresenta características do território sempre relacionadas ao vínculo com o mercado, o Estado ou à ação de uma autoridade. Fica claro sua compreensão do território a partir do controle político, jurídico e econômico dando ênfase para a soberania dos Estados fornecendo *segurança* e para interdependência possibilitando *oportunidades* como já apresentado.

Em Giuseppe Dematteis nota-se uma abordagem crítica e democrática, histórica e multidimensional (SAQUET, 2015, p.57), constata-se a compreensão territorial como um produto histórico de relações econômicas, políticas e culturais, mas dentro dessas dimensões o autor envolve as relações de poder, as desigualdades e as identidades bem como um nível de organização política visando a autonomia e desenvolvimento local.

Entender o significado de território requer articular a compreensão que envolve o significado de comunicação, cooperação, socialização e principalmente das relações de poder que podemos observar nas leituras de Claude Raffestin. Mas antes de aprofundar nesse assunto, é válido apresentar primeiramente os diferentes elementos que o autor expõe sobre a produção do *sistema territorial*.

É possível compreender que indivíduos ou grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem, segundo Raffestin (1993) de modo aleatório, regular ou concentrado. A relação entre esses indivíduos ou grupos são respostas possíveis ao fator distância, que pode se apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica).

A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. (RAFFESTIN, 1993, p.150)

Essas interações entre os indivíduos ou grupos, sejam políticas, econômicos ou culturais é que contribuem para o ordenamento do território segundo a importância por eles fornecidas relacionadas às diversas ações que realizam no território. Raffestin categoriza esse ordenamento de sistemas de malhas, nós e redes (Quadro 1). Essa categorização permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído ou alocado, mas também permite realizar a integração e a coesão dos territórios. “Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes” (RAFFESTIN, 1993, p. 151). Diferentes, pois o autor destaca que os modelos urbanos, os núcleos centrais e os modelos de densidades são a mesma estrutura comandada por objetos e por ações distintas provocando múltiplas imagens de cidades e redes urbanas.

Quadro 1 - O sistema territorial

Sistemas de objetos e de ações Conhecimentos e práticas Elementos do espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Idem	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Fonte: Raffestin, 1993, p.152

Raffestin deixa claro que o quadro sintetiza a produção territorial, mas não a explica. Para isso é necessário recorrer aos significados de cada código que o autor nomeia de sistemas sêmicos e as suas relações com a comunicação entre os modos de produção.

No que se refere as múltiplas imagens que o território vai adquirir conforme suas especificidades, códigos ou os sistemas sêmicos, é possível encontrar as relações de produção, e com isso as relações de poder. Desse modo, Raffestin (1993, p. 152) coloca que “[...] é decifrando essas relações que se chega à estrutura profunda de um sistema territorial. Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que 'produzem' o território. Ainda fazendo relação a noção de *tessitura* apresentada no Quadro 1, Raffestin (1993, p.153) coloca que “[...] falar de território é fazer uma

referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Nas palavras do autor:

Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção do território. (RAFFESTIN, 1993, p. 154)

A malha ou tessitura podem ter duas distinções, uma que otimiza o campo operatório do grupo que a ela pertence, e outra imposta, ou como coloca o autor “suportada” que tenta maximizar o controle ou poder do grupo a ela relacionada.

A percepção apreendida dessas tessituras leva-nos a compreender uma certa rigidez à imagem ou aos limites a ela empregado, é certo que a tessitura exprime a área de exercício dos poderes, de fato, quando consideramos limites político-administrativos há rigidez compreendendo uma soberania, diferentemente de uma atividade econômica ou cultural, ou seja, as atividades humanas. “É suficiente dizer que as tessituras se superpõem, se cortam e se recortam sem cessar” (RAFFESTIN, 1993, p.154). Essas malhas não são homogêneas nem uniformes. Acolhem além da população, evidentemente, outros elementos que revelam a organização territorial, ou seja, os pontos ou as nodosidades territoriais e suas infinitas ligações e possibilidades, tudo isso, consecutivamente, contribui para a produção territorial.

“A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder” (RAFFESTIN, 1993, p.154). A discussão do poder apresentada na obra analisada é um importante marco histórico para a discussão do território. Mas também, é de interesse à particularidade de nosso estudo quando procuramos compreender o território e seus elementos para promover autonomia. Raffestin destaca a ambiguidade ao compreender o termo “Poder”, com letra maiúscula, e o “poder”, com letra minúscula. O Poder remete a soberania de um Estado, já o poder, segundo o autor, se “esconde” atrás do Poder. “Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Podemos perceber na afirmação como uma forma de imposição do poder pelo Estado, ou como já vimos, “a ‘tessitura suportada’ que maximiza o controle do grupo a ela relacionada” (RAFFESTIN, 1993, p.52).

Nesse sentido, para refletirmos em torno do poder, analisamos a citação de Hannah Arendt, que exemplifica e esclarece essa ambiguidade:

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrarmos esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu

nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDT, 1985. p.24 *apud* SOUZA, 2000, p.80)

No mesmo sentido que Arendt, Foucault resume em poucas palavras o que, em nosso olhar, precisamos compreender para ter consciência dos níveis de poder e assim promover a autonomia dos sujeitos no território: “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2008, p.87). Por provir de todos os lugares, entendemos que, organizações, grupos e cidadãos no geral é que aportam esse poder e podem, quando valorizados, despertar, de modo autônomo outras formas de organização e planejamento de cada realidade vivenciada nos inúmeros contextos. Quaini (2007) nos situa quando coloca que “[...] podemos dizer que a geografia do poder que Raffestin construiu, nos anos 1979-80, se configura como realização de um programa foucaultiano que encontrou no poder o fio condutor que pode consentir ao geógrafo não se perder no labirinto da geografia” (QUAINI, 2007, p.248 *apud* SAQUET, 2015, p.67). Este poder que Raffestin apresenta alcança os mais diversos níveis de expressão significando uma multiplicidade de relações de força intrínsecos ao domínio de onde são exercidas. Segundo Saquet, o poder é multidimensional e reproduzido cotidianamente em diferentes situações a cada instante, em toda relação social, nas famílias, no Estado, nas empresas e nas demais instituições; é plural e móvel (SAQUET, 2015, p. 68).

A concepção de território que Raffestin apresenta torna-se bastante ampla, em função disso e dando ênfase para nosso objetivo, podemos compreender que o autor considera o poder, a população e os recursos como pontos fundamentais para compreensão do território, pois sem eles, mas principalmente a população, o território não existiria.

Na mesma linha que Raffestin trabalha o poder e o território de maneira imaterial ou por meio dos “territórios informacionais”, ressaltamos uma obra fundamental na discussão de territorialidade: *Human Territoriality: its theory and history* de Robert Sack (1986) que apresenta uma discussão de territorialidade com abordagem aproximada a nível material, porém propõe uma visão similar à de Claude Raffestin com viés eminentemente humano e social.

Para Sack (1986) a noção de territorialidade é muito mais limitada que a de território. A territorialidade é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais. Nesse sentido,

A territorialidade então é um uso sensato historicamente do espaço. Especialmente, uma vez que ela é socialmente construída e depende de quem está controlando quem

e o porquê. Ela é o componente geográfico chave para se entender como a sociedade e o espaço estão interconectados. (SACK, 1986, p.5)

A noção material de território, como as fronteiras e seus controles de acesso são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida por Sack (1986). Mas mantém, por outro lado, uma definição ampla como já mencionado, considerando os aspectos humanos, sociais e culturais como elementos fundamentais responsáveis pelas transformações das territorialidades. E é por meio destes elementos em conexão com o espaço que podemos analisar, segundo Sack (1986) as relações de poder.

A territorialidade para Sack, é definida como “[...] uma tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p.6). Já para Raffestin, a territorialidade é “[...] o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1988, p.265).

Podemos analisar as duas concepções de territorialidade a partir do apresentado por Sack, expondo uma noção mais rígida da territorialidade, apresenta mobilidade e flexibilidade relativa aos sujeitos no território, dando evidência para as identidades territoriais, bem como para a territorialidade vinculada às relações de poder. O uso da territorialidade para Sack se utiliza dos elementos de lugar, espaço e tempo, dentro do contexto de “quem está influenciando e controlando quem” e mesmo centralizando seu discurso com tendência especialmente política, Sack reconhece as dimensões econômica e cultural da territorialidade. E, em alguns momentos podemos concluir que seu discurso se aproxima do exposto por Raffestin (1993) ao afirmar que “a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social”. Tanto Raffestin como Sack, em alguns momentos, confirmam que o poder [social] é o meio pelo qual o espaço e a sociedade estão inter-relacionados.

Segundo Sack (1986, p. 25, 26), a lógica e o significado dos efeitos da territorialidade, estão interconectadas em três momentos:

- a. Primeiro, a territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área. O uso da área para classificar ou determinar coisas em uma categoria de apropriação.
- b. Segundo, a territorialidade deve conter uma forma de comunicação. Pode envolver uma marca ou um sinal, como encontrado nas fronteiras ou pode-se criar uma fronteira a partir de uma forma simbólica que combina uma afirmação sobre a direção no espaço sobre posse ou exclusão.

- c. Terceiro, cada exemplo de territorialidade deve envolver uma tentativa no esforço de controlar o acesso sobre a área e as coisas dentro dela ou restringir a entrada das coisas de fora, ou seja, sempre envolvendo uma forma de influenciar/controlar as interações internas e externas.

A lógica da territorialidade, segundo o autor, reside no fato de que as vantagens de usá-la deve estar ligada, com uma ou mais dessas relações. “Uma vez que são facetas essenciais da territorialidade, as três devem ser as bases para seu significado” (SACK, 1986, p.26).

É importante lembrar que, mesmo colocando o território como instrumento concreto e de poder, Sack não ignora sua dimensão simbólica e pede cuidado nas análises generalizadas de associação das mudanças territoriais apenas baseadas em mudanças econômicas e/ou políticas.

O fato de considerarmos o território e a territorialidade em um sentido amplo, jamais limitando a noção única de Estado- Nação ou apenas a uma noção simbólica, não convém, ignorar suas manifestações históricas e sua diferenciação nos contextos históricos que foi produzido. Ao analisar a definição mais estrita da territorialidade de Sack, é indispensável notar o quanto a noção de poder, controle e até da própria territorialidade, muda de formato ao longo do tempo.

Nossa abordagem do processo de construção de uma das bases do conceito de território e territorialidade, seja pela materialidade ou imaterialidade do espaço é vista, até o momento, como essencial para compreender o que apresentaremos na sequência em que estreitamos nosso escopo para fomentar a discussão do conceito de território com base no desenvolvimento territorial com intuito de construir territorialidades mais simétricas que promovam a participação e a autonomia dos sujeitos envolvidos. Nessa lógica, concordamos com Saquet, ao ressaltar que:

Para reordenar o poder e construir participativamente territorialidades mais simétricas é fundamental criar e fortalecer a identidade, a confiança, os vínculos (sociais e territoriais), a reciprocidade, a mobilização e a luta COM e PARA as pessoas, visando atender suas necessidades, seus desejos e anseios, produzindo territorializações dialógicas e solidárias, valorizando as relações e os valores comunitários, bem como a natureza (in)orgânica, no nível de cada território-lugar.(SAQUET, 2017, p. 59)

E é nesta lógica contra hegemônica com o intento de construir territorializações mais dialógicas e solidárias, que vamos dedicar o próximo subcapítulo, no qual o território passa a

se tornar concreto – não no sentido rígido e material da palavra – mas palpável para realizar ações, gerar autonomia, cooperação e solidariedade.

1.3 PRÁXIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para falarmos de *práxis* e desenvolvimento territorial, primeiro precisamos nos situar dentro de nosso objetivo maior e expor a motivação que desencadeia na necessidade de se trabalhar com a noção de um território mais concreto, prático e aplicável. Quando trabalhamos o território e políticas públicas em pesquisas anteriores (CUNHA, 2014, 2018)⁴ mesmo que com caráter metodológico mais técnico, sentíamos a necessidade de aprofundamento na temática territorial com o intuito de absorver todas ou a maior parte das particularidades presenciadas teórico e empiricamente dos lugares e contextos em que caminhamos.

Ao trabalhar com território de políticas públicas no âmbito da Assistência Social, estamos falando não apenas de um espaço construído e delimitado administrativamente para a execução de ações voltadas a esfera da gestão, mas falamos de uma territorialidade já consolidada e que “nasce” antes mesmo desta criação padronizada, sistemática, rígida e quantitativa, edificada na esfera pública. Padronização ao nosso olhar, necessária, porém incapaz de suprir as necessidades e efetivar políticas de amparo, como vimos ao passar do tempo. Reparamos em nossa trajetória o esgotar do território rígido com viés administrativo e sua não capacidade técnica e metodológica de interpretar realidades mais específicas e subjetivas dos indivíduos que necessitam da atenção e auxílio do Estado em suas práticas de vida, bem como identificar as potencialidades e fornecer subsídios para impulsionar novas oportunidades e motivar a autonomia. Mas também notamos o esgotar da abordagem subjetiva, abstrata e reflexiva do território para explicar os fenômenos presenciados em campo que em diversos momentos não contemplavam as especificidades do real ou abstraia para além da realidade perdendo o foco na ação, no lugar e nas identidades.

Encontramos nos estudos de desenvolvimento territorial voltados a cooperação, saber popular e *práxis* territorial, um caminho que justifique nosso escopo maior: interpretar, compreender as especificidades para gerar autonomia. Com isso, contribuir, por meio de nossos caminhos realizados a interpretação mais tangível da vivência dos indivíduos, promovendo a formulação de políticas públicas mais efetivas e simétricas com a realidade. Mas para entrarmos nesta discussão, julgamos necessário compreender mais a fundo as *territorialidades* e as

⁴ Proposta de readequação da abrangência territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Londrina-PR (2014); Vigilância Socioassistencial e informação geográfica no Município de Londrina-PR (2018)

temporalidades, pois, é por meio destes conceitos que poderemos apreender a infinidade de processos e fenômenos que substantivam (i)materialmente o território, para desta forma, poder interpretar os processos de desenvolvimento territorial de modo mais efetivo.

Saquet (2015, p. 107) coloca que tanto as *territorialidades* como as temporalidades são históricas e relacionais/coexistentes, elas acontecem ao mesmo tempo e possuem caráter econômico, político, cultural e ambiental. Com isso, detalharemos estes dois fenômenos segundo apontamentos do autor, em que os separa de modo a simplificar seu entendimento. Saquet (2015, p.108) divide as *territorialidades* em quatro níveis correlatos:

- a. Como relações sociais, identidades, diferenças redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades;
- b. Como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não;
- c. Como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades;
- d. Como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza [...] (SAQUET, 2015, p.108).

Todas os quatro níveis de *territorialidade* que Saquet apresenta, mostram elementos já mencionados e que estão intrínsecos a noção de apropriação do território pelos sujeitos desenvolvendo as relações entre si (de poder) e as relações com a natureza exterior, por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, máquinas, etc) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias, etc.). O motivo de apresentar novamente como o conceito de territorialidade neste momento ganha um novo elemento que contribui para o objetivo de avançar além da compreensão de território como “abordagem pluridimensional, relacional, reticular e histórica” (SAQUET, 2015, p.108). Para assumir também “uma conduta crítica e operativa de ação, que passa a envolver situações de conflitualidades, apropriações, domínios, contradições, lutas de classe, disputas e estratégicas territoriais” (SAQUET, 2017, p.70). A territorialidade passa a incorporar a característica de mobilização, organização e luta política a favor de um desenvolvimento mais justo. Nesse sentido, ressaltamos mais dois nomes que passam a integrar a noção do conceito e que nos direcionam à particularidade de nosso objetivo: a *territorialidade como cooperação* e *territorialidade como solidariedade*. Como cooperação, entendemos:

[...] “um sentido de *ação* e um sentido de *movimento*” [...] enquanto *ação*, significa a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de fazer com, de empreender com [...]. Enquanto *movimento*, nos remete a história da humanidade cujas primeiras civilizações se caracterizam pela vida em coletividade” (JESUS e TIRIBA, 2003, p.49). O Esforço precisa acontecer em favor da coletividade do caráter dialógico, da realização dos objetivos comuns e da conquista de autonomia decisória. (SAQUET, 2017, p. 70)

Saquet (2017) desmembra a territorialidade para detalhar a dimensão do conceito, trazendo a noção de cooperação encontrada em Kropotkin (2012 [1902]) como uma *tendência do homem*. Dessa forma, entendemos a *territorialidade como cooperação* como perspectiva de uma *práxis* dialógica e reflexiva. A investigação necessita estar voltada para e com os sujeitos em determinado território buscando o desenvolvimento territorial de base local, ou seja, a partir dos sujeitos e para os sujeitos.

Da mesma forma que Saquet (2017) se utiliza da concepção de natureza e do evolucionismo do homem de Kropotkin (2012 [1902]) para expor e exemplificar a *territorialidade como cooperação*, utiliza para apresentar a *territorialidade como solidariedade*. Nesta sequência, utilizamos uma passagem de “Ajuda Mútua: um fator de evolução” de Kropotkin, na qual coloca que:

[...] nem os poderes esmagadores do Estado centralizado, nem os ensinamentos de ódio e de luta impiedosa, disfarçados de atributos de ciência, vindos de filósofos e sociólogos serviços, conseguiram eliminar o sentimento de solidariedade profundamente enraizado no coração e na mente dos seres humanos, já que ele foi alimentado por toda a evolução precedente. O resultado da evolução, desde seus estágios mais primitivos, não pode ser superado por um dos aspectos dessa mesma evolução. E a necessidade de ajuda e apoio mútuos, que nos últimos tempos se refugiou no estreito círculo da família, de vizinhos de favelas, da aldeia ou da associação secreta de trabalhadores, reafirma-se novamente, mesmo em nossa sociedade moderna, e reclama seu direito de ser, como sempre foi, o principal motor do progresso. (KROPOTKIN, 2009, p. 225)

Kropotkin (2009) é direto sobre a questão de autonomia e organização dos indivíduos, o autor defende a sociabilidade, ajuda mútua e o retorno ao conceito de “aldeias” ou “comunidades” como o maior instrumento de luta pela vida e equidade. Faz menção a sociedades antigas que sempre trabalharam em cooperação em pequenos grupos para garantir a sobrevivência. Preocupava-se com a adequação de seu discurso de acordo com as concepções de espaço e de tempo ou como podemos afirmar: de territorialidades e temporalidades, o que não deixava suas proposições utópicas. Atentava-se para a concentração dos sujeitos na cidade e a expansão do capitalismo, defendendo que o homem necessita de cooperação ao trabalhar em pequenas comunidades, não excluindo a necessidade de utilização da tecnologia a favor destes pequenos grupos. “Naturalmente seria um grande erro imaginar que a produção industrial deve voltar ao seu estado de trabalho manual [...]. Sempre que uma economia de trabalho humano puder ser obtida por meio de uma máquina, a máquina é bem-vinda” (KROPOTKIN, 2002, s/p *apud* SOUZA, 2017, p.163). Com esta passagem de Kropotkin podemos identificar e utilizar como um dos exemplos as *temporalidades* e as mudanças visíveis nas concepções de

cooperação, organização social e autonomia no *território* com o passar do *tempo* de maneira mútua.

Como já mencionado, é certo que vivemos os processos territoriais e temporais ao mesmo tempo. Segundo Saquet, “[...] as *temporalidades*, significam ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e sociedade (SAQUET, 2015, p.110).

No caso foco da nossa pesquisa, trabalhando com territórios de gestão de políticas sociais, evidenciamos a necessidade de empregar o uso destas leituras, pois dão autenticidade às particularidades evidenciadas nos territórios que são trabalhadas as políticas de amparo. Particularidades com ampla diversidade e que são geradas a todo o momento por meio das relações dos indivíduos, com ele próprio, com os outros ou com a natureza exterior. As diferentes fases/ períodos que constroem e desconstroem os lugares, territorializam, desterritorializam e reterritorializam, concretizam processos que criam identidades e apropriações (i)materiais em diversos níveis de dominação dos territórios e mostram, ao ser analisados, as particularidades mais intrínsecas de seus atores.

Assim podemos considerar as *temporalidades* manifestadas nos territórios a partir dos sujeitos/atores que o criam e recriam. Sujeitos que também estão em constante relação “[...] o território só se efetiva quando os indivíduos estão em relação com outros indivíduos, significando interação plural, multiforme e unidade na diversidade” (SAQUET, 2015, p.111), significando interação material e imaterial entre sujeitos-atores e as *territorialidades* e *temporalidades*.

É indispensável reconhecer as identidades, bem como as desigualdades – dentro de nosso contexto – por meio de abordagens que identifique o movimento histórico, “plural, transmultiescalar e transtemporal” (SAQUET, 2017, p.124), com o intuito de auxiliar nossas demandas e objetivos nas políticas sociais, adequar metodologias, elaborar propostas e ações para um desenvolvimento territorial mais efetivo e com justiça social. Utilizar meios para que possibilitem as iniciativas de construção de identidades com participação de sujeitos-atores em conjunto com universidades, prefeituras e órgãos responsáveis para materializar uma gestão mais participativa e geradora de emancipação e autonomia.

Nesse contexto, sentimos a necessidade de trazer a discussão de desenvolvimento territorial, juntamente com o desenvolvimento social que, para nós, é uma problemática territorial e que deve ser analisado e interpretado de modo a apresentar direcionamentos

pertinentes que amparam tomadas de decisão inteligentes e condizentes com as distintas realidades.

Se quisermos distinguir certas das erradas – as ‘verdadeiras’ das ‘falsas’ – a maneira mais simples é perguntar-nos onde nos levam as decisões individuais e coletivas, privadas e públicas que tomamos em relação a tais interpretações. Se considerarmos que estas melhoraram consideravelmente o nosso ambiente de vida, sem piorar o de que mora em outras partes do planeta, podemos afirmar que são geografias ‘verdadeiras’. Com a palavra ‘verdadeiro’ queremos dizer, então uma ‘justa’ e eficaz performativa. E ‘justo’ não é só o que chega de uma demonstração teórica, mas também, sobretudo, o que, através de conhecimentos cientificamente fundados, revela-se sustentável, considerando todas as declinações da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, cultural. [...] (DEMATTÉIS, 2008, p12-13 *apud* (SAQUET, 2015, p.125)

É neste sentido que consideramos necessário nos apropriarmos da discussão de cooperação, desenvolvimento territorial e da *práxis* como abordagens significativas na viabilização das políticas territoriais. A *práxis* é ativa e evidencia a dimensão inerente entre teoria e prática humana. Nas palavras Karel Kosik:

A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, comprehende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade) A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 2002 [1976], p. 202)

É por meio das manifestações de vida, do desenvolvimento e da atividade prática do homem, que procuramos dar sequência em busca de bases teóricas que auxiliem a compreensão prática e real do apresentado, bem como apresentar percepções e metodologias aplicáveis à vida dos indivíduos que estão em constante movimento.

As bases que seguimos são válidas para alcançarmos a compreensão de um conceito que examine e esclareça as necessidades nossas e de outros, que vivem e estão nos territórios – que podem ser considerados como barreiras espaciais (i)materiais – mas também podem ser o caminho para conquista de autonomia e sustentabilidade. E o conhecimento produzido em nível de sociedade local vinculado às relações existentes, é o foco da abordagem que nos ocupamos. Saquet coloca que: “[...] o pesquisador precisa ser um sujeito consciente e ativo nos processos que estuda, reflexivo, trabalhando em redes de cooperação com outros pesquisadores e especialmente com os sujeitos estudados” (SAQUET, 2015, p.126). Como veremos no capítulo 3, o conhecimento popular ou emergente, é de grande relevância para nosso estudo e para toda investigação de cunho social, que trabalha para os indivíduos portadores das verdadeiras interpretações e demandas de seu território.

A partir de nossa leitura, elencamos alguns pontos fundamentais (Quadro 2) que estão espontaneamente incluídos no debate de desenvolvimento territorial que se preocupa com a viabilização da autonomia.

Quadro 2 - Pontos fundamentais para o desenvolvimento territorial e autonomia

Social	Erradicação da pobreza
Cooperação/participação	Protagonismo dos atores envolvidos e sua participação nas tomadas de decisão
Referência conceitual	O território como referência para execução das ações
Natureza/ambiental	A preocupação com práticas mais sustentáveis

Fonte: Elaboração do autor

É necessário ressaltarmos que o debate de desenvolvimento territorial em sua grande maioria, é apresentado em primeiro lugar na persistência ligada à pobreza no campo em observância da persistência relacionada as desigualdades regionais e que está relacionada a uma discussão mais ampla sobre o intenso crescimento econômico da agricultura capitalista. Grande parte dos estudos hoje encontrados debatem as diferenciações e as causas do desigual desenvolvimento nas territorialidades entre rural e urbano, bem como suas particularidades.

Compreendemos que o conceito parte do ponto da pobreza rural, tendo em vista que esta realidade chama a atenção pela sua importância e profundidade histórica – o rural também será analisado nesta investigação – mas ressaltamos a relevância de trabalhar a discussão do desenvolvimento territorial não só contemplando as distinções entre rural e urbano, mas dos sujeitos sociais que produzem o território seja rural ou urbano. No caso dos primeiros, muitas vezes, são provindos de uma realidade rural precária, atingidos pela agricultura convencional e insustentável que submetidos a processos de exploração são vítimas da concentração de riqueza, centralização de poder e degradação contínua do meio ambiente. Enquanto que os segundos, uma grande parcela da população brasileira, vivenciam diretamente a negação a cidade.

Em base dos quatro pontos elencados anteriormente, e, em função do nosso foco entre desenvolvimento e território, trabalharemos alguns apontamentos com o intuito de esclarecer a utilidade do conceito que está embutida nos processos metodológicos de pesquisa e sua efetividade na transformação social. O Quadro 3 esclarece e sintetiza de modo preciso nosso objetivo.

Quadro 3 - Síntese da compreensão de desenvolvimento territorial.

Desenvolvimento	Território	Desenvolvimento territorial
Tem distinos significados, de acordo com cada projeto e/ou programa, grupo e classe social, em cada relação espaço-tempo; é qualitativo, pluridimensional, popular, participativo, ecológico, dialógico e reflexivo, auto organizativo e público; é singular em cada relação espaço-tempo.	É formado histórica, social e naturalmente; contém redes de distintas escalas, identidades e diferenças, relações de poder (dominação, hegemonia, resistência, luta e contra-hegemonia), territorialidades e temporalidades.	Contém vínculos sociais e territoriais, tradição e inovação, confiança e identidade político-cultural, dispersão e articulação produtiva, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e sinergia, potencialização das características endógenas de cada comunidade, pertencimento, proximidade e enraizamento; significa, necessariamente, conteúdos públicos e populares, participativos e dialógicos, reflexivos e ecológicos, numa práxis contra hegemônica efetivada de acordo com as singularidades de cada espaço-tempo-território, com suas gentes, necessidades, desejos e ecossistemas.

Fonte: SAQUET (2019, p.28)

Com essa sistematização compreendemos de modo desmembrado a relevância das concepções de desenvolvimento e território, os quais, trabalhados em diversas noções e particularidades, em que o desenvolvimento tem a flexibilidade de acordo com cada processo em que é submetido, e o território com suas infinidades de formações, histórico, social, cultura, nas escalas, identidades e diferenciações. Quando unidos, entendemos a amplitude que assume ao integrar características sociais produtora de vínculos, criando noção de comunidade com identidade político-cultural, redes de cooperação dialógica, participativa e que se concretiza na prática de acordo com cada particularidade das ações que são desenvolvidas.

Segundo Dematteis:

O desenvolvimento tem uma natureza dialética, contraditória e conflitual; é caracterizado por processos econômicos, políticos e culturais em certos ecossistemas naturais e locais; os sujeitos são capazes de se organizar autônoma e coletivamente por meio das relações e redes internas e externas ao local tentando garantir a autorreprodução dos processos de desenvolvimento articulados territorialmente em nós de redes locais e extralocais (DEMATTEIS, 1994,1995 *apud* SAQUET 2015, p 126).

O desenvolvimento é resultado da auto-organização social e consciente, *multidimensional* e contínuo no tempo, vinculado à *autoconfiança* coletiva à atuação cooperativa e solidária (BOISER, 2004 *apud* SAQUET, 2019, p.28) no nível de cada território e de acordo com cada grupo e classes sociais.

Para o francês Bernard Pecqueur, o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico (PECQUEUR, 2005, p.12). O desenvolvimento territorial não pode ser implantado ou instituído, é necessária uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas direcionadas estimulem esses atores, são os sujeitos que viabilizam o processo de desenvolvimento, e essa construção só pode ser concebida como uma dinâmica que está inserida no tempo. O espaço e o tempo, são fundamentais no mecanismo de territorialização que permitirá a busca por recursos próprios ao território, com base em suas singularidades e, consequentemente, a elaboração de estratégias de organização de economia local face a se diferenciar – em termos de qualidade – em relação a serviços ou produtos já padronizados em escala global.

Ao falar de recursos cria-se uma grande questão considerando as possibilidades de explorar e organizar nas diversas realidades. É por isso que as políticas sociais precisam estar em sincronia com as demandas sociais e suas reais perspectivas, atentando aos recursos naturais e humanos dados as diversidades dos territórios, sejam em ambientes rurais ou urbanos, cada qual com suas particularidades, ofertas e demandas. É neste sentido que o processo de desenvolvimento territorial consiste em se apropriar e identificar as condições potenciais presentes no território e transformá-las em riquezas por meio dos saberes dos sujeitos que lá estão inseridos. Quando conhecimentos e saberes heterogêneos são combinados, novos conhecimentos são produzidos que podem, por sua vez, participar de novas configurações (PECQUEUR, 2005, p.14). Ao nosso ver, são as novas configurações que vão fornecer novos vínculos, estratégias e organização comunitária. Saquet destaca que:

A Práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada *por* e *para* poucos, político-partidária e subordinante. Precisa ser construída com base em princípios como participação solidariedade e cooperação reconhecendo as diferenças, as identidades, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, enfim, a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades das territorialidades a conquista de autonomia no processo decisório, a preservação e recuperação ambiental. (SAQUET, 2015, p.144)

Não burocrática e construída a partir da cooperação que as novas configurações viabilizarão a construção de uma nova forma de organização política, identificada com os sujeitos de cada território e vinculada as suas necessidades relacionadas a outras experiências de desenvolvimento, reconstruindo um cenário mais dialógico, participativo e sustentável.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: DO CONCEITO À REALIDADE SOCIOASSISTENCIAL

Ao tratarmos os conceitos e concepções sobre a política pública propriamente dito, é importante localizar dentro do debate, como a geografia tem papel fundamental ao se inserir nessa discussão. Podemos afirmar que a pergunta pela qual a geografia está historicamente empenhada em responder, encontra-se na tentativa de compreender fenômenos relativos à diversidade, desigualdade e heterogeneidades do território, resultado do ordenamento, gestão da sociedade e os modos como essas produzem o espaço. Como defende Castro:

As questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica (CASTRO, 2005, p.41)

Dessa maneira, entendemos que ao recorrer a ciência geográfica podemos compreender a territorialização, a dimensão e a complexidade das relações sociais, importantes fenômenos que caracterizam a base de análise para políticas públicas.

Ao apresentar uma discussão em torno das políticas públicas algumas funções sociais são lembradas, como Saúde, Previdência e Assistência Social. A relação do tripé da segurança social a políticas públicas é autêntica, no entanto, uma gama de políticas em cada uma dessas áreas precisam ser definidas, pois é certo que a quantidade de órgãos autarquias, ministérios e modelos de financiamentos, de cada um desses setores geram grande confusão e acabam deixando a estrutura institucional do Estado complexa de compreender e assim, prejudicam o debate na garantia dos direitos sociais.

É com esse intuito que este capítulo procura sistematizar algumas definições de políticas públicas, seu percurso no Brasil e sua função com o objetivo de compreender a trajetória e a realidade atual das políticas sociais brasileiras, bem como, as conquistas e os desafios que a Assistência Social vem passando nos últimos anos.

Com isso oportunizamos que a pesquisa, dentro de seus objetivos, proporcione o esclarecimento de pontos técnicos e viabilize o protagonismo e a participação da comunidade promovendo a emancipação dos sujeitos nas políticas sociais. Como coloca a professora Maria da Glória Gohn (2004) em relação a atuação da sociedade civil na esfera pública: “[...] não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação,

saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos”. E para propiciar educação, saúde e demais serviços com qualidade, é preciso compreender as demandas sociais, ter familiaridade com o chão, com o território que vivem as pessoas de cada um dos espaços que a política quer alcançar.

É neste sentido que procuramos pautar nossa discussão trabalhando temas que esclareça e forneça caminhos às políticas sociais em geral, as quais podem se utilizar do território e suas diversas manifestações para alcançar seus objetivos como políticas públicas afiançadoras de direitos sociais. Para iniciarmos essa análise, apresentaremos a seguir um debate histórico conceitual do surgimento e a necessidade das políticas públicas no Brasil com intuito de amparar e direcionar os caminhos que ainda percorreremos.

2.1 DO SURGIMENTO A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Mesmo analisando a designação “políticas públicas” é habitual pensar este campo como uma área meramente técnica-administrativa. Após o período partidário eleitoral, é por meio das políticas públicas que a gestão promove suas ações e elabora seu planejamento de acordo com o perfil de cada área. Porém, não é totalmente certo dizer que as políticas públicas desenvolvem apenas parte técnica-administrativa tendo em conta que esta esfera também possui uma dimensão política, uma vez que está diretamente relacionada à processos decisórios intimamente relacionados a vivência de todos. Nas palavras de Fernandes:

Isto é, ao Estado é imperativo fazer escolhas sobre que área social atuar, onde atuar, por que atuar e quando atuar. Estas escolhas, por parte do Estado, que se transformam em decisões são condicionadas por interesses de diversos grupos sociais. Representam conquistas que se traduzem legalmente em direitos ou garantias defendidas pela sociedade. O Estado terá que intermediar e negociar estes interesses, na busca de estabelecer critérios de justiça social visando um discernimento político sobre suas funções sociais e qual o alcance delas. (FERNANDES, 2007, p. 01)

Para Souza (2006, p. 24) não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública, mas destaca que a definição mais conhecida é de um dos “pais” fundadores da área: Harold Lasswel que sintetiza seu significado por meio da resposta das seguintes perguntas: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. E das diversas definições que pode ter do conceito de políticas públicas, Celina Souza destaca seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.
- Estudos sobre política pública propriamente dita focalizam processos, atores e a construção de regras, distinguindo-se dos estudos sobre política social, cujo foco está nas consequências e nos resultados da política. (SOUZA, 2007, p. 80)

O significado das políticas públicas no Brasil, se manifesta por meio de duas dimensões que se complementam: de um lado, a dimensão técnico-administrativa que a compõe, buscando verificar a eficiência e o resultado prático para a população e, de outro lado, a dimensão política que busca identificar que toda política pública é influenciada pelas relações sociais e que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais ou seja de âmbito totalmente político.

Uma forma de exemplificar os dois campos (técnico-administrativo e o campo político), encontra-se na realidade de alguns recortes cotidianos dos tempos de pandemia pelo novo coronavírus, SARS-CoV2. Com o aumento expressivo da procura por serviços socioassistenciais no município de Londrina (recorte espacial da pesquisa), e a falta de oportunidades de ganho de renda em períodos de isolamento social, identificou-se grande demanda de famílias na região Leste do município de Londrina por subsídios e cestas básicas, demanda que ultrapassa expressivamente o que representa a normalidade em dias rotineiros. Vemos aqui uma percepção técnica-administrativa que identifica a demanda e a precariedade em que a população de determinado território está passando.

Tendo em conta tal situação, necessita-se recorrer a financiamentos e encontrar formas de subsidiar essas famílias afetadas para que a situação de precariedade não se agrave. É necessário fazer uma análise territorial em todo o município e procurar identificar quais territórios foram afetados pela atual situação, sendo feito todos os procedimentos de diagnóstico socioterritorial, o documento técnico passa a ser submetido as fontes financeiras e, em viés de decisão política, a efetivação ou o indeferimento do aporte financeiro será concluído. Este fluxo entre a esfera técnico-administrativa e a política transforma-se num ciclo em que um depende do outro, para tornar a política pública efetiva e estratégica em suas ações.

Este fluxo fica melhor elucidado se considerarmos dois conceitos clássicos que definem o significado da formulação e implementação de políticas públicas: *agenda* e *arenas políticas*.

A *agenda* determina os objetos e agentes de conflito no Poder Político. O objeto da política que está em jogo em qualquer processo decisório determina a participação ou não de vários indivíduos e grupos e a entrada ou não de novos participantes, formando a composição dos grupos de interesses. (FERNANDES, 2007, p. 02, grifo nosso)

Um exemplo são as políticas do tripé de seguridade social, constitucionalmente, está estabelecido e regulamentado por leis ordinárias que a gestão das políticas de saúde, educação e Assistência Social, será realizada por meio de conselhos estaduais e municipais, ou seja, composto pela sociedade civil, profissionais de cada área e pelo Governo. A *agenda* é uma estruturação que consta as políticas e a presença dos integrantes que a organizam, fiscalizam e chegam a consensos, ou seja, os três setores: cidadãos, profissionais e Governo.

Para Capella (2018, p 28), a *agenda* é um termo definido como um conjunto de discussões políticas entendidas como questões legítimas que chamam a atenção do sistema político. O autor apresenta três tipos de *agenda* a saber: *agenda sistêmica*, *agenda governamental* e *agenda decisória*, detalhadas no (Quadro 4).

Quadro 4 - Identificação dos três tipos de agenda.

Agenda sistêmica	Agenda governamental	Agenda decisória
Consiste no conjunto de questões que recebem atenção da sociedade e são entendidas como assuntos de competência das autoridades governamentais. As questões se manifestam na agenda sistêmica quando despertam a atenção da opinião pública ou quando parte considerável do público demanda algum tipo de ação concreta do Estado com relação a uma preocupação. Nem todas as questões que fazem parte das preocupações presentes na sociedade atrairão também a atenção de membros do governo.	Também chamada de agenda institucional ou formal, é composta pelas questões consideradas relevantes pelos tomadores de decisão, seja no plano local, estadual ou federal. É definida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo, e pessoas ligadas a ele, concentram sua atenção num determinado momento. Ou seja, uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas.	Dada a complexidade e o volume de questões que geralmente se apresentam na <i>agenda governamental</i> , apenas algumas questões serão seriamente consideradas, essas questões compõem a <i>agenda decisória</i> , que podem ser denominadas como um subconjunto da agenda governamental que contempla questões que estão prontas para a tomada de decisão pelos formuladores de políticas, ou seja, prestes a se tornarem políticas públicas.

Fonte: Capella (2018, p.28, elaborado pelo autor)

De forma sintética, podemos afirmar que o termo *agenda* nas políticas públicas, refere-se ao debate político de um conjunto de causas, entendimentos, problemas e soluções de um certo contexto, seja ele ambiental ou social. A agenda envolve tanto uma dimensão mais difusa

das crenças e entendimentos sobre problemas, quanto aspectos concretos, materializados em legislações ou em outros instrumentos oficiais.

Já as *arenas decisórias* (FERNANDES, 2007), *arenas sociais* (SOUZA, 2006) ou *arenas políticas* (CAPELLA, 2018) em nossa interpretação, são posições governamentais, em que decisões a uma determinada questão são tomadas. Capella (2018, p.53) coloca que algumas questões estão associadas à jurisdição de uma única organização, enquanto outras podem estar submetidas a várias jurisdições ao mesmo tempo. Para Souza, (2006, p.32) as *arenas sociais* veem a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas, pois, para que um determinado evento se transforme em problema, é preciso partir dos indivíduos de que algo precisa ser feito. E para Fernandes (2007, p.3) segue de acordo com o modelo clássico de Lowi (1964) em que as arenas decisórias se dividem em três tipos: regulatória, distributiva e redistributiva.

A arena regulatória trata da limitação ou concessão de atividades, como a privatização ou concessão direta de serviços públicos [...] A arena distributiva trata de estimular ou desestimular setores e atividades já existentes e regulamentadas, como é o caso da concessão de subsídios. A arena redistributiva intervém na estrutura econômica da sociedade criando mecanismos que diminuam as desigualdades sociais. (FERNANDES, 2007, p.03)

O modelo apresentado de arena redistributiva está aliado às políticas sociais e possui grande relevância para nosso estudo, pois, o avanço das políticas públicas de caráter distributivo, segundo Pochmann (2010), permitiu reduzir e até superar a pobreza extrema, mesmo sem contemplar medidas contra a concentração da renda e riqueza. Foi só com o aparecimento das políticas redistributivas é que se tornou possível combater, realmente, o déficit da repartição do excedente econômico.

As *arenas decisórias redistributivas*, talvez a mais trabalhada em pesquisas de políticas de âmbito social, dividem-se, por fim, em dois grupos: indiretas e diretas, as quais Fernandes elucida:

Políticas sociais como educação e saúde são exemplos de arenas redistributivas indiretas, pois influenciam no longo prazo a diminuição da desigualdade social. Programas sociais como renda mínima ou bolsa escola são exemplos de arenas redistributivas diretas, pois caracterizam transferência monetária direta para as pessoas mais pobres da sociedade. (FERNANDES, 2007, p.03)

Entendemos política pública como um conceito que define o papel do Estado e dos agentes a ele relacionado como geradores de bens e serviços que procuram promover o bem-estar da população. Constitui caráter interdisciplinar, pois a política está intrínseca em todas

suas expressões. No entanto, no Brasil há ausência de trabalhos que testem tipologias sobre políticas públicas, Souza esclarece:

Não só essas tipologias foram muito pouco exploradas entre nós, como também não foram testadas em um universo diverso daquele onde foram formuladas. Ademais, ainda temos pouca clareza sobre quem formula as nossas políticas públicas e como elas são implementadas. (SOUZA, 2003, p. 18)

É neste sentido que precisamos compreender, mais a fundo, as nossas singularidades e onde nasce a necessidade de elaboração e implantação das políticas públicas, em nosso caso, de âmbito social. Com isso apresentaremos no próximo subitem um debate em torno do histórico das políticas sociais no caso brasileiro, com o intuito de fornecer maior compreensão da nossa trajetória para, dessa forma, refletir sobre as ferramentas que utilizaremos para promover maior bem-estar aos cidadãos.

2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

No Brasil, até 1930 interpretava-se a pobreza como uma disfunção pessoal dos indivíduos e não como uma questão social. Os pobres eram tratados como grupos especiais portadores de uma doença e que deveria ser tratada. Por esse motivo, conforme afirma Spositi *et al.*:

A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. (SPOSITI *et al.*, 2007, p.42)

Após a crise mundial de 1929, o Estado passa a tomar outro posicionamento frente a sociedade no que se refere a relação capital-trabalho. No Brasil, após esse período o Estado passa progressivamente a reconhecer a pobreza não como doença, mas sim como uma questão social e que deve ser combatida por políticas direcionadas e passa a criar instituições e desenvolver práticas estatais intervencionistas.

A partir dos anos 1930, passam a existir evidências de serviços que demonstram características assistenciais, mesmo que minimamente e com viés de caridade, podemos classificar esse período como início da participação do governo federal em relação ao reconhecimento dos serviços prestados pelas entidades assistenciais. O fato que representa este momento está na Lei Federal nº 91 de 28 de agosto de 1935 assinada por Getúlio Vargas, que cria a concessão do Título de Utilidade Pública Federal, o texto da Lei nº 91 deixa claro ao colocar que: “Art. 1º As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país

com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública” (BRASIL, 1935).

Assim, todas as instituições, assistencial e filantrópica, seriam declaradas de utilidade pública e poderiam se isentar do recolhimento da cota patronal junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Com este incentivo, houve o aumento de instituições filantrópicas, mas também de instituições privadas. No ano de 1938, por intermédio do Ministério da Educação e da Saúde pela Lei nº 527 de 07 de janeiro de 1938, ocorreu a regularização da cooperação financeira entre a União e entidades assistenciais privadas (BRASIL, 1938). A partir deste momento, não somente as instituições assistenciais filantrópicas tiveram acesso aos subsídios governamentais, mas todas as entidades ditas sem fins lucrativos, que prestavam serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, passaram a se beneficiar do incentivo. No mesmo ano de 1938, as relações entre Estado e segmentos da elite são reforçadas com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que segundo Mestriner

[...] é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. (MESTRINER, 2005, p.58)

Tendo em vista que o CNSS foi a primeira forma da presença de uma organização estatal próximo ao campo da Assistência Social, o poder de decisão a quais organizações auxiliar, a que Mestriner (2005, p.59) se refere, passa a garantir certa autonomia aos conselhos, o que acarreta uma relação de sujeição dos necessitados aos ricos, ou como o autor pontuou: “as ilustres figuras da sociedade cultural e filantrópica” que passam a analisar a concessão de auxílios e benefícios às organizações já existentes.

Em 1942, ainda no período Vargas, destacou-se a primeira grande instituição assistencial federal, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada pela primeira dama do Estado Darcy Sarmanho Vargas, com a finalidade inicial de amparar as famílias órfãs e os recém-chegados da Itália que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Com o fim da Guerra, a LBA se firma como órgão centralizado na figura das esposas dos governantes, possui sede própria e volta-se para a assistência à maternidade e à infância, caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria por meio de ações pontuais, urgentes e fragmentadas. A LBA carregava cunho assistencialista com carga religiosa e, como coloca Sposati (2005, p.20), classifica-se como ato de vontade e não de direito de cidadania. Segundo Alves

Em 1945 a LBA já existia em 90% dos municípios brasileiros iniciando sua trajetória de criação de uma rede de serviços na área da assistência social inicialmente junto às famílias dos “pracinhas” (ex combatentes de guerra), à maternidade, à infância e à velhice. (ALVES, 2002, p.230)

Tendo grande abrangência, mas com ações emergenciais pontuais e assistencialistas, a LBA buscou auxílio junto às escolas de Serviço Social, ocorrendo, então, de acordo com Boscari e Silva (2015, p.111), uma aproximação entre a LBA e o Serviço Social, pois, nesse momento, a instituição LBA precisava se organizar tecnicamente, e o Serviço Social precisava se legitimar como profissão.

Na década de 1950 as ações da LBA passam a ter característica de órgão paralelo à estrutura governamental, destinado à arrecadação de fundos para manutenção de instituições, auxílio e apoio à família, orientação materna, higiene e assistência odontológica.

Esta mesma década ficou marcada pelo início da Guerra Fria e um mundo bipolarizado pela conquista do primado político, econômico e ideológico das potências EUA e URSS. Com grande influência dos EUA, neste período, criou-se uma estratégia para ajudar países que estavam em desenvolvimento, o que foi chamado de Desenvolvimento de Comunidade (DC). Para Andrade, essas propostas estadunidenses

[...] buscavam barrar o comunismo pautado no pressuposto que as populações pobres eram mais receptivas ao mesmo, e por isso deveria se desenvolver o capitalismo nessas áreas subdesenvolvidas, ou seja, o DC foi uma importante estratégia lançada para garantir a prosperidade capitalista e a dominação burguesa americana. (ANDRADE, 2008, p.284).

Este período caracterizou o início das ações desenvolvidas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que a partir de 1949, vinha sendo gestada pela Escola Superior de Guerra, se implantou em 1964, com o Governo Militar (ALVES, 2002, p. 232).

Com a queda de João Goulart e a implantação do regime político ditatorial, os movimentos políticos que estavam nascendo no período populista do Presidente deposto foram sendo desmobilizados, a conquista que o serviço social junto às políticas sociais conquistadas até o momento foi sendo desconstruída em prol do novo interesse baseado em ideais estadunidenses fora da lógica e contexto brasileiro. O golpe militar trouxe muitas pessoas do campo para a cidade o que acaba gerando alta demanda por serviços sociais em ambiente urbano, consequentemente, grandes aglomerados em torno das cidades, que por sua vez atestam o crescimento da pobreza.

A situação de pobreza da população brasileira poderia constituir-se uma ameaça à segurança nacional, e a estratégia mais eficiente seria a implantação de políticas sociais. Além

do DC, foi criado em 1956 diversos outras Leis e decretos (Quadro 5) foram cunhados no período com o intuito de amenizar a questão da pobreza urbana e no campo.

Quadro 5 - Legislações criadas durante a ditadura militar no Brasil

LEI, DECRETO, EMENDA	Conteúdo
Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.	Criação da FUNABEM
Decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969.	Transforma LBA de associação civil em fundação pública.
Decreto nº 66.257, de 24 de fevereiro de 1970.	Crédito suplementar de NCr\$ 35.000.000,00 em favor da Legião Brasileira de Assistência
Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971	Assistência ao trabalhador rural
Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974.	Cria o Ministério da Previdência e Assistência Social.
Decreto nº 74.254, de 4 de julho de 1974.	Define a estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social.
Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.	Amparo previdenciário para maiores de 70 anos de idade e para inválidos.
Decreto nº 76.719, de 3 de dezembro de 1975.	Redefine estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social.
Lei nº 6.439, de 1 de setembro de 1977.	Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.
Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978.	Assegura as pessoas com deficiência a melhoria de sua condição social e econômica.
Decreto nº 83.148, de 08 de fevereiro de 1979.	Aprova o estatuto da Fundação Legião Brasileira de Assistência

Fonte: Passos, Côrtes (2015) adaptado pelo autor.

O golpe militar de 1964 representou a mais dura repressão enfrentada pela classe trabalhadora do país, é ilusório imaginar que todas as legislações criadas no período da ditadura forneciam amparo direto, aos necessitados, de forma prática. Fazendo uma breve análise histórica pautada na “'Questão Social' particularidades no Brasil” de Santos (2017) é possível constatar o alto crescimento da pobreza, bem como das desigualdades de renda e exclusão dos serviços e benefícios sociais. O período foi de repressão e criminalização das lutas sociais, aumento da burocracia estatal como estratégia de dominação de classe por meio do Estado, aprofundamento do poder econômico de grupos monopólios e financeiros, todos atrelados ao

capital internacional. Com caráter conservador, o período ditatorial no Brasil não rompeu com diversas condições que se constatava atraso, como a permanência do latifúndio, perfil de país agroexportador, exportador de matérias primas e do poder político nas mãos da burguesia urbana e das oligarquias rurais ativamente interessadas na concentração de riqueza.

É importante constatar que a evolução do capitalismo internacional, nesse período, é marcada pelo crescimento dos monopólios, com isso o Brasil possuía “terra fértil” para instalação destes monopólios segundo a orientação política adotada no período. O “milagre econômico” que, em muitos casos, é utilizado de maneira favorável em discursos em torno da ditadura, não passou de um breve surto de atividades econômicas condicionado por momentânea estrutura econômica internacional e de empréstimos, que mais tarde veio a resultar em inflação e dívida externa acarretando crise econômica.

Nomeada de “crise do milagre”, intensificou-se a partir de 1973, de acordo com Fagnani (1997, p. 208), com a desaceleração do crescimento, ampliação das tensões inflacionárias e agravamento da crise cambial. Essa conjuntura induziu um novo ciclo de reorganização administrativa que visava, fundamentalmente, à racionalização dos dispêndios sociais. O que acabou gerando novamente o descontrole sobre benefícios sociais e fez o país experimentar – mesmo com as legislações e emendas já mencionadas – taxas baixíssimas da redução de pobreza e ampliação das desigualdades sociais que permeou o período pós ditadura até o final dos anos 1980.

A década de 1980 foi marcada pelo fim da ditadura e lutas sociais que geraram diversos debates que precederam a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, na qual começou a se concretizar a discussão de uma nova Carta Constitucional, bem como, da inclusão da Assistência Social como política integrante da segurança social. (Quadro 6) vemos a relevância dos debates presentes no período, os quais apresentam a necessidade de consolidação de políticas assistências na Carta Constitucional.

Quadro 6 - Comissão da Ordem Social da Assembleia Constituinte, 1988.

ASSISTÊNCIA SOCIAL:

É imperativa a inclusão das políticas assistenciais na nova Carta Constitucional, já que mais da metade da população brasileira pode ser considerada candidata a programas assistenciais, como a única maneira de garantir os seus direitos sociais básicos. “Hoje é possível afirmar-se, sem receio de contestação, que o Brasil é realisticamente analisado, um país majoritariamente miserável, bem mais do que apenas pobre, ou mesmo indigente” (Jaguaribe et al, 1986:66).

Estaria, no momento, em situação de miséria cerca de 42% da população total do país. Se a esse índice somar-se o que pode ser considerado como situação de pobreza tem-se

mais 22%. Quase 65% da população brasileira pode, portanto, ser considerada pobre ou miserável (Brasileiro e Mello, 1987).

Fonte: SPOSATI (2007, p. 40)

O final dos anos 1980, para a história das políticas sociais no Brasil, foi considerado um marco, como podemos analisar até o momento, a Assistência Social no país sempre possuiu bases elitistas, subalternizadoras com ações de viés religioso, na ótica do favor e da caridade com perfil assistencialista ou clientelista – e que ainda hoje identificamos ações herdadas deste período – como bem coloca Yasbek:

A identificação da Assistência Social com assistencialismo e filantropia ainda é parte dos desafios a serem enfrentados nesta área. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da Assistência Social na nossa sociedade. (YAZBEK, 2004, p. 19)

A Assistência Social constitui-se em um marco a partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88 de 05 outubro de 1988), pois passa a adquirir o status de política social em processo de institucionalização e de aprimoramento das funções técnicas e políticas, como apresentaremos mais detalhadamente na sequência.

A CF88 reconhece a Assistência Social como política social junto com as políticas de Saúde e de Previdência Social, formando o denominado “tripé da seguridade”.

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I – universalidade da cobertura e do atendimento;

II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III – selevidade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;

V – equidade na forma de participação no custeio;

VI – diversidade da base de financiamento;

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(BRASIL, 1988).

A universalidade da cobertura e atendimento e o caráter democrático e descentralizado da administração, mostra um grande avanço nos fundamentos que embasam o documento, mesmo que em viés teórico, a Carta passa a direcionar os caminhos futuros que as políticas sociais precisam percorrer.

Denominada de constituição cidadã, a CF88 foi marcada por uma série de modificações profundas no campo social e da cidadania trazendo em seu conteúdo a adoção de medidas assistenciais que promovem a proteção de cidadãos em situação de risco e vulnerabilidade, ou seja, procura medidas que antecipam as causas dos problemas sociais, antes que virem realmente urgências. Com novos aspectos político-administrativos no que se refere a descentralização a CF88 altera normas centralizadoras e distribui as competências entre o Poder Central da União com poderes regionais (estados) e locais (municipais).

Para elucidar, fica relevante apresentar os objetivos do conjunto de seguranças expostos nos artigos 203 e 204:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benfeitoras e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (BRASIL, 1988)

Ao ser consagrada pela CF88 como direito social, a política de assistência é retirada do campo da caridade e assistencialismo para alcançar a condição de direito do cidadão para desta forma, promover a emancipação dos indivíduos para que não precise mais dos serviços sociais.

Após longo caminho de lutas, negociações e confrontos entre a sociedade civil organizada, agentes sociais, parlamentares, governo federal e profissionais, houve um grande esforço para que os direitos prenunciados pela Constituição fossem regulamentos. Só no ano de 1990 que o Congresso começa a aprovar diversas leis regulamentadoras, entre elas a Lei 80969/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e Lei 8.142/1990 (Sistema Único de Saúde) (SPOSATI, 2007, p.44).

A regulamentação da Assistência Social será a última do tripé da seguridade a ser publicada. Foi só após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo que Itamar Franco assumiu a presidência da República e sancionou, em 7 de dezembro de 1993, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que por sua vez, regula o disposto nos arts. 203 e 204 da CF88 supracitados. Yazbek elucida este período:

Com a Constituição de 1988, tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Loas em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (YAZBEK, 2004, p. 26)

Nesse sentido, ao definir diretrizes, princípios, estratégias e modos de gestão, a LOAS constitui um instrumento de gestão que transforma em ações diretas os pressupostos legais, estabelece competências e fluxos entre as esferas do governo. Segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS):

A LOAS preconiza que a gestão da política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo, organizado nos três níveis de gestão governamental. Assim, a regulamentação da Assistência Social a define como competência das três esferas de governo e, por sua vez, a sua implementação torna-se tarefa explicitamente compartilhada entre os entes federados autônomos. (BRASIL, 2004, p. 82)

Além de definir as competências, a LOAS oferece amparo e legitimidade a todo conteúdo destacado nos artigos 203 e 204 da CF88, bem como confirma a condição de política pública.

Após esses anos de avanços sociais, em 1994 é eleito presidente Fernando Henrique Cardoso, que concretiza a política neoliberal que já vinha sendo gestada nas primeiras eleições, após CF88. Apesar de ter sido responsável por diversos programas sociais, inclusive o Projeto Alvorada que mais tarde se tornaria o Fome Zero, ao avaliar a trajetória do presidente em questão, Oliveira (2003) salienta que foram realizadas ações pulverizadas, sem a garantia de continuidade, pois as decisões foram executadas em nível federal e repassada grande carga de responsabilidade para o nível municipal.

A impossibilidade de continuidade dos programas sociais criados neste período provocou um desgaste nas esferas municipais e inviabilizou estruturalmente o funcionamento das instituições responsáveis pela aplicabilidade das políticas sociais. Este período se destacou não só pelo desgaste estrutural das esferas municipais, mas também com o descumprimento com o definido nas leis abordadas. Fagnani (2005, p.569) denomina este momento como contrarreformas, liberais e conservadoras – “antagônicas à precária cidadania recém conquistada”. A gestão FHC ignorou a necessidade de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) inviabilizando a ação prática dos serviços sociais já indicadas como dever do Estado na CF88 e na LOAS. É possível sintetizar o governo FHC a partir do exposto por Milward:

A política social foi marcada pela subordinação à política econômica, na realidade, à estratégia macroeconômica do grande capital, de lógica neoliberal, que a situa nos parâmetros mercantis: “ela se torna função da participação contributiva dos seus usuários, cancelando qualquer pretensão de universalidade com a remissão a critérios de bases meritocrática” (NETTO, 1999, p.87). Isso fica evidente na marca que ficou patente na política social e, que vem se aprofundando até os dias de hoje, dado pela segmentação dos usuários, determinando igualmente a qualidade das prestações: para os que mais contribuem, prestações qualificadas; para os que menos contribuem, prestações desqualificadas (MILWARD, 2011, p.18)

A meritocracia é um padrão em gestão neoliberal e a frase, ”uma política pobre, para o pobre”, fica evidente nos anos 1990, que sinalizam claramente a ausência de responsabilidade do Estado frente a sociedade. As inúmeras privatizações, em especial, à política de assistência, transferiu as responsabilidades para a sociedade civil que ficou encarregada de criar redes de proteção social e instituições em “parceria” com o Estado, mais uma vez baseadas em subsídios, mas desta vez com uma característica mais parecida a uma “terceirização”. Esse período é marcado pelo grande surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) com a tarefa de tentar suprir a demanda social, de responsabilidade do Estado, para a sociedade civil.

As décadas de 1980 e 1990 foram de luta e enfrentamento para as políticas sociais como podemos observar. Melhorias passaram a acontecer após o ano de 2002, em que o Estado

passou a ser governado por um partido de esquerda, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, que teve como prioridade o protagonismo da classe trabalhadora do país, por meio da integração das políticas sociais, reestruturação dos programas e da participação da sociedade. Diversos debates foram realizados que contemplavam todos os níveis da gestão (federal, estadual e municipal). O marco deste período aconteceu na IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2004, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social. Nesta Conferência é elaborado, aprovado e publicado o texto final da política intitulada de PNAS/2004 que é incorporado à LOAS e demonstra maior aprofundamento quanto aos deveres do Estado, bem como maior amparo aos direitos do cidadão como consta no seguinte Art. 4:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004, p.32)

O PNAS institui o SUAS, que fornece direcionamentos à política de assistência relacionadas a gestão, desde aportes aos recursos financeiros até a aplicabilidade e operacionalização das ações vinculadas aos serviços socioassistenciais. Com o SUAS, a política de assistência passa a possuir um instrumento de gestão com ações diretas, efetivando as competências tal como os fluxos entre as esferas Federal, Estadual e Municipal.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (PNAS, 2004, p. 41).

Com o sistema descentralizado e participativo, os entes federativos passam a ter condições de atuar de maneira integrada com outras políticas setoriais em diferentes esferas da administração pública. O SUAS possibilita identificar os problemas e as potencialidades de cada município, focando nas reais necessidades para possibilitar o aporte correto de recursos

financeiros para a cobertura social. Tem como base de análise o território dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e possui capacidade de promover a operacionalização de forma direta aos serviços de proteção social básica.

É no mesmo documento que apresenta a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) que disciplina a gestão da política exercida de modo sistêmico em consonância com a CF88, a LOAS e as legislações completares a elas aplicáveis (PNAS,2004, p.85). No entanto, a NOB/SUAS só passa a vigorar a partir da sua criação como Lei no ano de 2011, com a aprovação da Lei nº 12.435, que alterou dispositivos da Lei nº 8.742/93 da LOAS.

É dentro desta perspectiva e de aspectos dentro da política que veremos mais adiante que afirmamos a necessidade de vincular as pessoas aos seus respectivos territórios, bem como utilizar metodologias que identifiquem fragilidades que necessitam de atenção e compreensão mais apurada das particularidades. Mesmo com a presença dos serviços nos territórios, compreendemos que existem situações que a gestão, com suas ferramentas oficiais, não consegue alcançar, agravamentos que fogem dos mecanismos tradicionais de identificação, sem contar que essas demandas estão em constante mudança e muitas vezes, o serviço disponível não detecta e acaba não contemplando as ocorrências mais subjetivas que se apresentam no território.

Reconhecendo essa demanda, a própria Política de Assistência Social tenta elaborar modos de aproximação e compreensão das necessidades dos usuários dos serviços. É por isso que, em 2011, com a Lei 12.435 que altera o art. 2º da LOAS é incluído a Vigilância Socioassistencial nos objetivos da Assistência Social e a partir deste ponto a política passa a adquirir, teoricamente, maior visibilidade e importância já que o objetivo da Vigilância segundo o art. 2º está em “analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos”.

E por fim, para efetivar a importância dos feitos até este período de construção das conquistas da política de assistência, em 2012, a nova Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012) é publicada trazendo uma nova maneira de avaliar o nível de adequação da gestão dos municípios. Apresenta o papel da vigilância socioassistencial ampliando sua conceituação e abrangência, com relevante debate que justifica nossa pesquisa e que será melhor detalhada no próximo subcapítulo.

Mas antes de detalhar os aspectos relevantes da operacionalização da vigilância socioassistencial, cabe a necessidade de explanar brevemente sobre as funções dos CRAS e dos Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), serviços que desempenham na prática os objetivos da política de assistência e possuem contato direto com a população usuária

nos territórios. Estes viabilizam nosso estudo como uma porta de entrada para alcançar, de modo estratégico e objetivo, as pessoas com quem precisamos ter contato para compreender melhor seu entorno e ouvir suas reais necessidades.

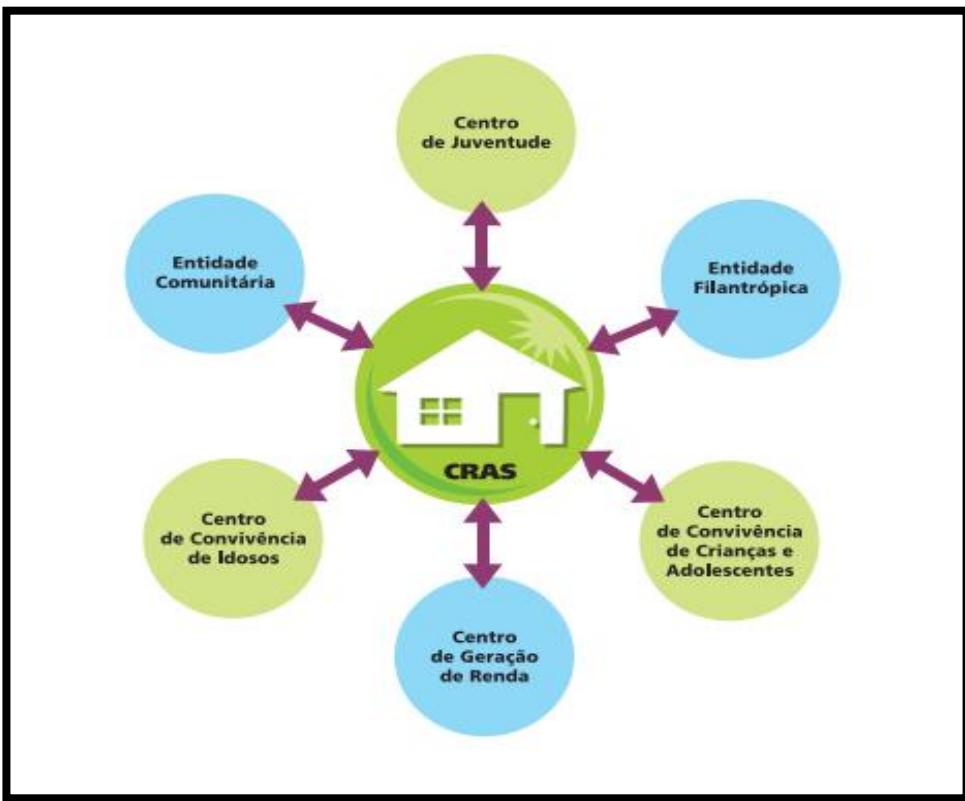
Para garantir a proteção social, o SUAS dispõe de duas modalidades: a proteção social básica (efetivada nos CRAS) e a proteção social especial (efetivada nos CREAS). A proteção básica (CRAS) tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do incentivo e desenvolvimento de potencialidade dos indivíduos, com fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A proteção especial (CREAS) objetiva prover atenção as famílias ou indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por diversas situações graves como maus tratos físicos/psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, indivíduos em situação de rua e entre outras situações de vulnerabilidade.

O trabalho desempenhado nos CRAS e CREAS, faz parte das conquistas efetivadas nas políticas sociais, é indispensável para a execução dos deveres do Estado e são responsáveis por amparar inúmeras famílias em risco e garantir os direitos dos cidadãos. O surgimento e implantação destas unidades é uma estratégia de descentralização e hierarquização – como previsto nas legislações já analisadas – dos serviços da Assistência Social, e, portanto, são estruturas essenciais no processo de planejamento territorial das políticas sociais dos municípios. O CRAS, que será a base de acesso para realização de nosso estudo, é considerado:

[...] referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados. (BRASIL, 2009, p.13)

Além de ser referência para o desenvolvimento dos serviços aos usuários, as unidades não governamentais presentes na abrangência do CRAS devem ser registradas nas unidades para efetivar articulações entre as próprias sedes, segundo ilustração (Figura 1).

Figura 1 - Serviços Referenciados - CRAS



Fonte: Brasil (2009, p.22)

As unidades de CRAS se efetivam no território a partir da mudança de perspectiva em torno da proteção social das legislações pós CF88, as quais e dão ênfase não só para a descentralização, mas também da necessidade de estar mais próximo do cotidiano das pessoas, pois é nesta escala que é possível compreender a diversidade territorial de exclusão em que os cidadãos estão expostos.

É por esse motivo que as unidades de CRAS devem estar localizadas (de acordo com as especificações da NOB/SUAS) em áreas com maiores índices de precariedade social. Segundo o MDS (Brasil, 2006, p.13) cada município deve identificar o(s) território(s) de vulnerabilidade social e nele(s) implantar um CRAS, de forma a aproximar os serviços dos usuários. Em relação à capacidade de atendimento, o MDS classifica segundo os seguintes critérios (Quadro 7).

Quadro 7 - Capacidade de atendimento segundo número de famílias referenciadas.

Nº de famílias referenciadas no território do CRAS	Capacidade de atendimento anual
2.500 famílias	500 famílias/ano

3.500 famílias	750 famílias/ano
5.000 famílias	1000 famílias/ano

Fonte: (Brasil, 2006, p.15)

Para realizar os atendimentos, o CRAS deve possuir equipe mínima e multidisciplinar composta por assistente social, psicólogo, auxiliar administrativo, estagiários e coordenador. A NOB/SUAS determina que toda a equipe de referência seja composta por servidores públicos efetivos e que realizem baixa rotatividade para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade das ações ofertadas pelos serviços, tendo em vista que a familiaridade e vivência nos territórios pelos trabalhadores potencializam a compreensão da realidade das pessoas ali inseridas, possibilitando um atendimento com maior qualidade e eficiência.

Segundo os direcionamentos pautados nas orientações da NOB/SUAS, compreendemos importância das unidades de CRAS e seu método de territorialização, tal como seus critérios para se instalar nas localidades necessitadas, nesta lógica, o MDS conclui:

[...] a territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (BRASIL, 2009, p.13)

É nesta perspectiva que objetivaremos a sequência de nosso estudo, caracterizando a operacionalização da vigilância socioassistencial que trata da identificação de fragilidades como das potencialidades presentes no território de vivência da população. Dessa forma, discutir como a Geografia aliada a ferramentas de espacialização pode ser útil para essa identificação, sendo que ela pode ser aperfeiçoada ao se inserir metodologias completares, como a cartografia social, esses pressupostos serão discutidos no Capítulo 4.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sob a responsabilidade do Estado, como podemos constatar em seu histórico, a partir do ano de 2004, a política de Assistência Social depois de sua criação e regulação pode ser

dividida em três funções: a proteção social, a defesa de direitos e a vigilância socioassistencial. A proteção social está presente na prestação dos serviços diretos aos cidadãos tendo como referência os CRAS e os CREAS (proteção básica e especial respectivamente), a defesa de direitos acontece nos conselhos, em sua grande maioria consultivos e de pouca representatividade e a vigilância socioassistencial que acontece diretamente na gestão e se expande para os serviços da “ponta” (CRAS, CREAS e demais instituições filiadas), conforme o Art. 87: “A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de Assistência Social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas” (BRASIL, 2012, art. 87).

A vigilância socioassistencial tem por objetivo promover ferramentas que facilitem o olhar da gestão, não só apontando as desproteções trazendo informações sobre o território, mas constitui-se como essencial a política de assistência ao atuar de forma complementar às outras funções já existentes nos serviços que atuam na defesa dos direitos. Dessa forma:

Vigilância Social: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos. (BRASIL, 2005, p. 39-40)

Essa função visa detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência e autonomia. Tem como função conhecer a realidade específica das famílias e as condições que elas estão submetidas. A organização para efetivação da função da vigilância não é simples, exige capacitação do pessoal e investimento em estrutura no que se refere às tecnologias para armazenar e manipular informações estatísticas. Esse fluxo visa estabelecer a relação mais próxima e viva do cotidiano dos sujeitos presentes no território. Além disso, ressaltamos que é importante criar meios para que além das informações coletadas, as vozes dos usuários do SUAS também sejam consideradas como parte do conhecimento sobre os territórios em questão.

Nessa perspectiva que a Geografia e as ferramentas de geoprocessamento assumem um importante lugar nesta etapa da operacionalização e aplicação da vigilância, tal como as

metodologias complementares como as de cartografia social e psicologia ambiental que podem ser incluídas e que facilitarão o processo de coleta e análise dos dados – escopo de nossa tese – que serão melhor detalhadas no Capítulo 4.

Para cumprir seus objetivos, a vigilância socioassistencial:

- Produz e sistematiza informações e cria indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social que incidem sobre as famílias e os indivíduos nos diferentes ciclos de vida;
- Monitora a incidência das situações de violência, negligência, maus tratos, abuso e exploração sexual, que afetam famílias e indivíduos, com especial atenção para aquelas em que são vítimas crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;
- Identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;
- Identifica a incidência de vítimas de apartação social que impossibilite sua autonomia e integridade e fragilize sua existência;
- Monitora os padrões de qualidade dos serviços de assistência social, com especial atenção para aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semirresidências e moradias provisórias para os diversos segmentos etários;
- Analisa a adequação entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta dos serviços socioassistenciais, considerando seu tipo, volume, qualidade e distribuição espacial;
- Auxilia a identificação de potencialidades dos territórios e das famílias neles residentes. (BRASIL, 2016, p.16)

Essa identificação dos distintos graus de precariedade presentes nos diversos territórios é fundamental para que a gestão possa planejar e priorizar medidas e ações voltadas aos locais mais vulneráveis, todavia se faz necessário desenvolver metodologias e meios para identificar as famílias em maior grau de vulnerabilidade. A identificação e a inclusão dessas famílias nos serviços, programas, projetos ou benefícios dos SUAS, materializa o principal objetivo da vigilância, tornando palpável a contribuição dessa função para a efetivação da proteção social e dos direitos assistenciais

O processo de implantação da vigilância socioassistencial exige essas etapas de organização, bem como necessita de um aprofundamento conceitual em que legitima sua caracterização como função da política de assistência e está incorporada na discussão dos estudos e diagnósticos como é possível observar na Figura 2 - Fluxograma da dinâmica de trabalho na vigilância socioassistencial.Figura 2.

Figura 2 - Fluxograma da dinâmica de trabalho na vigilância socioassistencial.



Fonte: Paraná (2014, p.5)

O levantamento conceitual do debate em torno do risco, vulnerabilidade e território sustentam a caracterização da vigilância com função política e contribuem para aperfeiçoar os saberes dos trabalhadores que já possuem o conhecimento prático e da vida cotidiana dos sujeitos nos territórios de atuação. Desse modo, em sua dimensão teórico-conceitual, a concepção de vigilância está ancorada em um conjunto integrado de conceitos e categorias que buscam compor uma abordagem para a produção de conhecimentos aplicados ao desenvolvimento da política de Assistência Social.

Como exposto nos art. 1º e 6º da LOAS (após alteração de 2011) os conceitos de risco, vulnerabilidade e território estão inter-relacionados e propiciam um modelo para realizar análises das relações entre a proteção social e a oferta de serviços e benefícios à população. Os conceitos de risco, vulnerabilidade e território são amplamente discutidos na área acadêmica e possuem diversas concepções que permitem se enquadrar nas especificidades de cada tema trabalhado. Entre as diferentes tendências e abordagens do estudo destes conceitos, temos inúmeras ciências que se utilizam da mesma categoria de diversas formas de acordo com seus próprios pressupostos ontológicos⁵ e que pouco se comunicam. Tendo isso em conta, é

⁵ Como é o nosso caso ao tratar da abordagem de território no Capítulo 1

conveniente apresentar a discussão destes conceitos de acordo com o exposto nos documentos oficiais que caracterizam a estrutura da vigilância socioassistencial, para não corrermos o risco de omitir as particularidades práticas dos serviços utilizando abordagens e aplicações com contextos de outra relevância.

Como já mencionado, o conceito de risco é utilizado por diversas áreas do conhecimento e possui aplicações diversas no âmbito de política pública, como trabalhado em Cunha (2018, p.37), no mesmo contexto da política de assistência, o risco, pode ser interpretado a partir de dois aspectos: a) como um acontecimento que tem a probabilidade de acontecer; b) um evento que tem a possibilidade de provocar um perigo imediato ou não. Sendo assim,

[...] a aplicação do conceito de risco está necessariamente associada à pré-definição de um evento (ou de certo conjunto de eventos), tendo em vista a peculiaridade de cada área. A adoção dessa perspectiva não exclui, obviamente, a necessidade de compreensão das dimensões culturais ou subjetiva por meio das quais os indivíduos e a sociedade reconhecem, avaliam e valoram os riscos. (BRASIL, 2016, p. 19)

Na realidade da Assistência Social, a operacionalização do conceito de risco exige a definição do conjunto de eventos ao que compete diretamente desenvolver esforços para prevenir, enfrentar e reduzir seus agravos. É neste sentido que é necessário desenvolver trabalhos que viabilizem a mensuração e acompanhamento de áreas que tiveram a incidência de eventos ou possuem a probabilidade de sua ocorrência. Nesta perspectiva, a PNAS define alguns eventos que devem ser prevenidos ou enfrentados:

- Situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso e exploração sexuais; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade.
- Situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, tais como vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos, crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), ainda que residam com a própria família. (BRASIL, 2016, p. 20)

Todas as situações são possíveis de serem minimizadas ou até evitadas com o devido preparo e operacionalização do fluxo de trabalho com as ferramentas que a vigilância propõe. Ao incorporar metodologias de monitoramento socio-territorial é possível gerar diagnósticos que demonstram os caminhos que a gestão dos serviços socioassistenciais poderão percorrer, da mesma forma – já apresentando o próximo conceito – modelar indicadores para gerar índices

que forneçam resultados que calculam a vulnerabilidade dos sujeitos e seus territórios de vivência.

Assim como o risco, a vulnerabilidade consiste em uma série de situações originadas nos processos políticos e econômicos que produzem e reproduzem desigualdades e ameaçam a sobrevivência e a dignidade das pessoas, como por exemplo, a inexistência de renda ou a renda insuficiente.

Segundo a PNAS (2004):

[...] a vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionais engendrados nas construções sóciohistóricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros.

A política necessita compreender a multidimensionalidade do conceito de vulnerabilidade, não se restringindo apenas à noção de pobreza, mesmo a pobreza sendo um importante fator de vulnerabilidade ou incapacidade de se recuperar de eventos que colocam os sujeitos em risco. É necessário que a vulnerabilidade seja entendida como uma junção de diversos fatores, envolvendo características do território, fragilidade nas famílias e insuficiência da oferta de políticas públicas, conforme podemos observar na

Figura 3 – A multidimensionalidade da vulnerabilidade social.



Fonte: Brasil (2016, p.22)

Tendo em vista essa dimensão, é importante que os profissionais da política de assistência tenham clareza das responsabilidades e ofertas que os competem enquanto executores desta política em específica, pois, o enfrentamento e a superação das vulnerabilidades, em sentido multidimensional, só é possível pela ação concomitante de diferentes políticas, seja ambiental, da saúde ou educação.

Considerando o uso da vulnerabilidade e o risco como mecanismo de análise pela política de Assistência Social, Sposati (2009, p.35) entende que “[...] atuar com vulnerabilidades significa reduzir fragilidades e capacitar potencialidades”, isso demonstra a importância de ampliar o debate sobre a abordagem da vulnerabilidade na perspectiva de fornecer subsídios para a conquista de novos caminhos de superação.

Para ampliar o debate, é necessário que a vulnerabilidade seja entendida como um conjunto de fatores, no entanto, é indispensável que tenha pleno conhecimento do território em suas diversas particularidades. É neste sentido que a PNAS apresenta o conceito de território como fundamental para estruturação e operacionalização da vigilância socioassistencial.

O conceito de território, relevante categoria geográfica já debatida no Capítulo 1 desta pesquisa, apresenta-se na política de assistência recentemente como um importante conceito que incorpora em suas singularidades ao debate de políticas sociais. A política de assistência encontra no conceito de território direcionamentos precisos para trabalhar em sua dupla abordagem: objetiva, para trabalhar com a abrangência e seus limites de gestão articulados a gestão administrativa, e, subjetiva, que procura compreender a forma como as relações sociais constroem e materializam suas expressões num dado recorte espacial.

Encontramos diversas referências das obras de Milton Santos nos documentos oficiais que operacionalizam a vigilância socioassistencial. Referências esclarecedoras que justificam precisamente seu uso no âmbito da prática dos serviços sociais, a saber:

O território é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida. (SANTOS, 2002, p. 102)

Baseada nesta perspectiva, a política de assistência se apropria do conceito de território com o objetivo de encarar suas expressões como território vivo e vivido, constantemente construído e reconstruído pelos sujeitos que nele habitam. É interesse da política de assistência acompanhar e compreender essas territorializações para promover intervenções objetivas e condizentes com as realidades constatadas. Assim, afirma-se:

A atuação sobre o território significa atuação no plano coletivo, que passa, por um lado, pelo compromisso do poder público com estruturação da oferta de serviços socioassistenciais compatíveis com as necessidades do território e, por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos reais entre as equipes de referência dos serviços e os territórios, de forma a desenvolver intervenções que possibilitem promover na população a “coletivização” da reflexão sobre os problemas, assim como a construção das estratégias igualmente coletivas para o enfrentamento ou a superação deles. (BRASIL, 2016, 23)

Essa atuação realizada por meio de intervenções adequadas a cada realidade encontrada possui grande efetividade, pois apresenta as situações ao coletivo, constrói reflexões e procura soluções – com apoio do Estado – baseadas na realidade vivenciada, pela voz da comunidade, consequentemente promovendo a emancipação dos indivíduos valorizando seu conhecimento de causa e a ciência intrínseca em todas as ações que dão legitimidade às territorialidades e que discutiremos mais profundamente no Capítulo 3.

Para podermos encerrar nossa caracterização do processo de construção da política de assistência, julgamos necessário apresentar brevemente sua implantação no município de Londrina-PR, bem como, apresentar a operacionalização da vigilância socioassistencial já iniciada e constada em estudos anteriormente mencionados com o intuito de amparar os próximos encaminhamentos realizados nesta pesquisa.

2.4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA

O processo de surgimento da Assistência Social em Londrina se deu concomitante ao contexto federal, por iniciativas assistencialistas, inicialmente relacionadas a preocupação de ações básicas de saúde acompanhada por atendimentos especiais a crianças carentes (ALVES, 2002, p.182). Igrejas e organizações filantrópicas tiveram participação no que se referia a organizar prestação de serviços como: creches, asilos e lares para órfãos. Dessa forma,

Através de uma luta de aproximadamente treze anos, que contou com a mobilização de assistentes sociais da Prefeitura do Município de Londrina, entidades da categoria e Universidade Estadual de Londrina, a legislação sobre a organização da Assistência Social em Londrina foi promulgada em 26 de dezembro de 1991, através da Lei nº 4.910, que criou a Secretaria Municipal de Ação Social (SMAS) como estrutura formal dentro do poder público, sendo pioneira no Estado do Paraná. (SOUZA, 2006, p.4)

Mas a implantação da Lei se deu só no ano de 1993. No município, pode-se afirmar que a Assistência Social só foi estruturada enquanto política no período de 1993 a 1996 sob a égide de um governo comprometido com as causas sociais (LOPES, 1999). Após esse período (1997 – 2000) houve estagnação das ações e retrocesso político no que se refere as aplicações das políticas sociais do município por conta do modelo político estabelecido.

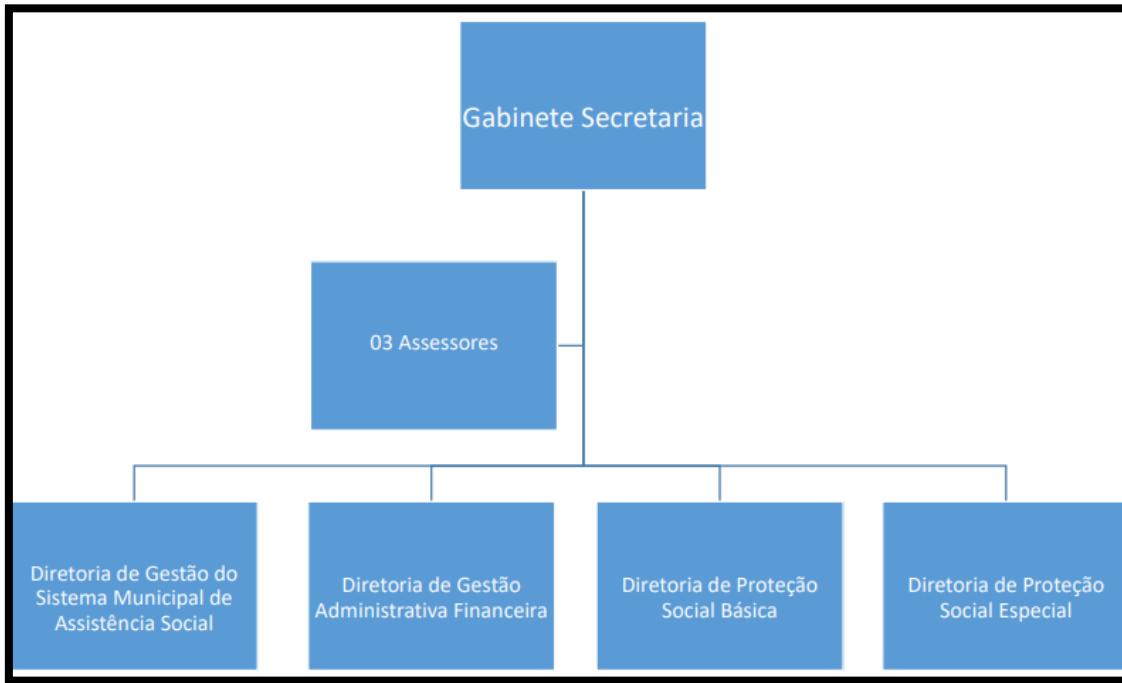
Pós 2001 estabelece outro modelo de gestão, o qual a Assistência Social passa a ser gerenciada sob a ótica do direito constitucional e dever do Estado com ações contínuas no que se refere aos financiamentos, gestão e controle.

Segundo Pastor & Marino (2010) foi a partir do ano de 2004 que o município de Londrina:

[...] reordena sua estrutura de atuação na Política de Assistência Social, realizando a divisão de suas ações por níveis de proteções: Básica e Especial. O órgão gestor da assistência, agora denominado Secretaria Municipal de Assistência Social, traz em sua estrutura organizacional a linha de ação no âmbito de transferência de renda, apoio sócio-familiar e inclusão produtiva que correspondam à proposta de garantias na busca de autonomias inseridas no sistema. Sendo que na proteção especial há a lógica da divisão pautada em serviços de Média e Alta complexidade, conforme disposto na PNAS/2004. (PASTOR; MARINO, 2010, p. 51)

Com o organograma na Figura 4 da Secretaria de Assistência Social do Município de Londrina fica mais fácil a compreensão de sua estrutura.

Figura 4 – Organograma geral da SMAS de Londrina.



Fonte: Prefeitura de Londrina, 2021

Cada Diretoria representa um nível de atuação e desempenha papel fundamental na aplicação prática das políticas sociais no município. Destacamos o papel da Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social e da Diretoria de Proteção Social Básica, áreas que trabalharemos diretamente em nosso estudo e que participam ativamente para aprimoramento dos sistemas de informação territorial de toda abrangência do município.

Dentro da Diretoria de Gestão, encontramos a Gerência de Gestão da informação que é responsável por toda sistematização dos dados que circulam dentro da Secretaria, seja dados brutos de institutos de pesquisa, como IBGE, como dados mais detalhados e específicos processados por meio da Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social (IRSAS). O sistema IRSAS se encontra no ar desde a sua criação, pela equipe técnica da Secretaria, em 2005, atendendo a própria Secretaria, bem como os Serviços da Rede Socioassistencial Governamental e não Governamental. Este sistema é responsável pelo armazenamento de todas as peculiaridades dos serviços, registrando diferentes ocorrências conforme especificidades identificadas em cada área que dele se utiliza. Essa inserção de dados referentes à população usuária dos serviços permite que todos os profissionais tenham acesso aos atendimentos e

encaminhamentos que foram realizados e estão em andamento compartilhando as informações dentro dos princípios de ética que regem os profissionais da assistência.

O IRSAS possibilita a extração de informações por meio de relatórios de conhecimento das vulnerabilidades por bairro e territórios dos CRAS, obtendo informações de:

[...] conhecimento do perfil do público, dos serviços que cada família faz uso na rede, dos benefícios que utiliza, integrando o atendimento de forma transversal, permitindo ainda que as famílias sejam atendidas sempre a partir de sua história de vida, sem interromper a construção coletiva dada pela rede de serviços e eliminando as distorções nas histórias de vida dadas por cada membro do domicílio, bem como, permite a eliminação de duplicitade de benefícios, contribuindo, assim, para o cumprimento do princípio da eficiência na administração pública, visto possibilitar a otimização dos recursos e ampliação de seu alcance. (LONDRINA, 2021)

O cadastro de cada pessoa no IRSAS é formado pelas seguintes informações:

- Dados pessoais;
- Identificação do domicílio no cadastro único;
- Dados do responsável;
- Filiação;
- Documentos pessoais;
- Escolaridade e escola;
- Situação ocupacional e renda familiar;
- Dados para contato;
- Mapeamento da situação de deficiência;
- Dados do cumprimento das condicionalidades;
- Localização (endereço da residência ou de serviço onde se encontra dentro da rede sócio assistencial);
- Composição familiar;
- Ocorrências (registro de todos os procedimentos realizados); armazenando todo o histórico de atendimento com a família, o registro pode ser efetivado em todos os serviços da rede.
- Avaliação de vulnerabilidade baseado em indicadores de proteção social básica e de proteção social especial;

Esses dados possibilitam a extração de relatórios que permitem a compreensão da realidade do público usuário dos serviços de assistência e podem promover ações diretas na esfera da gestão para realizar tomadas de decisão. Essa extração pode gerar relatórios de concentração da demanda por diversas especificidades, mapeamento das vulnerabilidades presentes nos territórios, bem como, controle das atividades realizadas nos serviços, implantações de medidas, cálculo de orçamentos e diversas outras decisões no que se refere ao planejamento territorial. O sistema IRSAS,

[...] também é um instrumento de vigilância social que permite ao gestor a identificação de níveis de vulnerabilidade e cobertura de serviços e benefícios nos territórios, podendo ser utilizado como instrumento de controle gerencial e

operacional, possibilitando a leitura territorializada dos dados relativos aos usuários inseridos nos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social (CUNHA; MUSTAFA, 2015, p.5)

Essa ferramenta de gestão, auxiliará diretamente nosso estudo para extrair e confrontar os dados da cartografia social que trabalharemos no Capítulo 4.

Para utilizarmos as informações cartográficas mencionadas, é necessário caracterizar o processo de territorialização da abrangência dos CRAS da Assistência Social que tivemos a oportunidade de participar e apresentar em nossas pesquisas anteriores. Essa experiência identifica alta relevância para o andamento de nossa presente investigação, tendo em conta que sua sistematização teve por objetivo principal gerar informações territorializadas para a Secretaria.

No ano de 2012, a Assistência Social de Londrina passa por outro momento importante no que se refere à espacialização das informações sociais, desta vez com a digitalização dos limites territoriais da abrangência dos CRAS. Pois,

[...] a grande ambição deste momento era digitalizar os territórios e consolidar os mapas com dados de realidade. As produções dos mapas começaram a constituir a territorialização, processo realizado em conjunto com as equipes dos serviços que participaram de todo o trabalho. Neste processo de sistematização, os olhares para os territórios da assistência social eram aqueles que contavam com áreas de vulnerabilidade e risco social. Estimava-se a possibilidade de unificação das áreas censitárias com as áreas de abrangência dos CRAS, mas no momento não foi possível. (CUNHA; MUSTAFA, 2015, p.6)

Nesse momento, a Secretaria ganha não só um avanço no processo de trabalhar a abrangência dos serviços em meio digital, mas passa a dar maior importância a esses territórios de gestão como uma ferramenta eficaz e provedora de informação territorializada. Foi no ano seguinte de 2013 – fruto de nossa experiência – que se inicia outro processo de aprimoramento em meio digital, com a presença de um geógrafo na Secretaria, o desenvolvimento de nosso trabalho era exclusivo com os territórios auxiliado por ferramentas de geoprocessamento. O trabalho de cunho técnico⁶ atuou com a manipulação dos limites territoriais dos CRAS e se preocupou não só em redesenhar as 10 áreas de abrangência das unidades, mas em desenhá-las respeitando os limites dos Setores Censitários⁷ do IBGE, juntamente com os profissionais dos serviços de CRAS e CREAS, registrados na Figura 5

⁶CUNHA, C. C. Proposta de readequação da abrangência territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Londrina-PR”, 2014

⁷ O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado (IBGE, 2017).

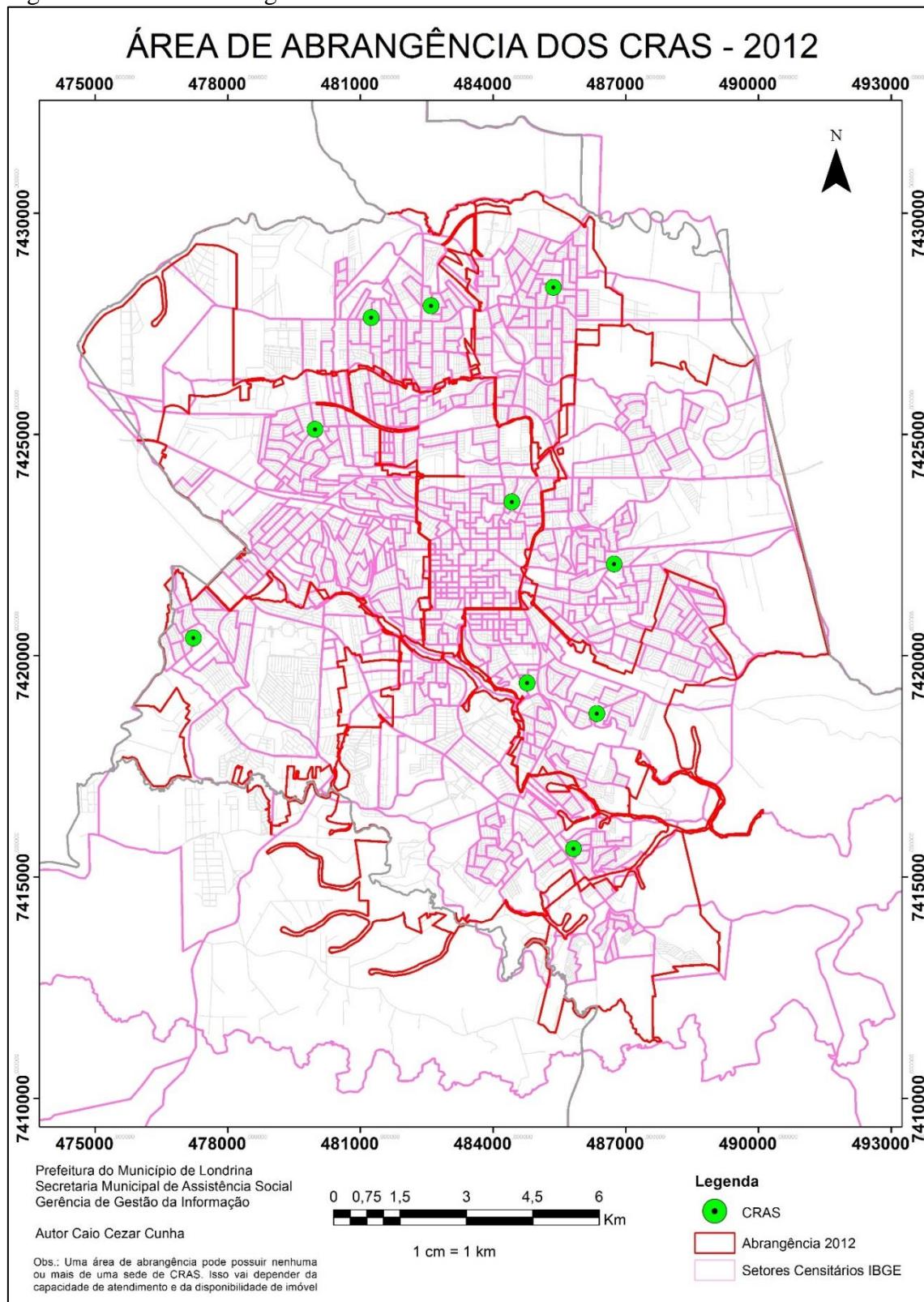
Figura 5 – Reunião da proposta de readequação territorial em conjunto com os servidores.



Fonte: CUNHA, 2014

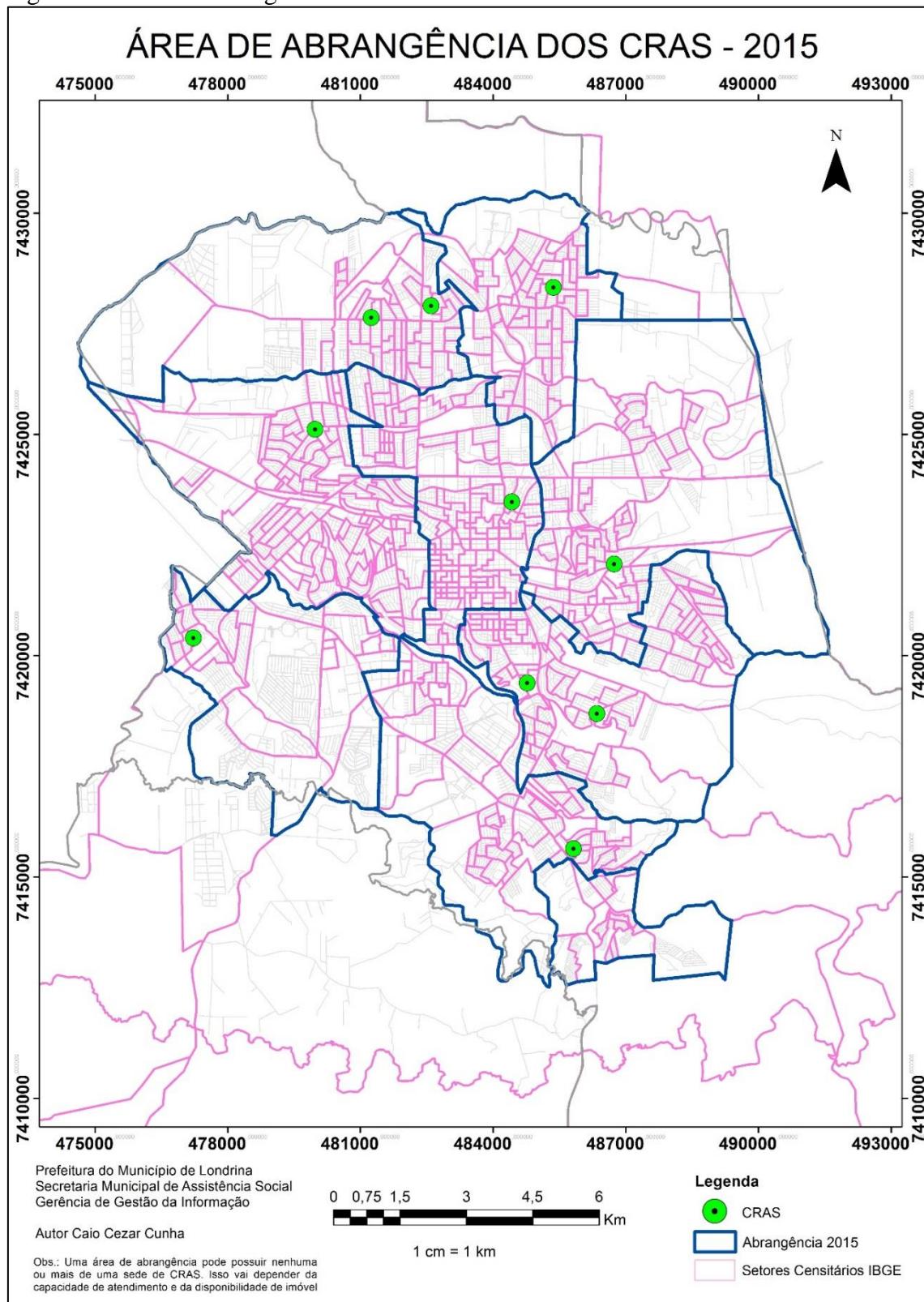
A motivação deste trabalho teve por objetivo a solução de problemas de conflito (sobreposição ou exclusão de áreas) entre abrangências na sistematização dos territórios, bem como criar uma “harmonia” entre territórios de CRAS e Setores Censitário, não apenas para garantir que o Município tenha a cobertura dos serviços assistenciais, mas para viabilizar o acesso às informações espaciais socioeconômicas encontradas no acervo do IBGE. A proposta finalizada em 2014 foi aprovada e os novos limites territoriais dos CRAS entraram em vigência a partir do ano de 2015. As Figuras 6 e 7 apresentam a modificação realizada, sendo evidente na Figura 7 notar as sobreposições que os limites territoriais sofriam e a não cobertura de nenhuma abrangência em outras áreas.

Figura 6 – Área de abrangência dos CRAS no ano de 2012



Fonte: CUNHA, 2014, p.62

Figura 7 – Área de abrangência dos CRAS no ano de 2015.



Fonte: CUNHA, 2014, p. 64

Em síntese, podemos observar analisando as informações que estão representadas nas Figura 6 e 7, que as alterações que foram realizadas utilizando uma metodologia de alteração mínima dessas áreas, tendo em conta que os servidores dos CRAS já possuem familiaridade em seus territórios de atuação, bem como, a população já possui identidade aos CRAS a que é vinculada. A intenção foi alterar minimamente essa realidade para que grandes impactos fossem evitados. No entanto, é inevitável que estes não aconteçam, posteriormente a data de aprovação da nova abrangência de 2015, diversas pequenas modificações foram sendo realizadas para suprir as especificidades que os trabalhadores iam apresentando ao atuar nos novos limites territoriais na prática.

Este e outros processos de conquistas e aprimoramentos técnicos neste período, serviu não só para trazer maior qualidade aos serviços, no que se refere ao acesso a informações territorializadas, mas, particularmente, para elevar o debate territorial e informacional na agenda da Assistência Social de Londrina. O que estimulou posteriormente em algumas pesquisas⁸ e constatou a necessidade de aprofundamento na temática, tendo em vista a necessidade de operacionalização da vigilância socioassistencial no Município.

No ano de 2016 a professora e assistente social, Dirce Harue Ueno Koga, autora de livros fundamentais na discussão de dinâmicas socioterritoriais e práticas das políticas sociais no Brasil, prestou assessoria a Assistência Social de Londrina, junto as equipes técnicas que já estavam trabalhando nas informações do Município a partir do novo modelo implantado, com auxílio de ferramentas de geoprocessamento. Ao se referir ao novo modelo territorial adotado pela Assistência Social no ano de 2015, Koga pontua:

Tal compatibilização significou um importante avanço também em relação à territorialização da política de assistência social, ao possibilitar a utilização dos dados do IBGE na escala dos setores censitários, que, por sua vez, foram agregados de acordo com as áreas de abrangência dos CRAS. Esse exercício permitiu a agregação dos dados cadastrais do IRSAS [...] A compatibilidade entre as bases cartográficas existentes na cidade com base dos setores censitários do IBGE tem representado um dos obstáculos para a constituição da territorialização do SUAS na escala intraurbana pelos gestores municipais de assistência social. (KOGA, 2017, p.182)

Por esse motivo, a assessoria prestada pela professora Koga, foi potencializada, pelos profissionais da Secretaria, uma vez que possuíam avanços significativos na leitura e análise dos dados disponíveis, especialmente no confronto entre as ofertas dos serviços, a demandas da população e a presença da proteção social. Diversas reuniões foram feitas para o aperfeiçoamento do fluxo de trabalho realizado na Gerência de Informação, tal como encontros

⁸ CUNHA (2018), MUSTAFA, *et al* (2018), CUNHA, ANTONELLO (2020a) CUNHA, ANTONELLO (2020b)

ampliados para os técnicos e todos os trabalhadores da Secretaria de Assistência que fazem parte da lógica e construção do sistema de vigilância socioassistencial.

Alguns resultados foram importantes para o surgimento de novos direcionamentos das pesquisas por nós realizadas e da orientação metodológica que a gestão dos serviços se apropriou. Do andamento da assessoria, Koga coloca:

Descobriram-se ao longo do processo de assessoria, novas possibilidades de análise sobre a cidade e as demandas e ofertas de proteção social e defesa de direitos ao se territorializar as informações a partir das 10 áreas de abrangência de CRAS, que agregam 45 microterritórios no total. Alargou-se o diagnóstico socioassistencial para sua dimensão territorial (KOGA, 2017, p.190).

O processo de assessoria constatou um avanço na leitura dos dados “[...] saindo da lógica de média da cidade para uma perspectiva intraurbana, permitindo (re)conhecer novas particularidades e dinâmicas internas” (KOGA, 2017, p.190) em cada um dos 10 territórios trabalhados. Esse processo, possibilitou a valorização do uso da informação de forma desagregada obtendo maior conhecimento sobre a diversidade encontrada nas demandas do município.

O processo de assessoria não só forneceu orientações para a operacionalização do sistema de vigilância socioassistencial, como também ressaltou particularidades do Município no que se refere a homogeneização de particularidades das áreas quando se trabalha áreas urbanas, rurais e indígenas. Este fato nos atentou para uma reflexão além do processo de vigilância, mas que não se exclui da temática: estamos nós considerando todas as particularidades encontradas nos territórios para realizar as tomadas de decisão? Como trabalhar tantas especificidades? As pessoas que utilizam cotidianamente os serviços de assistência estão sendo ouvidas? Como instrumentalizar tal ação?

Consideramos essas perguntas uma provocação para nosso estudo e que procuramos conquistar meios que auxiliem a nos apresentar direções em prol destas respostas. Contudo, acreditamos que necessitamos (re)construir nossas linhas de raciocínio para superarmos o que Boaventura apresenta como “[...] lógica da monocultura do saber e do rigor científico” (SANTOS, 2004, p790) pois, como coloca o autor, a lógica necessita “[...] ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor” (SANTOS, 2004, p. 790). Desse modo, o autor sugere pensarmos em uma “sociologia das ausências” que a nosso ver, afasta a ciência hegemônica ditando o que está verdadeiramente correto, mas o conhecimento de causa, da *práxis* e da ação como um caminho para a compreensão autêntica dos inúmeros contextos,

dando voz e promovendo emancipação para os portadores do conhecimento popular e saber local. Pressupostos que discutiremos mais profundamente no capítulo a seguir.

3 O DEBATE SOBRE O CONHECIMENTO

Para debatermos o conhecimento, precisamos debater o campo de ação e da *práxis* que nasce da reflexão e se torna um ciclo de (re)construção das teorias e consequentemente das práticas. Em diversos debates políticos e sociais, tem sido evidente a dificuldade de fuga deste ciclo para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada, de acordo com Edgardo Lander (2005) pelo modelo neoliberal. As dificuldades de superação desta formulação

[...] devem-se, em larga medida, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida. (LANDER, 2005, p. 7)

O autor ainda destaca que a naturalização da sociedade liberal como uma forma avançada da existência humana baseada em privilégios não é uma construção recente, que pode ser atribuída ao pensamento econômico e neoliberal, pelo contrário, “trata-se de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos” (LANDER, 2005, p.7).

Para confrontar conhecimento e ciência hegemônica, precisamos nos despir de algumas “verdades” teóricas, monoculturais e universais que posicionam o conhecimento ocidental como central, negando o legado do conhecimento derivado do local e produzido a partir de rationalidades culturais e sociais distintas. Essa “verdade”, tem organizado e orientado a ciência hegemônica desde sua origem. Na América Latina, segundo Catherine Walsh, desde os anos 90, se observa

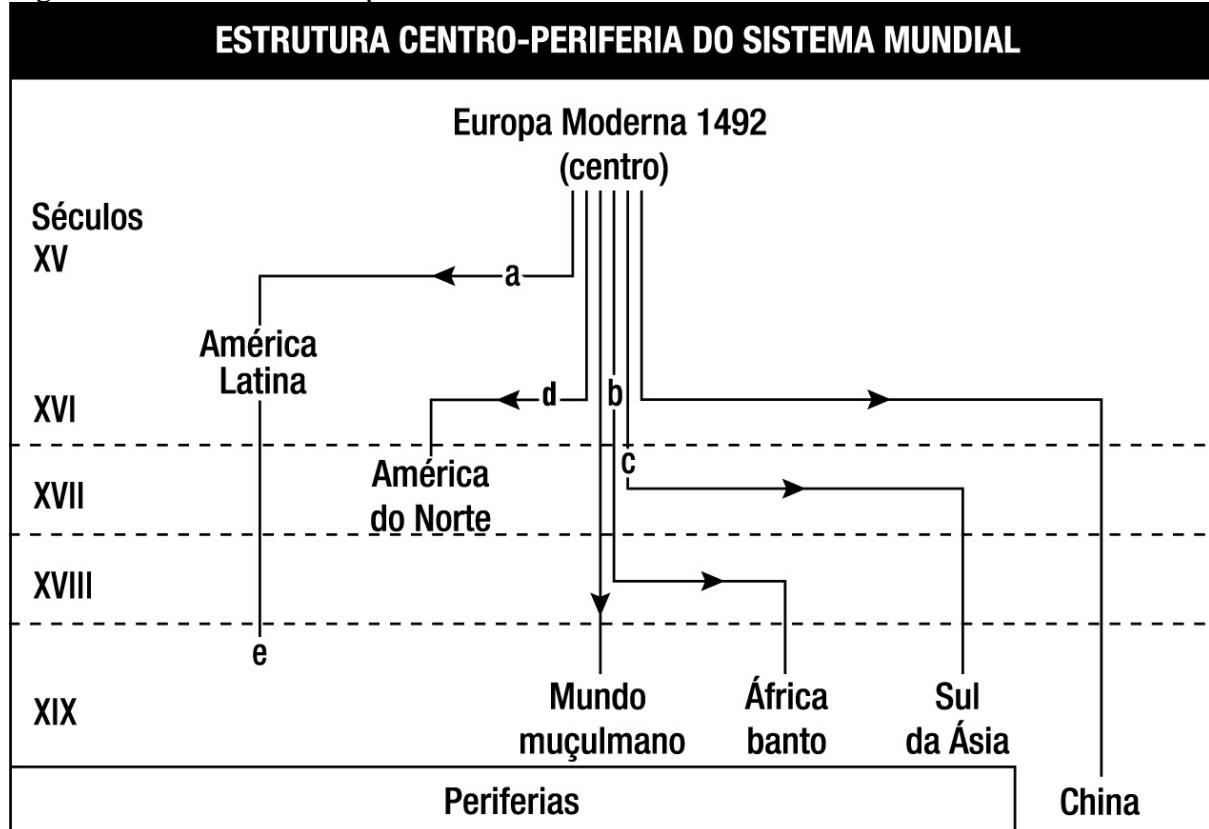
[...] un fortalecimiento de estos supuestos como parte de la globalización neoliberal extendida a los campos de la ciencia y el conocimiento. A partir de este fortalecimiento, evidente en la mayoría de las universidades de la región, la escisión cartesiana entre el ser, hacer y conocer, entre ciencia y práctica humana, se mantiene firme; el canon eurocétrico-occidental se reposiciona como marco principal de interpretación teórico; y el borramiento del lugar (incluyendo la importancia de las experiencias basadas-en-lugar) se asume sin mayor cuestionamiento. (WALSH, 2007, p. 103)

A falta de aprofundamento das experiências baseadas no lugar, confirmam a necessidade de busca por alternativas à conformação excludente e desigual do mundo moderno, exigindo empenho para desconstruir o caráter universal e natural da sociedade capitalista. Aníbal Quijano (1999, p. 11) explica esse movimento histórico de exclusão por meio da colonização

ressaltando que “essa estrutura produziu discriminações que posteriormente foram codificadas como ‘raciais’, étnicas, ‘antropológicas’ ou nacionais”. Mais profundamente, essas construções, produtos da dominação colonial foram assumidas por parte dos europeus como categorias de pretensão superficial e objetiva, sem significado histórico como se fossem fenômenos naturais e não do poder e da subordinação.

É evidente, se observarmos num contexto global a distribuição de recursos e de trabalho entre a população mundial, concluirmos que a vasta maioria dos explorados, dominados e discriminados (culturalmente, socialmente e economicamente) são os membros das “raças, das “etnias”, ou das “nações” que foram colonizadas desde o princípio da conquista da América, bem como a distribuição dos recursos, que de modo abrupto foi levada aos países responsáveis pela exploração. Enrique Dussel classifica os países colonizados como a periferia do sistema mundial desde do ano de 1492, como vemos na Figura 8.

Figura 8 – Estrutura centro-periferia do sistema mundial.

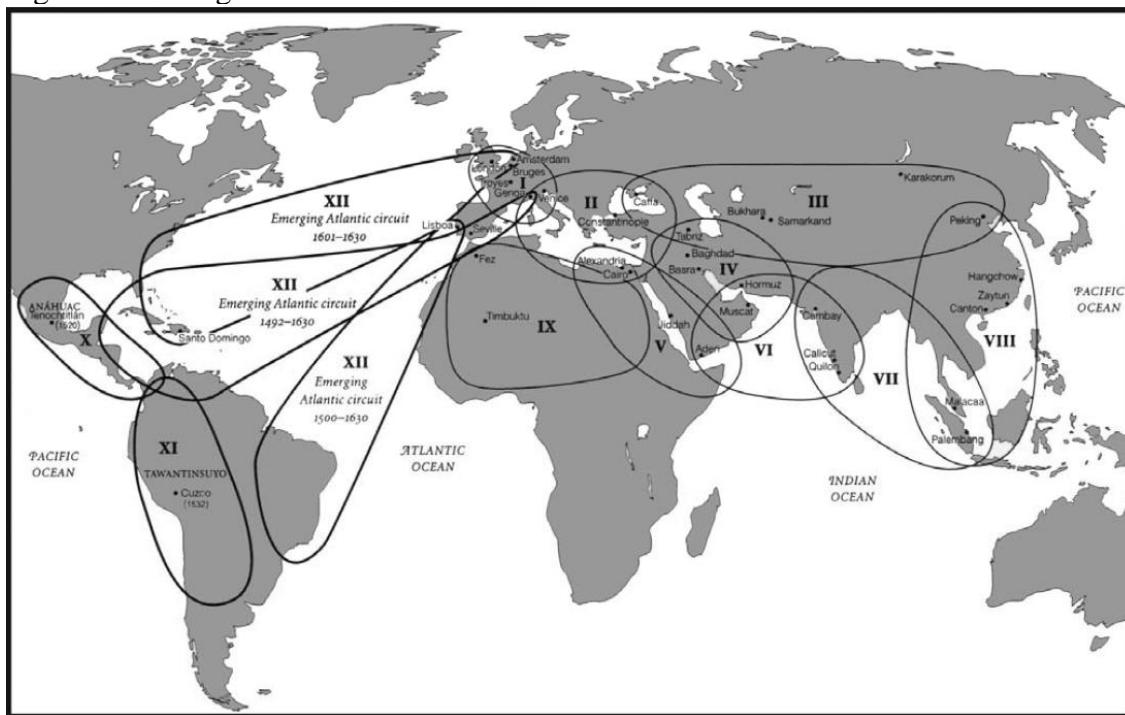


Esclarecimentos: seta a: a primeira periferia; b: o escravismo em suas costas ocidentais; c: algumas colônias (como Goa, etc.), mas sem ocupação continental; d: emancipação dos Estados Unidos; e: emancipação hispanoamericana;
Fonte: DUSSEL, 2005, p. 28

Outra caracterização relevante deste período e que foi responsável pela criação dessas periferias foi a emergência da ideia de “hemisfério ocidental”, essa diferenciação entre

hemisférios se deu a partir da conquista do espaço comercial já existente no “oriente” – que a Europa até o momento era periferia desta rede – com a integração dos circuitos comercias no Atlântico, alterando o papel da Europa como centro comercial, coletando as riquezas dos países colonizados, ganhando força e adquirindo papel central no comercio mundial por meio dos circuitos do Atlântico – dando ênfase na América Latina – interligando a rede “que tinha seu centro em Tenochtitlán e se estendia pelo Anáhuac; e o que tinha seu centro em Cusco e se estendia pelo Tawantinsuiu” (MIGNOLO, 2005, p. 35), como claramente se observar na Figura 9.

Figura 9 – Emergência do circuito comercial do Atlântico.



Fonte: MIGNOLO, 2005, p 35

Mignolo ainda ressalta que

A configuração da modernidade na Europa e da colonialidade no resto do mundo foi a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa. (MIGNOLLO, 2005, p.36)

E é a partir dessa imagem que o pensamento hegemônico se sustenta até os dias atuais. Embora o colonialismo político de subordinação tenha sido eliminado com a emancipação dos países colonizados, a relação entre a cultura europeia (também denominada

de ocidental), continua a caracterizar uma dominação colonial. Não é apenas uma subordinação em vários níveis e profundidade de culturas colonizadas ao europeu, mas consiste em primeiro lugar, em uma colonização imaterial, categorizada no imaginário dos colonizados, ou seja, tem atuação direta no interior de cada indivíduo. Neste sentido, Quijano coloca que

[...] eso fue producto, al comienzo, de una sistemática represión no sólo de específicas creencias, ideas, imágenes, símbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominación colonial global. La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de expresión de los dominantes, así, como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática. (QUIJANO, 1999, p.13)

Da mesma forma que essa imposição imaterial foi concebida no imaginário das populações colonizadas, foi também imposta a forma de produzir, material e imaterialmente, alterando os padrões da produção de conhecimento e significados nativos. Insistentemente a subordinação da cultura europeia foi convertendo e induzindo os países colonizados aos seus padrões de produção de conhecimento e consumo estabelecendo uma relação falsa de isonomia entre colonizados e colonizadores com um único objetivo: tornar o modelo europeu como uma aspiração. Esse processo não só serviu para converter o inconsciente dos colonizados a sentirem-se iguais e pertencentes a essa cultura, mas também para consumar e estabelecer um controle, direcionando as ações dos colonizados dentro dos objetivos europeus, que se mantinham em conquistar a natureza em prol do “desenvolvimento”. A cultura europeia transforma-se num modelo universal e se enraíza no imaginário de todas as outras culturas colonizadas, causando a naturalização nos processos econômicos, políticos e científicos em moldes completamente “exportados”. A influência europeia é intrínseca no pensamento colonizado que, dificilmente nos dias de hoje, poderia existir formas que não reproduza o que nos foi entranhado.

Por esse motivo é necessário a busca por alternativas a essa formação profundamente enraizada, especialmente em suas expressões tecnocráticas e neoliberais hoje hegemônicas, e a fuga do que Lander (2005, p. 7) denomina de “naturalização das relações sociais [...] com a qual as características da sociedade chamada moderna são a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade”.

A sociedade liberal constitui – de acordo com esta perspectiva– não apenas a ordem social desejável, mas também a única possível. Essa é a concepção segundo a qual nos encontramos numa linha de chegada, sociedade sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado, universal, que torna desnecessária a política, na medida em que já não há alternativas possíveis a este modo de vida. (LANDER, 2005, p. 7)

A força do processo hegemônico que caracteriza a dominação colonial e posteriormente (sintetizando) o pensamento neoliberal, tem a capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica, transportando consigo o *status* de sociedade moderna avançada por meio da disseminação de seu conhecimento objetivo, científico e universalizado. E por possuir este caráter universalizador pautado em condições histórico-culturais, é lhe atribuído a capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade, naturalizando e modelando todos os processos a ele direcionados.

É neste seguimento que procuramos entender a desconstrução da concepção de colonização que já vem sendo trabalhado por diversos autores em vários continentes com o intuito de reconhecer a existência de outras visões de mundo e de aceitar a validade de outros conhecimentos e de outras formas de construir os conhecimentos. Esta opção teórica implica em assumir o desafio de compreender o processo entre as relações do saber local e o saber universal imposto nos processos de colonização e consequentemente de globalização.

3.1 DESCOLONIZAÇÃO, CONHECIMENTO POPULAR E O SABER LOCAL

A visibilidade da diferença colonial, no mundo moderno começou a ser percebida com os movimentos de descolonização (ou independência) desde os fins do século XVIII até a segunda metade do século XX (MIGNOLO, 2005, p. 34). O intuito destes movimentos de independência é buscar respostas da diferença colonial e a colonialidade do poder – duplidade de consciência – que o processo de colonização cria imaterialmente. Mignolo destaca que

[...] o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplidade de consciência que a consciência colonial gera. (MIGNOLO, 2005, p.35,36)

Segundo o autor, essa dupla consciência é a consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forjadas na diferença colonial, ou seja, “[...] a consciência vivida na diferença colonial é dupla porque é subalterna. A subalternidade colonial gera a diversidade de consciências duplas” (DU BOIS, 1970, *apud* MIGNOLO, 2005, p.36).

A dupla consciência trabalhada por Mignolo (2005) pode ser caracterizada como aspirações dos subalternos em busca de “emancipação” conquistando um lugar para si nos impérios ou ao mundo capitalista globalizado, como se comprova com as migrações de grandes massas aos Estados Unidos e Europa.

É a partir do cenário destes movimentos de descolonização que pretendemos trabalhar a valorização do conhecimento “subalterno”. Mas para isso, necessita da apropriação de uma perspectiva de estudo intercultural para valorizar outros aspectos culturais em contexto de complementariedade, possibilitando a construção e conexão de diálogos. Pensar o desafio de trabalhar em contexto intercultural, nos auxilia a imaginar a construção de uma visão multidimensional e interdisciplinar. Não pretendemos negar a modernidade ou a tecnologia produto do mundo globalizado, mas repensar um projeto social que associe a natureza e a cultura de modo sustentável como eixo fundamental para compreender e reconstruir o mundo nos contextos atuais. Complementando nossa elaboração, José Marin coloca:

Assumir a interculturalidade como perspectiva possibilita-nos o reconhecimento e a valorização de outros sistemas culturais, para além de toda a hierarquização, em um contexto de complementariedade que possibilita a construção de um diálogo. Este, por sua vez, permite a partilha de conhecimentos, para além de toda a falsa oposição entre o moderno e o tradicional, a cultura escrita e a cultura oral, a racionalidade e a dimensão afetiva. (MARIN, 2009, p. 128)

A valorização de outros sistemas culturais será possível por meio do desenvolvimento dos estudos descoloniais que desmembram em outras dimensões conceituais propostas por autores referências nos debate. Podemos elencar os principais conceitos, a saber: colonialidade do saber e colonialidade do ser.

A colonialidade do saber foi tratado por Edgardo Lander (2005) e é representado pelo caráter eurocêntrico do pensar moderno e suas articulações com as formas de dominação colonial. Este conceito está vinculado diretamente ao controle do conhecimento em que o eurocentrismo funciona como o centro epistêmico no qual o modelo/padrão do conhecimento é construído nos moldes da experiência local europeia como modelo normativo caracterizando como único válido. Como defende Grosfoguel:

Lamentavelmente, ainda, a maioria dos intelectuais do Norte não se propuseram a uma virada pós-colonial em seus pensamentos. Isso faz com que o uso da palavra “diálogo” seja quase nulo. [...]. Os intelectuais eurocêntricos do Norte Global seguem se relacionando com o Sul como os missionários católicos do século XVI. Seguem pregando suas teorias para serem aplicadas sem mediação com realidades muito distintas daquelas onde ditas teorias foram produzidas. (GROSFOGUEL, 2012, p. 338)

A colonialidade do ser é apresentada por Maldonado-Torres (2007) e trabalha a modernidade como uma conquista permanente sobre o “ser” do outro. O autor se utiliza da colonialidade do saber para explicar que, é a partir do saber do conhecimento moderno que se produz a qualificação do outro. É por trás do enunciado “penso, logo existo” que se oculta a validação do pensamento que outorga sua existência, ou seja, se não pensa adequadamente dentro dos moldes apresentados, não existe. É desta forma que o não pensar dentro dos padrões modernos “instituídos” que se traduzirá o não ser, e por sua vez, valida a justificativa para a exploração e dominação.

Com o intuito de compreender a pluralidade dos sistemas culturais, é presente na América Latina já a algumas décadas a produção de uma gama de buscas por formas alternativas do conhecer, questionando o caráter colonial dos saberes sociais sobre o próprio continente. Lander (2005, p. 15) situa alguns pontos que caracteriza esse novo paradigma:

- Uma concepção de comunidade e de participação assim como do saber popular, como formas de constituição e ao mesmo tempo produto de uma episteme de relação.
- A ideia de libertação através da *práxis*, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduz à desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo.
- A redefinição do papel do pesquisador social, o reconhecimento do Outro como Si Mesmo e, portanto, a do sujeito-objeto da investigação como ator social e construtor do conhecimento.
- O caráter histórico, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento. A multiplicidade de vozes, de mundos de vida, a pluralidade epistêmica.
- A perspectiva da dependência, e logo, a da resistência. A tensão entre minorias e maiorias e os modos alternativos de fazer-conhecer.
- A revisão de métodos, as contribuições e as transformações provocados por eles

Notamos as características que o novo paradigma assume ao considerar concepções de comunidade e de práticas a partir do conhecimento popular, *práxis* e desconstrução das formas canônicas impostas e naturalizadas. Pois como já podemos notar, a forma que o conhecimento “moderno” universalizado pelo mundo europeu não nos atende para nossas particularidades, conforme coloca (DUSSEL 2014 [1973]) “serve para manter os oprimidos silenciados e acríticos”, apresentando formas cartesianas de interpretação, analisando os

fenômenos sempre de “cima para baixo”, produzindo e elaborando normas e regras que os mantêm favorecidos. Fals Borda coloca que:

[...] os cientistas do sistema preferem lidar com objetos, dados e fatos congruentes com os objetivos do sistema capitalista, suprimindo ou eliminando outros objetivos, que, se se tornassem relevantes, ou mesmo se fossem repensados, mostrariam alternativas contraditórias, inconsistências e fraquezas inerentes ao sistema. (FALS BORDA, 1981, p.44)

É neste viés que ressaltamos a ciência emergente definida por Fals Borda (1981), emergente porque parte da validação do que está “em baixo” e geralmente ocorre fora das instituições acadêmicas e governamentais. O conhecimento emergente, subversivo ou subalterno, segundo a denominação de autores que já mencionamos como Mignolo e Grosfoguel, corresponde ao conhecimento herdado culturalmente, conhecimento da *práxis* de vida que é criado de acordo com as demandas do povo e renovado e adaptado durante séculos, caracterizando *status* de ciência popular. Esta ciência, segundo Fals Borda (1981) transporta *objetos incongruentes do sistema*, apresentam sua própria estrutura cognitiva, e podem possuir uma linguagem e sintaxe de expressão próprias.

Isto não significa que este nível reprimido ou emergente seja anticientífico ou que se oponha ao processo de acumulação de conhecimento científico, tecnológico e artístico que vem sendo um processo constante desde o surgimento dos humanoides. No entanto, este nível reconhece uma dimensão antiga e válida da atividade científica e cultural que avançou e continua a avançar para fora dos canais acadêmicos institucionais e governamentais e que, pelo contrário, tem se constituído em um fator ou estímulo construtivo, em criatividade e inovação mesmo dentro das instituições estabelecidas que têm sido desafiadas. (FALS BORDA, 1981, p. 43)

A ciência popular é feita por saberes científicos e populares, dialógicos e ações contra-hegemônicos, numa *práxis* territorial que seja solidária, criativa e participativa conforme Saquet exemplifica no Quadro 8. Quadro 8 - Algumas características fundamentais do conhecimento popular.

Quadro 8 - Algumas características fundamentais do conhecimento popular.

<i>Consciência de classe e de lugar</i>	
Cultural e identitário	Solidário, participativo e criativo
	Conhecimento popular
Contextualizado e comunitário	<i>Pluridimensional</i>
	Contra-hegemônico, descolonial e prático-reflexivo

Fonte: Saquet 2019, p. 92

A produção do conhecimento emergente de caráter identitário acontece dentro e fora das instituições e academias, esse conhecimento possui conteúdo científico vinculado à uma filosofia não-sistemática. Segundo Fals Borda, entendemos por

[...] ciência popular – ou folclore, conhecimento popular, sabedoria popular – o conhecimento empírico, ou fundado no senso comum que tem sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade. Este conhecimento lhes tem possibilitado criar, trabalhar e interpretar, predominantemente com os recursos naturais diretos oferecidos ao homem. Este conhecimento, folclore ou sabedoria popular, não é codificado segundo os padrões da forma dominante e, por esta razão, é menosprezado como se não tivesse o direito de articular-se e expressar-se com seus próprios termos. Mas este conhecimento popular também possui sua própria racionalidade e sua própria estrutura de causalidade, isto é, pode-se demonstrar que tem mérito e validade científica *per se*. (FALS BORDA, 1981, p.45)

O folclore, o senso comum ou o saber fundado culturalmente, permanecem fora da estrutura científica das cátedras acadêmicas formadas por minorias intelectuais, muitas vezes do sistema dominante por representar um descumprimento de suas leis. Um exemplo claro é possível encontrar nas diversas profissões “informais” como parteiras, curandeiros, raizeiros e benzedeiras.

Os elementos que Fals Borda (1981), Mignolo (2005), Grosfoguel (2012), Lander (2005) e Saquet (2019) elencam para classificar os fundamentos do conhecimento popular e promover suas discussão e aprofundamento, podem também ser analisados nas obras de Sousa Santos (2007; 2009) que procura renovar as teorias tradicionais por meio de uma Epistemologia do Sul e que percorre os mesmos caminhos emancipadores. A Epistemologia do Sul de Souza Santos baseia-se na seguinte ideia central: não há justiça social global sem justiça cognitiva central, ou seja, sem justiça entre conhecimentos. Nesse sentido, o autor destaca a importância de percorremos caminhos para tentar elaborar novas maneiras de relacionar conhecimentos e viabilizar um futuro concreto, de utopias realistas com direcionamentos de uma sociologia mais ecológica por meio de sua proposição da *ecologia dos saberes*.

Sobre a *ecologia dos saberes*, Sousa Santos descreve que

[...] não se trata de "descredibilizar" as ciências nem de um fundamentalismo essencialista "anticiência"; como cientistas sociais, não podemos fazer isso. O que vamos tentar fazer é um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas,

com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 33)

O saber ecológico leva em consideração e não invalida a ciência moderna, este saber defende uma integração saudável e ecológica entre a ciência popular – como já vimos em Fals Borda (1981) – e o conhecimento científico moderno, pois, ao interagirem passam a caracterizar um modo mais sustentável de evolução e emancipação social, com a diversidade e respeito à natureza de um lado e os avanços técnicos de outro.

Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interacção e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SOUSA SANTOS, 2009, p. 28)

O autor destaca que todos os conhecimentos possuem limites internos e externos. “Os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real e os externos decorrem do reconhecimento de alternativas possíveis alcançadas por outros conhecimentos” (SOUSA SANTOS, 2009). Neste seguimento, entendemos que o conhecimento hegemônico se utiliza apenas dos limites internos, caracterizando um modo fechado e objetivo de produzir saberes. É por isso, que o modo contra hegemônico se esforça para desconstruir esta prática por meio da ecologia de saberes que como vimos tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, reconhecendo a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do modelo único científico, da *monocultura do saber* e do *rígido científico*.

Entendemos que é necessário identificar outros *saberes* e outros *critérios de rigor* que forneça credibilidade ao saber não-científico, nesta via concordamos que não há ignorância em geral nem saber em geral, essa noção parcial nos incita a aprofundar na *sociologia das ausências* que Boaventura elabora com o objetivo de transformá-las em presenças. A produção das ausências “[...] resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência (SOUSA SANTOS, 2007). A experiência, neste âmbito, é o fator que valida as práticas e liberta das relações hegemônicas, por isso, tornam-se presentes ao representar um modo paralelo para torná-las eficientes.

Deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas differentemente ignorantes se transforma em práticas differentemente sábias. (SOUSA SANTOS, 2007, p.16)

O objetivo da *sociologia das ausências* é revelar a diversidade das práticas sociais e credibilizar a *ecologia dos saberes* em contraposição às práticas exclusivamente hegemônicas. Para concluir, Boaventura Sousa Santos destaca que “[...] o exercício da sociologia das ausências é contra-factual e tem um lugar através de uma confrontação com o senso comum científico tradicional” (2007, p.20). Nessa perspectiva analítica Saquet defende que: “Os distintos saberes coexistem e são fundamentais, em sua unidade, para identificar, apreender, compreender, explicar e representar os tempos e os territórios” (SAQUET, 2019, p. 93). Isto significa que, com a utilização das formas de *ecologia do saber* que é viabilizada a ressignificação das práticas sociais por concepções mais dialógicas, diversas e emancipadoras. Complementando a ideia, Saquet propõe que:

[...] a concepção precisa ser crítica e utópica, para construir espaços de esperança (MIGNOLO, 2003 [2000]) em favor da vida, a partir da diversidade dos sujeitos, das suas falas, histórias, experiências, temporalidades, territorialidades, memórias, técnicas, dos seus valores, saberes, sabores, etc., sobretudo das pessoas negadas e oprimidas nos processos colonial, imperial e moderno. (SAQUET, 2019, p.93)

E para promover os espaços de esperança, práticas dialógicas especialmente das pessoas mais afetadas pela exclusão, Sousa Santos (2007) apresenta a *sociologia das emergências* como um modo de investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas – que temos como exemplo as próprias técnicas de pesquisa-ação e cartografia social que veremos mais à frente. Para isso, exemplificamos sua necessidade de existência por meio de uma reflexão simbólica com o tempo comparando-a com a *sociologia das ausências*, ou seja, enquanto a dilatação do presente é obtida por meio da *sociologia das ausências*, a contração do futuro é obtida por meio da *sociologia das emergências*. Isto é, ressignificar o futuro não como algo incerto, mas de possibilidades plurais e concretas. A percepção das duas ações mencionadas – do presente e futuro – fornece a compreensão de um futuro concreto, pois a ampliação do presente resulta em maiores possibilidades de consequências positivas no futuro.

Com isso podemos confirmar que a *sociologia das ausências* é exercida em relação a alternativas disponíveis no presente, enquanto a *sociologia das emergências* é produzida em relação as alternativas possíveis, ou seja, a antecipação diante de uma prática que está no horizonte de possibilidades a ser executadas.

Com as elaborações Sousa Santos e de outros autores já debatidos notamos a presença de iniciativas emergentes focadas na construção e fortalecimento de pensamentos e

epistemologias próprias. Essas iniciativas colocam em debate a discussão da produção do saber local e ancestral e inclui suas consequências filosóficas, subjetivas e identitárias. A partir desses pensamentos, podemos visualizar um “projeto-outro” de elaboração não só na ciência, mas das pessoas, nas universidades e nas políticas públicas. Essa relação, segundo Catherine Walsh

[...] implica asumir una perspectiva epistémica y sociocultural que dé cuenta de la unidad en la diversidad, la dualidad complementaria y la reciprocidad que apunta al rol fundamental del intercambio de saberes y la construcción colectiva del conocimiento como responsabilidad compartida. (WALSH, 2007, p. 109)

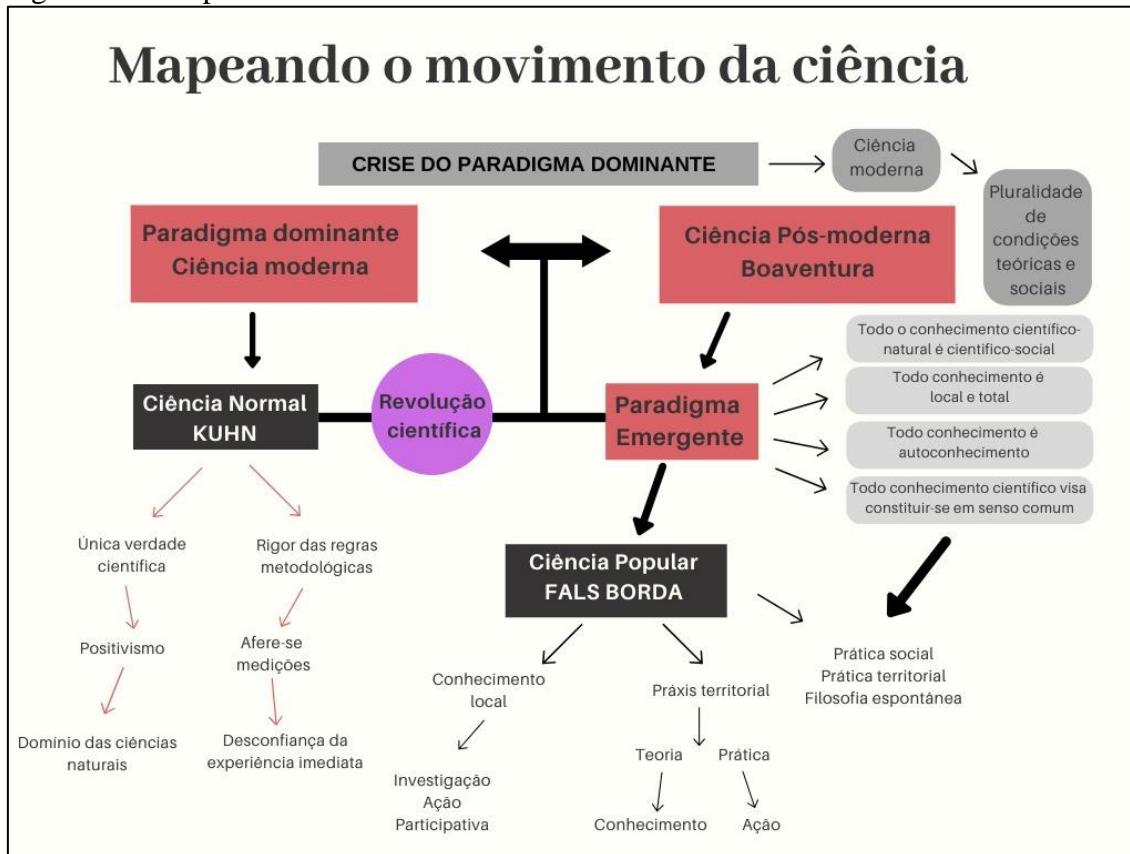
E assumindo essa perspectiva que objetivaremos nossa elaboração procurando relacionar o debate da descolonialidade e conhecimento popular, para trabalharmos a participação popular. E como continuaremos observando no próximo subcapítulo, o papel que a ciência assume ao considerarmos os processos de descolonização debatidos para a autonomia decisória e participação popular no âmbito das políticas sociais.

3.2 O PAPEL DA CIÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Não poderíamos falar de descolonialidade e conhecimento popular sem mencionar o papel da ciência que influencia fortemente as pesquisas até os dias atuais, ditando regras e metodologias válidas a serem utilizadas nos contextos de investigação. O papel que a ciência hegemônica assume na elaboração dos estudos de cunho social, induz, historicamente, resultados e interpretações limitados que se utilizam de contextos generalizados não considerando a transfiguração e a particularidade da territorialidade humana. Este fato está apoiado em diversos aspectos que construíram a noção de universidade e do conhecimento gerado. Objetiva-se apresentar um debate sobre a universidade e sobre o conhecimento, entretanto mais especificamente, apresentar quem produz este conhecimento e para quem ele é destinado.

Nesse sentido, consideramos relevante apresentar um quadro de reflexão na Figura 10 sobre alguns pontos chave do paradigma dominante, as fissuras da crise que fomenta o movimento de transição paradigmática, para se pensar o papel da ciência popular no paradigma que está emergindo e que subsidia nossos estudos.

Figura 10 – Mapeando o movimento da ciência.



Fonte: Cunha, Antonello (2021)

Para esclarecer o contexto que pretendemos abordar, consideramos relevante nos pautar nos pressupostos que o sociólogo Orlando Fals Borda, entende por ciência:

Em primeiro lugar, não deveríamos fazer da ciência um fetiche, como se fosse uma entidade com vida própria, capaz de reger o universo e de determinar a forma e o contexto de nossa sociedade, tanto presente quanta futura. [...] a ciência é apenas um produto cultural do intelecto humano que responde a necessidades coletivas concretas – inclusive aquelas considerações artísticas sobrenaturais e extracientíficas – e também aos objetivos específicos determinados pelas classes sociais dominantes em períodos históricos precisos. Todos sabem que a ciência é construída pela aplicação de regras, métodos e técnicas sujeitas a certo tipo de racionalidade convencionalmente aceita por uma pequena comunidade de indivíduos chamados de cientistas que, por serem humanos, estão por isso mesmo, sujeitos a motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações do seu envolvimento social, cultural e individual. Conseqüentemente, não pode haver valores absolutos no conhecimento científico porque este irá variar conforme os interesses objetivos das classes envolvidas na formação e na acumulação de conhecimento. (FALS BORDA, 1981, p.43)

No sentido de repensarmos a ciência, o conhecimento e as contradições entre as diferentes funções que a universidade assume, resultante de políticas neoliberais e de desenvolvimento econômico empreendidas na segunda metade do século passado, criaram

alguns pontos de tensão que Sousa Santos (1999) sintetiza em três categorias principais: *crise de hegemonia*, *crise de legitimidade* e a *crise institucional*. Cada uma delas é detalhada minuciosamente pelo autor e contém especificidades. Algumas delas, veremos a seguir, onde extraímos ideias centrais que condizem especificamente com nosso escopo. Para elucidar, consideramos relevante apresentar um quadro síntese destas três categorias (Quadro 9)

Quadro 9 - Quadro síntese crises Boaventura.

Crise de hegemonia	Crise de legitimidade	Crise institucional
A contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares necessários à formação das elites de que a universidade vem se ocupando desde a Idade Média, e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social e nomeadamente para a formação da força de trabalho qualificada exigida pelo desenvolvimento industrial	A contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credencialização das competências e as exigências sócio-políticas da democratização e da igualdade de oportunidades;	A contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e dos objetivos institucionais e a submissão crescente a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial.

Fonte: Sousa Santos (1999) (adaptado pelo autor)

O conhecimento científico avançado ganha centralidade no século XIX no período do capitalismo liberal e é desempenhado pelas mãos de uma minoria privilegiada. Segundo Sousa Santos,

[...] o modelo de universidade que melhor se traduz esse período é o modelo alemão, a universidade de Humboldt. A exigênciaposta no trabalho universitário, a excelência dos seus produtos culturais e científicos, a criatividade da atividade intelectual, a liberdade de discussão, o espírito crítico, a autonomia e o universalismo dos objetivos fizeram a universidade uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das elites. (SOUZA SANTOS, 1999, p.168)

Neste período, de acordo com o ideal liberal do momento, esta concepção de universidade já não se encontrava em harmonia com as exigências sociais da época e entra em crise no pós-guerra e a partir dos anos de 1960. Este perfil que tem estruturado há anos a universidade, mostrou-se mais problemático e distante da realidade social, generalizando seu foco e se submetendo a critérios de eficácia e produtividade muito similares a natureza empresarial. Essa problemática gera uma série de pressupostos dicotômicos que Sousa Santos

(1999) denomina de: alta cultura – cultura popular; pesquisa básica – pesquisa aplicada; isolamento – engajamento da universidade; educação – trabalho; teoria – prática. Vamos, a seguir fazer uma breve análise dos pressupostos que possuem maior pertinência para nosso objeto.

A dicotomia alta cultura – cultura popular gera grande contribuição para nosso foco, quando compreendido que a cultura popular é uma cultura objeto das ciências emergentes, da etnologia, do folclore da antropologia cultural. A crise desta dicotomia resulta da emergência da cultura de massas – uma nova forma cultural – e visa questionar o monopólio até então detido pela alta cultura. A cultura de massa apresenta uma lógica completamente distinta e muito mais dinâmica do que a própria cultura universitária, seus produtos efetivos em sintonia com a realidade social produzem um novo conceito a altura da alta cultura universitária, quer porque se renovam constantemente, quer porque concorrem com a própria alta cultura. A universidade deixa de ser o produtor da objetificação da cultura popular e passa por meio de todo esse processo, a perder a centralidade.

Foi este, sem dúvida um dos efeitos, nem sempre assumido, do processo de democratização da universidade. A explosão da população universitária, a alteração significativa da composição de classe do corpo estudantil e a ampliação dos quadros de docentes e investigadores possibilitam a massificação da universidade e com ela a vertigem da distribuição (se não mesmo da produção) em massa da alta cultura universitária. (SOUZA SANTOS 1999, p. 169)

Acreditava-se que esse crescimento da população universitária faria acentuar essa dicotomia, no entanto, o que ocorreu foi o deslocamento para dentro da universidade mediante um dualismo: universidades de elite e universidades de massas. Houve grande hierarquização entre universidades fazendo permanecer a produção da alta cultura nas universidades mais prestigiadas, enquanto as universidades de massas se limitaram a realizar apenas a distribuição do conhecimento gerado nas universidades de elite, ou quando produziam, baixaram o nível de exigência e degradaram a qualidade. Para Sousa Santos (1999) este foi o preço que a universidade teve de pagar para tentar manter a sua centralidade na produção de conhecimento/cultura. Nos anos 1970 e 1980 identifica-se o auge dessa contradição entre alta cultura e cultura de massas, que acaba promovendo outra tensão, neste caso, entre alta cultura e alta cultura de massas. A degradação da alta cultura que se desenrolou nos anos 1980 foi resultado da força e desenvolvimento que adquiriu a cultura de massas, que passou a criticar e a reafirmar o elitismo e a legitimação das políticas educativas que estavam destinados a promovê-lo.

Deste modo, a dispersão da contradição entre alta cultura e cultura de massas, que nos anos sessenta fora tentada no terreno desta última, através da massificação da universidade, passa agora, nos anos oitenta, a ser tentada no terreno da alta cultura, através da consagração dos privilégios que esta são devidos. Este novo mecanismo de dispersão aponta para um certo regresso à condição que dominou até aos anos cinquenta, mas tem agora um significado social e político muito distinto, porque ao contrário de então, a afirmação da inevitabilidade do elitismo implica agora a liquidação das aspirações democráticas que acompanharam nos anos sessenta as políticas de massificação. (SOUSA SANTOS, 1999, p.170)

Com isso, no período dos anos 1960 a 1980, há grande contradição na figura da universidade, pois, tenta manter o perfil com centralidade enquanto produtora de cultura-sujeito correndo risco, por um lado, de descaracterização pelo choque entre alta cultura e alta cultura de massas e por outro, correndo risco de concretizar um isolamento no que se trata de suas funções sociais.

Ao tratarmos da responsabilidade social da universidade, outra breve análise que traz continuidade para esta discussão e julgamos relevantes, é a noção que Boaventura apresenta entre a universidade e a comunidade – ainda dentro da discussão da *crise de hegemonia* – demonstra uma problemática atual e importante para nossa investigação. Neste sentido, o autor sinaliza que

[...] a reivindicação da responsabilidade social da universidade assumiu tonalidades distintas. Se para alguns se tratava de criticar o isolamento da universidade e de a pôr ao serviço da sociedade em geral, para outros tratava-se de denunciar que o isolamento fora tão-só aparente e que o envolvimento que ele ocultara, em favor dos interesses e das classes dominantes, era social e politicamente condenável. Por outro lado, se para alguns a universidade devia comprometer-se com os problemas mundiais em geral e onde quer que ocorressem [...] para outros, o compromisso era com os problemas nacionais [...] ou mesmo com os problemas regionais ou locais da comunidade imediatamente envolvente. (SOUSA SANTOS, 1999, p.179-180)

Contudo, a concepção mais ampla de responsabilidade social e participação na valorização das comunidades nos problemas sociais é sempre exposto nos momentos de crise. Um exemplo é o caso da universidade de Brasília sob reitorado de Cristovam Buarque, quando o Brasil se encontrava em transição democrática. Com o intuito de romper com a tradição elitista da universidade e garantir seu compromisso social afirma:

A política Universidade deve combinar a máxima qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social, a formação dos mais eficientes profissionais com a mais rigorosa elaboração de seus trabalhos, tudo isto objetivando os interesses mais amplos das grandes massas [...] O que caracterizará o produto, portanto, é sua qualidade, sua condição de elite, mas o que caracterizará o seu uso é o seu compromisso amplo – a sua condição antielitista. (BUARQUE, 1986, p.22-23)

Com base nessas premissas, Buarque defendia que a universidade teria que repreender a ser universidade, descobrir que deve ensinar, como deve ensinar e a quem deve ensinar. Foi em base disso que o professor José Geraldo de Sousa Júnior organiza o livro: “O direito achado na rua” e defende que “[...] há um direito na rua à procura de ser ensinado, e a universidade deseja de ensiná-lo e através deste ensino repreender-se” (SOUSA JR, et al, 2019). Fica claro que a universidade não pode cultivar uma estrutura incapaz de apresentar à elite sua realidade nacional com a reprodução de investigadores insensíveis aos problemas às alternativas. A isso, Buarque denomina de deseducação da sociedade elitista brasileira e conclui com a crítica, na qual apresenta a dificuldade de educar a elite

[...] fruto de uma grande deseducação desde seu nascimento senhoril em uma sociedade escravocrata, a elite brasileira, em níveis talvez equivalentes aos brancos da África do Sul, é míope, mesquinha, dependente. Mas ela não terá alternativas. Ou se educa olhando o Brasil como brasileira, ou será destruída pelas massas, com prejuízo para todo país. (BUARQUE, 1991, p.61)

A universidade, deve entender que há dois tipos de futuro: “aquele que é a continuação linear do passado, com novas respostas para as mesmas perguntas [...] e o futuro novo, que surge da ruptura com o passado, da reformulação da organização social, com novas propostas ideológicas, e perguntas diferentes” (BUARQUE, 1989, p. 55). Os princípios destes anseios por tornar a universidade diversa, inclusiva e inovadora com base em conhecimentos reais é que produz as contradições já mencionadas. As dicotomias entre alta cultura e cultura popular apresentado por Sousa Santos e a crise que identificamos ainda nos dias atuais demonstra processos sociais cada vez mais complexos e acelerados, Sousa Santos ressalta que

[...] a universidade não pode deixar de perder a centralidade, que porque a seu lado vão surgindo outras instituições que lhe disputam como sucesso algumas das funções, que porque, pressionada pela <sobrecarga funcional>, é obrigada a diferenciar-se inteiramente com o risco permanente de descaracterização. (SOUSA SANTOS, 1999, p.182)

Por este motivo a crise de hegemonia apresentada, já que é possível compreender que os recursos que a universidade dispõe não estão ainda adequados para resolver a crise, uma vez que está incluída em um sistema político e histórico-social que transcendem o âmbito universitário. Pois, como afirma Sousa Santos (1999), a crise de hegemonia é a mais ampla de todas as crises que a universidade atravessa, de tal modo que está presente na *crise de legitimidade* e na *crise institucional* que explanaremos a seguir.

Mesmo sabendo que a crise de legitimidade está incluída na crise de hegemonia conforme referimos anteriormente, é preciso distingui-las, pois ocorrem ao mesmo tempo, mas de modos distintos. De modo geral, no decorrer da história humana, educação superior e alta cultura têm sido prerrogativas das “elites”. Os fatores da crise de legitimidade na qual decorre a democratização do conhecimento de nível superior, tem início por via das lutas pelos direitos sociais e econômicos que conduziam o Estado social. Nesse sentido,

[...] a crise de legitimidade ocorre, assim no momento em que se torna socialmente visível que a educação *superior* e a *alta* cultura são prerrogativas das classes superiores altas. Quando a procura de educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se, satisfazendo-a. (SOUZA SANTOS, 1999, p.184)

É neste sentido que a função tradicional de produzir conhecimentos e transmiti-los a um grupo social restrito e homogêneo passa a alterar seus objetivos e produz conhecimentos a camadas sociais amplas e heterogêneas com propósito de promover sua ascensão social. Assim, a implicação dual das crises discutidas: o tipo de conhecimentos produzidos (hegemonia) tende a alterar-se com a variação do grupo social a que se destina (legitimidade).

A partir do momento que a universidade deixou de ser procurada apenas para produzir excelência, mas passou também à procura de democracia e igualdade os princípios dos dois lados passaram a ser mais visíveis. Com isso duas questões que chamam a atenção e colaboram com a compreensão da crise em questão:

- Como fazer interiorizar numa instituição que é, ela própria uma sociedade de classes os ideais de democracia e igualdade?
- Como adaptar os padrões de educação às novas circunstâncias sem promover a mediocridade e descharacterizar a universidade?

Com tais questões, a solução que a universidade encontrou para suprir tal demanda, pode-se dizer que a partir da facilitação ao acesso e a desvinculação da procura da universidade com a procura de democracia e igualdade, foi com isso que houveram as diferenciações e estratificações das universidades segundo o tipo de conhecimento produzido e a origem social do corpo estudantil, estes múltiplos dualismos levaram a caracterização do ensino superior universitário e não universitário, entre universidades de elite e universidades de massas, com cursos de grande prestígio e cursos desvalorizados.

A *crise institucional* ocorre no final dos anos sessenta até os dias atuais e decorrem principalmente da crise do Estado social e da desaceleração da produtividade industrial dos países centrais. Esta crise é, sem dúvida, a que tem vindo a assumir maior acuidade nos últimos

vinte anos, em parte, pois nesta, caracterizam-se tanto a *crise de hegemonia* quanto a *crise de legitimidade*. A análise central desta crise se encontra na discussão em torno da autonomia universitária e a especificidade organizacional da universidade.

A crise do Estado social se manifesta na deterioração contínua das políticas de âmbito social: habitação, saúde e principalmente educação. Na década de 1980, o Estado passa da condição de produtor de bens e serviços (escolas, ensino, empresas) para o de comprador/regulador/avaliador de bens de serviços produzidos pelo setor privado apoiado nas políticas de terceirização. Em contexto de crise global, neste período o Estado passou a convocar a universidade a ter uma participação mais ativa na solução dos problemas econômicos, que vem a desencadear o aumento – seletivo por área – de recursos para a universidade, e junto com eles a cobrança e a avaliação com viés empresarial, o que vem a produzir avaliações segundo critérios de produtividade típicos do meio empresarial acompanhadas das burocracias estatais. Junto com o aumento (seletivo) de recursos para a universidade, vem os cortes orçamentários em outras áreas, sobretudo na área das ciências sociais e humanidades.

Esses cortes orçamentais seletivos, segundo Sousa Santos (1999) provocam três efeitos principais na vida institucional da universidade, organizados no Quadro 10:

Quadro 10 - Os três efeitos principais na vida institucional.

<p>Altera as posições relativas das diferentes áreas do saber universitário e das faculdades, departamentos ou unidades onde são investigadas, desestruturando as relações de poder em que assenta a estabilidade institucional.</p>	<p>A presença integral do discurso de produtividade, obriga a universidade a questionar-se em termos que lhe são pouco familiares e a submeter-se a critérios de avaliação que tendem a dar do seu produto, qualquer que ele seja, uma avaliação negativa.</p>	<p>A não restrição das funções da universidade de acordo com as restrições orçamentais, tende a induzir a procura por meios alternativos de financiamento, para o que se socoram de um discurso aparentemente contraditório que salienta a autonomia da universidade e sua responsabilidade social.</p>
--	--	---

Fonte: (SOUZA SANTOS, 1999, p. 186) organizado pelo autor

O aporte de recursos centrou-se desde cedo na investigação científica e tecnológica. Este fenômeno, fez com que a universidade tivesse uma participação mais ativa na luta pela produtividade industrial, e como podemos analisar anteriormente na *crise de hegemonia*, é de

se esperar que o fluxo provindo das empresas – subordinadas ao processo de rentabilidade industrial – acabam exercendo maior peso de acordo com os cortes orçamentais no sentido da avaliação e desempenho da universidade, fortalecendo umas e enfraquecendo outras, isso vem a produzir uma luta desigual interna por produtividade e acaba, por fim, em se transformar em uma luta contra a própria universidade.

As três crises propostas por Sousa Santos (1999) promovem a percepção de um debate fundamental para compreendermos o avanço das investigações em escala global e entender o princípio de problemas institucionais que precisamos enfrentar atualmente. A investigação científica de âmbito social ainda disputa campo com as outras áreas do conhecimento – herança da negligência de suas ações – e procura ganhar maior visibilidade para a urgência de seus enfrentamentos. Acreditamos que o caminho a ser percorrido não é isolado das outras ciências e nem dos sujeitos sociais. Entendemos que a extensão e a cooperação também necessitam incorporar a universidade por meio de ações transdisciplinares e assim se estender a sociedade, sempre com o objetivo comum de gerar a autonomia, construída em processos culturais e organizativos em nível político e social. Concordando com as palavras de Freire: “A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas” (FREIRE, 2011, p.105), que intencionamos abordar a ciência como ferramenta de emancipação e a pesquisa como instrumento de cooperação. É neste sentido que partiremos para o debate da pesquisa participante como meio de colaborar para métodos mais humanos e dialógicos de fazer a ciência.

A pesquisa participante, transporta em sua trajetória uma gama de experiências. Atualmente, diversas áreas do saber têm utilizado e se identificado com as metodologias ativas de pesquisa. Especialmente na América Latina após os anos 1980, quando discutimos pesquisa participante um leque enorme de possibilidades, definições conceituais e nomes é aberto como: pesquisa ativa, pesquisa-ação, pesquisa popular, investigacion-accion-participacion, entre outros. É comum entre os pesquisadores da área que o foco principal é o de ultrapassar os distanciamentos historicamente edificados entre a teoria e a prática, entre o pesquisador e o pesquisado.

Quando a ciência trabalha contextos emancipatórios e cenários que apoiam participação popular nos trabalhos com a sociedade, denominamos tal ação de pesquisa participante. Vemos nos dias de hoje o crescente surgimento de paradigmas emergentes a respeito da construção de conhecimentos viabilizados por práticas científicas e que promovem múltiplas experiências. Essas diversas ações que apoiam realidades distintas surgem aproximadamente ao mesmo tempo em diferentes lugares do mundo “[...] origina-se de diversas

práticas sociais, articula diferentes fundamentos teóricos e alternativas metodológicas e destina-se a finalidades desiguais". (Brandão, 2006, p. 2)

Há pesquisadores que costumam relacionar a origem da pesquisa participante aos estudos do psicólogo Kurt Lewin (1965) e de outros cientistas do Hemisfério Norte, realmente esses estudos contemplavam uma compreensão mais real do campo social e consideravam as aplicações no desenvolvimento dos atores envolvidos nas experiências que garantiam a mudança e promoção social com objetivos na melhoria de indicadores de bem-estar.

Outra parcela de pesquisadores acredita que a pesquisa participante tenha surgido nos trabalhos realizados ao redor da enquete operária de Karl Marx, “[...] reconhecendo em seu procedimento uma estratégia para o acesso de pessoas e grupos das classes populares a instrumentos confiáveis de conhecimento científico a respeito da realidade social” (BRANDÃO, 2006, p.2). No Quadro 11 apresenta-se uma síntese das concepções.

Quadro 11 - Palavras que sintetizam as tendências dos autores.

Kurt Lewin	Karl Marx
Atores sociais	Classes sociais
Participação	Conflito
Desenvolvimento social	Mobilização Transformação Revolução social

Fonte: Brandão (2006), elaborado pelo autor.

Outros importantes nomes também são considerados responsáveis pela fundamentação teórica da pesquisa participante, como os sociólogos: Bourdieu (1996), Lefebvre (1993) e Touraine (1994) e os psicólogos: Adorno (1985) e Carl Rogers (1961). Na América Latina, dois grandes educadores são reconhecidos como os pioneiros da pesquisa participante, são eles Paulo Freire (1987) e o já mencionado Orlando Fals Borda (1985). A importância de seus estudos inova os princípios da investigação participativa ao defender concepções mais consensuais com a realidade Latina considerando a ideia de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva.

A consequência deste ponto de partida da pesquisa participante é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, co-responsável e solidário. (BRANDÃO, 2006, p.4)

Ao questionar sobre os contextos da origem da pesquisa participante dos países do Sul damos evidência para a década de 1980, quando Marcela Gajardo (1987, p.39) ressalva que “grande parte da América Latina se caracterizava pela presença de regimes autoritários com modelos excludentes no aspecto político, e concentradores no aspecto econômico”. No Brasil, o crescente número de conflitos, abertura política e vontade pública de transformação social foi o que motivou, não só o avanço das pesquisas em políticas públicas a buscar novos métodos de pesquisa, mas também levou a Universidade a repensar seu papel na sociedade. Este tipo de pesquisa altera as bases estruturais da academia clássica ao ponto que avança na eliminação das diferenças entre objeto e sujeito estudado. No período da década de 1980 mencionado por Gajardo (1987) houve o enfraquecimento das pesquisas de cunho positivista enquanto único modo válido de realizar pesquisas científicas, com argumentações que confrontam os limites destes estudos baseados em variáveis matemáticas acompanhadas da não neutralidade científica.

Augusto N. S. Triviños exemplifica essas ações da seguinte forma:

Uma das aspirações mais notadamente abrigadas pelos positivistas foi a de alcançar resultados na pesquisa social que pudessem generalizar-se. As técnicas de amostragem, os tratamentos estatísticos e os estudos experimentais severamente controlados foram instrumentos usados para concretizar estes propósitos. Partiam do princípio positivista da unidade metodológica entre a ciência natural e a ciência social. Os reiterados reveses, observados à simples vista, destas pretensões não foram, porém, obstáculo para defender a validade da idéia. (TRIVIÑOS, 1990, p.38)

Isto significa que mesmo o pesquisador tendo provas concretas de que os resultados não contemplavam diversas particularidades dos contextos estudados, não se tornaram obstáculo para continuar defendendo a autenticidade de suas conclusões. Neste contexto, Triviños (1990, p.39) ressalta que o positivista reconhecia apenas dois tipos de conhecimentos autênticos: numa palavra, *o empírico*, representado pelos achados das ciências naturais, e *o lógico*, constituído pela lógica e pela matemática.

Em contraposição a ideia de uso somente da ciência lógica e positivista, concordamos que toda pesquisa possui suas especificidades e singularidades, não podemos estabelecer um modelo metodológico único nem mesmo oferecer neutralidade aos processos de investigação, pois, nenhum pesquisador está imune aos valores, ideologias ou posicionamentos políticos que influenciaram suas escolhas teóricas e metodológicas, como afirma Freire (1978, p.89) “[...] toda a neutralidade proclamada é sempre uma escolha escondida, na medida em que os temas, sendo históricos, envolvem orientações valorativas dos homens na sua experiência existencial”.

Entre os diversos contextos da pesquisa participante na América Latina, destacamos os que surgiram e se aprimoraram dentro dos movimentos sociais e populares, já que, suas premissas pautam-se na proposta de se colocarem a serviço de seus projetos emancipatórios. No caso brasileiro, a pesquisa participante está associada, de forma indireta aos processos de ação política e pedagógica que deram origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja proximidade com a educação popular é bastante reconhecida. No contexto de América Latina, a pesquisa participante ganha força e logra para um olhar mais abrangente e completo quando se fixa nos movimentos sociais, encontra terreno fértil nas emergências das inúmeras localidades que lutam pela transformação e emancipação. Quando é instaurada algumas alternativas de investigação empírica, outra compreensão ideológica é estruturada na vida dos sujeitos envolvidos, bem como o papel da própria ciência/universidades na sociedade. Desta forma, a pesquisa empírica com viés participativo, passa a caracterizar uma alternativa de pesquisa-ação, Brandão define essa mudança conceitual em duas dimensões:

A primeira: agentes sociais populares são considerados mais do que apenas beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social dela decorrente ou a ela associada. Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à *pesquisa participante*. Ou seja, uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mas porque ela se projeta, realiza e desdobra através da participação ativa e crescente de tais atores.

Segunda: em outra direção a própria investigação social deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, ela deve participar de amplos processos de ação social de uma crescente e irreversível vocação popular. Uma articulação de ações de que a *pesquisa participante* é um entre outros instrumentos. Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular. (BRANDÃO, 2006, p.19)

Este tipo de investigação social é participante porque se integra nas ações sociais populares. Brandão ainda ressalta que esta é uma estrada de mão dupla: “[...] de um lado a participação popular no processo de investigação. De outro, a participação da pesquisa no correr das ações populares” (2006, p.19). E, ainda temos os resultados, com a realização da investigação com viés participativo, a pesquisa não só conta como uma prática pessoal e coletiva de valor pedagógico no que se refere as experiências práticas, diálogos e construção conjunta de conhecimento, mas também como uma forma de educação com valor político, no momento que se espera sempre que algum aspecto se transforme em relação a autonomia e humanização dos processos de gestão da vida social. Dessa forma, classificamos a pesquisa com viés participante, não apenas por inserir os indivíduos no desenvolvimento da investigação,

mas por fornecer uma alternativa a criação de diálogos e protagonismo social em processos relevantes de tomadas de decisão, transformando e promovendo a emancipação dos indivíduos.

Vimos neste capítulo a necessidade de manter uma postura crítica em relação a ciência clássica e dominante e das conceituações do que se entende por ciência. Além disso, confirmamos a necessidade de expor a estrutura científica intrínseca no conhecimento popular e da pesquisa participante enquanto práticas essenciais para alcançar os objetivos de uma sociedade mais justa. Pretendemos no capítulo a seguir, apresentar caminhos que podem ser percorridos para trabalhar com a pesquisa participante e o conhecimento popular dentro dos nossos objetivos expostos e que serão novamente trabalhados, desta vez de maneira empírica apoiados em metodologias já conhecidas de Cartografia Social.

4 CARTOGRAFIA SOCIAL: UMA FERRAMENTA PARA GESTÃO

[...] a investigação social deveria fazer-se mais sensível a ouvir as vozes dos destinatários pessoais ou coletivos dos programas de ação social. Deveria fazer-se capaz, também, de “dar a voz” e deixar que de fato “falem” com as suas vozes as mulheres e os homens que em repetidas investigações anteriores acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas. (BRANDÃO, 2006, p.27)

A citação de Brandão (2006) nos faz refletir em como estamos elaborando as pesquisas e para quem estamos fazendo. Uma provocação e desafio para os pesquisadores sociais, pois compreendemos a complexidade de trabalhar com informações qualitativas que traduzam verdadeiramente a realidade das populações trabalhadas.

No capítulo anterior vimos a necessidade de descolonizar nossos comportamentos, podemos também constatar que a ciência é um processo constante que atua em diversos níveis e que se expressa por meio de grupos de pessoas que pertencem a diferentes classes sociais. Esta ciência, portanto, “[...] pode acrescentar e subtrair dados e objetos, enfatizar determinados aspectos e negligenciar outros; pode atribuir maior importância a determinados fatores e finalmente, construir e destruir paradigmas verificáveis de conhecimento” (FALS BORDA, 1981, p.45). Ou seja, a ciência, em determinadas conjunturas históricas, teve suas articulações relacionadas aos interesses de classes sociais que estavam introduzidas na briga pelo poder social, político ou econômico. Dessa forma, é possível reconhecer o instrumento científico criado para defender o interesse dos mais ricos e que de modo consequente limita o crescimento de outras construções científicas, aquelas que dizem respeito aos que se encontram na base da sociedade.

Portanto objetivaremos neste capítulo caminhos possíveis para realizar uma pesquisa de modo mais dialógico e participativo utilizando-se de métodos mais recentes de pesquisação que promovem um novo olhar sobre o modelo de investigação. É importante mencionar que esse modelo não exclui o conhecimento e os avanços tecnológicos que a metodologia tradicional de investigação conquistou no curso da história contemporânea. Nas palavras Fals Borda:

[...] pelo contrário, pode-se antecipar que as descobertas tecnológicas realizadas pelos cientistas burgueses podem ser benéficas para as classes proletárias e ajuda-las a fortalecer o seu poder, uma vez este alcançado através da ação política. Portanto, é imperativo destruir o anterior para se empenhar numa reconstrução de acordo com novos planos científicos revolucionários (FALS BORDA, 1981, p. 47)

É necessário destruir o ideal burguês embutido nas práticas políticas e não os mecanismos de realizar a gestão. Além disso, é preciso aprimorar esses mecanismos para que se aproximem da realidade das pessoas por meio da participação e autonomia. “A participação precisa ocorrer, portanto, no movimento de interação social e social-territorial, na interpretação da realidade visando a sua transformação também participativa” (SAQUET, 2019, p. 96). Desse modo, será possível alcançar o conteúdo popular e contra hegemônico debatido nesta pesquisa, com a intenção de aproximar os diálogos de fora e dentro da universidade, bem como aperfeiçoar as formas de comunicação e ação nos contextos estudados. Nessa lógica, Fals Borda conclui:

El rompimiento de la diáda investigador/investigado para quebrar la asimetría y horizontalizar la relación no significa el predominio intelectual de uno u otro polo, sino la posibilidad respetuosa de los aportes mutuamente fructuosos por evidencias y hechos confrontables: los pueblos comunes no siempre tienen la razón, como tampoco los llamados “doctores”. Al recibir y considerar sin prejuicios la sabiduría popular y el sentido común, el conocimiento académico interdisciplinario puede propiciar críticamente una comprensión holística o más completa de la realidad, y así enriquecer y simplificar formas y estilos de la comunicación con las comunidades estudiadas. (FALS BORDA, 2015, p.329)

O estudo voltado para a práxis territorial transporta um significado de união da “[...] teoria-prática, empiria-dedução, pensar-fazer, juntamente com a politização, no nível da consciência e da vida cotidiana feita de ações e reações, concretude e abstrações ” (SAQUET, 2019, p.97). A práxis territorial é ação, conhecer a sabedoria popular para promover uma reação que seja política e deste modo, mudar a sociedade de modo reflexivo.

A ação do investigador precisa estar em sintonia com as necessidades da população, e para isso é preciso proximidade. A compreensão das verdadeiras necessidades encurta e facilita os caminhos para realizar ações específicas dentro do contexto de cada grupo:

É preciso, pois, aproximar-se das bases da sociedade não apenas com o objetivo de entender sua própria versão de sua ciência prática e expressão cultural, mas também para procurar formas de incorporá-las às necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico. (FALS BORDA, 1981, p.47)

E a prática de incorporá-las deve ser papel do investigador, pois, o trabalho de sistematização e integração dos saberes a favor da classe popular, assume relevância no papel analítico e transformador dos contextos abordados e que veremos detalhadamente mais à frente nos subcapítulos.

No entanto, antes de nos aprofundarmos evidentemente em nossa metodologia de pesquisa, consideramos relevante abordar sucintamente alguns princípios metodológicos que

nos inspiraram em todo o processo de elaboração e execução de nossa tese e investigação. São os seis princípios metodológicos propostos por Fals Borda (1981, p. 49) a saber: 1. Autenticidade e compromisso; 2. Antidogmatismo; 3. Restituição sistemática; 4. Feedback para os intelectuais orgânicos; 5. Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão; 6. Ciência modesta e técnicas dialogais.

Sobre *Autenticidade e compromisso*, o autor expõe a necessidade de demonstrar honestamente seu compromisso com a causa a ser trabalhada, sem que seja preciso se vestir de outra origem – como camponês ou operário – para alcançar seus objetivos. A autenticidade e o compromisso podem ser reconhecidos por meio da contribuição específica de sua própria prática e objetivos colocados para a população. Mesmo assim, Fals Borda (1981) ressalta que a abertura e intervenção científica e política na sociedade foi quase sempre desperdiçada por intelectuais compromissados, pois aplicavam suas ideias cheias de conteúdos preestabelecidos ou princípios ideológicos. É neste sentido que propõe o segundo princípio metodológico: o *Antidogmatismo*.

O autor destaca que a experiência real ensina que não é conveniente aplicar em campo ideias preestabelecidas, este é um comportamento dogmático da pior espécie, e se complementa com a ideia de Karl Marx: “Sabe-se que o dogmatismo, é por definição, um inimigo do método científico; pode também tornar-se um obstáculo para o avanço na luta popular” (MARX, 1985, p.116).

A crítica ao *Antidogmatismo* se refere ao colonialismo intelectual constatada em todos os âmbitos ideológicos de investigação com a incessante tendência de copiar teses e autores de países colonizadores sem considerar as próprias singularidades culturais. Nesse sentido, Fals Borda situa:

Mas não significa necessariamente que o pesquisador deveria agir contra sua própria organização ou ir contra seus líderes. Pelo contrário, tem sido amplamente reconhecido o papel de mediação dessas organizações políticas entre a teoria e a prática, desde Luckács. Contudo, saber se o trabalho de intelectuais compromissados com grupos de base está ou não politicamente amparado e é cientificamente útil depende da capacidade da própria organização política em os assimilar e respeitá-los, conferindo a todos a autonomia que lhes cabe. (FALS BORDA, 1981, p. 50)

Por esse motivo o princípio metodológico empregado se torna suscetível à abordagem que o “intelectual engajado” aplica em sua investigação, pois, pode estar formando ao invés de uma ciência COM o povo, uma ciência PARA o povo, e, nesse sentido, continua a reprodução de como ela sempre foi concebida nos círculos das classes dominantes e transmitida ao modo paternalista tradicional.

No terceiro princípio *Restituição sistemática*, Fals Borda (1981) adverte que os pesquisadores participantes precisam partir da noção de que a cultura (ou a tradição) do camponês ou do operário não é conservadora como frequentemente se supõe, mas é de fato realista e dinâmica como na prática, isso explica tantas revoltas camponesas que ocorreram na história mundial.

A restituição diz respeito ao enriquecimento do conhecimento camponês/operário aos próprios camponeses e operários com objetivo de elevá-los a novos níveis de conhecimento e apropriação de ideais políticos. Com isso, seu senso comum passa a se tornar mais sensível às mudanças na sociedade e aos tipos necessários de ação, provocando, com isso, maior participação das bases populares que antes estava calada ou reprimida.

Esse retorno da cultura à população não pode ser feito de qualquer modo, deve ser sistemático e organizado. É por isso que essa técnica desalienadora que forma um novo conhecimento ao nível popular denomina-se “restituição sistemática” e, segundo Fals Borda (1981) devem ser elaboradas por meio de quatro regras específicas sistematizada no Quadro 12.

Quadro 12 - Quatro regras para a técnica de restituição sistemática.

1. Comunicação diferencial	2.Simplicidade de comunicação	3.Auto-investigação e controle.	4.Popularização técnica.
Restituir os materiais históricos (e outros) de forma adequada e adaptados de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base que forneceram a informação, ou com quem o estudo foi realizado. Não deveriam ser devolvidos adaptados apenas ao nível político dos núcleos de liderança que, via de regra, é mais avançado. Por essa razão, os estudos desenvolvidos são publicados primeiramente aos grupos populares por meio de didática apropriada e por	Determina que os resultados dos estudos sejam expressos numa linguagem acessível a todos. Isto exige um novo estilo de apresentação dos Materiais científicos e pode levar a alguma experimentação na divulgação de resultados de pesquisa a um público mais amplo (Fals Borda, 1979.)	Refere-se ao controle da investigação pelos movimentos ou grupos de base e o estímulo à auto-investigação. Nessas circunstâncias, nenhum intelectual ou pesquisador pode determinar sozinho o que deve ser investigado, mas deve chegar a uma decisão após consultar as bases ou grupos populares interessados. Levam-se em consideração, as prioridades e necessidades dos movimentos ou lutas populares e não	Reconhecer a generalidade das técnicas de pesquisa mais simples e torná-las acessíveis a esses grupos. Desse modo, cursos de metodologia de pesquisa corrente são ministrados aos núcleos de liderança mais avançados, de modo a capacitá-los a romper com sua dependência frente aos intelectuais e a realizar

último aos intelectuais envolvidos.		somente as necessidades dos pesquisadores.	facilmente sua própria pesquisa
-------------------------------------	--	--	---------------------------------

Fonte: FALS BORDA, (1981, p, 51,52) (elaborado pelo autor)

No quarto princípio metodológico: *Feedback para os intelectuais orgânicos*, a atenção se volta para a condução de implicações práticas do conceito de Gramsci (1968), no qual se destaca a ideia de que os grupos subalternos só poderão mudar sua situação se criarem seus próprios intelectuais. Esses, ao promoverem a homogeneidade e consciência às classes dominadas, possibilitam a construção de uma nova hegemonia civil e política.

Os intelectuais compromissados com a luta popular em diversos países tem tentado formar grupos de consulta ad hoc, constituídos de camponeses idôneos, trabalhadores e índios com vasta experiência, com a finalidade de suplantar os grupos de consulta formados por acadêmicos e professores (a elite dominante). (FALS BORDA, 1978, p. 98)

Essa troca entre pesquisadores e grupos de base por meio das práticas participativas é enriquecida e tem constatado contribuição decisiva para esses dois núcleos no que se diz respeito às aplicações das teorias em realidade e as consequências dessas aplicações – quando bem-sucedidas – na vida da própria população. Essas contribuições permeiam diversas áreas sobre a aplicabilidade em inúmeros contextos sejam urbanos desenvolvendo estratégias na luta pela habitação, desigualdade, entre outras, ou rurais com elementos especiais do meio rural, linguagem e técnicas para instrumentos agrícolas. Todo este processo constata uma ciência própria desenvolvida e aprimorada por meio da práxis. Os agentes desse processo dialético, inclusive os grupos de base podem ser considerados intelectuais orgânicos, sua origem e desenvolvimento técnico são simultaneamente populares, folclóricos e científicos.

O quinto princípio e uma das principais responsabilidades dos pesquisadores (intelectuais orgânicos) é denominado por Fals Borda (1981) por *Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão*. É essencial ao pesquisador “[...] articular o conhecimento concreto com o conhecimento geral, o regional com o nacional e a formação social com o modo de produção e vice-versa, observar no campo as articulações concretas dos princípios, diretrizes e tarefas” (FALS BORDA, 1981, p. 53). Para isso, o autor expõe que a eficácia dessa articulação se deve à adoção:

[...] do ritmo específico no tempo e no espaço, que vai da ação à reflexão e da reflexão à ação em um nível de prática. Contudo, este procedimento reconhece a importância

de se manter uma sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo, como um ato de permanente equilíbrio intelectual. (FALS BORDA, 1981, p. 53)

Nesse sentido, o pesquisador necessita transmitir o conhecimento de modo que percorra todos os níveis de compreensão, do mais simples ao mais complexo, do conhecido ao desconhecido juntamente com as bases sociais. Dessa forma, o conhecimento absorvido é recebido num primeiro nível e processado de modo que sua reflexão seja conjunta e alcance um nível mais geral e legítimo.

O sexto e último princípio proposto por Fals Borda (1981) é *Ciência modesta e técnicas dialogais* que pode ser resumido em duas ideias sintetizadas no Quadro 13, levando em conta os princípios já mencionados de *feedback aos intelectuais orgânicos* e *Ritmo e equilíbrio*.

Quadro 13 - Duas ideias essenciais para o pesquisador

- | |
|---|
| <p>1. que a tarefa científica pode ser realizada mesmo em situações primitivas com uso de recursos locais e principalmente com modéstia do pesquisador no manuseio do aparelho científico e nas concepções técnicas.</p> |
| <p>2. que o pesquisador deveria (a) abandonar a tradicional arrogância e aprender a ouvir discursos concebidos em diferentes contextos culturais. (b) romper com a assimetria das relações entre entrevistador e entrevistado; (c) compreender as pessoas das bases como indivíduos ativos e pensantes.</p> |

Fonte: Fals Borda (1981) (elaborado pelo autor)

Desse modo o autor reforça que a “ciência modesta” e as técnicas dialogais ou de pesquisa participante são elementos indispensáveis para o esforço que procura estimular a ciência popular e promover essa sabedoria e a cultura popular, ampliando o conhecimento de práxis até um nível mais geral. Por conseguinte, podemos afirmar que esse é o objetivo da investigação-ação-participação e que respaldam as ciências emergentes e subversivas com intuito de fortalecer o conhecimento e a cultura das bases sociais. E com a necessidade de situar e fortalecer o conhecimento das bases sociais que objetivaremos nosso debate a seguir que conta com um percurso de enfrentamentos e desafios que buscam aprimorar os métodos de gestão das políticas sociais.

O que abordaremos nos próximos subcapítulos é um esforço de aproximar as ferramentas de cartografia dos contextos sociais, da vida e as relações que valorizam o próprio território. Para isso, não só utilizaremos experiências já conhecidas de cartografia social, mas,

necessitaremos alargarmos nosso diálogo para além da Geografia e do Serviço Social para nos apoiarmos em algumas reflexões da Psicologia Ambiental que analisa, intuitivamente o sujeito em seu território, e nos fornece a compreensão, mesmo que sutil, das expressões de vida que são concretizadas na formação e caracterização desses espaços vividos.

Nessa visão que concordamos com a análise de Ana Clara Torres Ribeiro, na qual coloca que a sociedade:

[...] é muito ativa, mas é lida de uma forma terrivelmente simplificadora, e segundo uma retórica negativista, ou então segundo a retórica daqueles que se apresentam como grande sabedores dos anseios da sociedade, e assim nem se dão ao trabalho de escutá-la, preferem simplificar tremendamente a realidade da qual posam de tradutores, no que agem muito mal, pois simplificar uma realidade complexa resulta sempre em aumentar os riscos sociais (RIBEIRO, 2009, p. 12)

Com o intuito de não nos limitar nas representações generalizadas, que necessitamos de uma cartografia que valorize os contextos reais da vida, “[...] uma outra cartografia, valorizadora do que é “pequeno”, daquilo que, mesmo sendo fugaz, pode ser extremamente importante, porque é a única resistência possível [...]” (RIBEIRO, 2012, p.9) e assim, pode nos fornecer elementos que complementam e auxiliam outras interpretações de vida das pessoas que se movimentam e constroem cotidianamente suas territorialidades. Nessa perspectiva que avançaremos para as ferramentas em si, apresentando uma reflexão sobre a linguagem cartográfica em consonância com o desafio da representação subjetiva dos contextos sociais apropriando de metodologias que incorporam técnicas de geoprocessamento, cartografia social e a vivência popular como subsídio a gestão das políticas públicas.

4.1 A FERRAMENTA DE GEOPROCESSAMENTO NA CARTOGRAFIA SOCIAL

Não podemos falar de informação sem antes mencionarmos a ferramenta de geoprocessamento. A cartografia, assim como as metodologias incorporadas na utilização de representações cartográficas moldam uma linguagem técnica, objetiva e de imposição, com grande avanço nos períodos de guerra, pode-se dizer que a cartografia sofreu avanço e foi aprimorada para obtenção de controle e poder na maior parte da história sendo usada como ferramenta de inteligência que determina tomadas de decisões de grande importância. Obviamente, decisões procedentes dos altos escalões do governo. São raras as exceções em que o poder da cartografia foi utilizado pelas mãos das minorias e promoveram ações, questionamentos e mudanças.

O mapa sempre esteve em prol dos grupos dominantes, que acabou se acentuando, tendo em vista a alta tecnologia empregada, que leva a necessidade de equipamentos sofisticados, bem como qualificação para manusear os softwares e obter resultados que utilizam toda sua capacidade de representação.

Ao contrário dos outros modos de expressão, [...] o mapa é uma linguagem de poder e não de contestação. Jamais existiu uma cartografia popular, alternativa ou subversiva; [...] a tecnologia da informática não fez mais, que reforçar esta concentração de poder sobre os meios de informação. (ACSELRAD, 2008, p.50)

Mas como já vimos pelas palavras de Fals Borda (1981) que as descobertas tecnológicas podem estar a favor e ser benéficas para as classes proletárias, uma vez este alcançado por meio da ação política. E é por meio dessa ação que objetivamos articular essas ferramentas em prol das minorias e da representatividade desses contextos.

A utilização das ferramentas dos sistemas de informação geográfica é geralmente percebida com viés técnico e objetivo e que contrariam ao discurso da subjetividade, da argumentação e das ideias. Esclarecemos aqui nossa contrariedade que essas técnicas possuem apenas esse viés objetivo. Muito se refere a metodologia a que os dados foram levantados e as formas de representações utilizadas. Neste intuito pretendemos demonstrar que o geoprocessamento pode ser utilizado para representações qualitativas e estender suas potencialidades também em prol das bases populares, para tal é necessário entrar em ação a postura do pesquisador como defende Fals Borda (1981). Analisado por uma outra perspectiva, Moura apresenta uma reflexão sobre o próprio nome:

[...] o sufixo “processamento” de Geoprocessamento vem de processo, que é do latim processus e significa “andar avante”, “progresso” [...] Assim, pode-se acreditar que o termo Geoprocessamento, surgido do sentido de processamento de dados georreferenciados significa implantar um processo que traga um progresso, um andar avante, na grafia ou representação da Terra. Não é somente representar, mas é associar a esse ato um novo olhar sobre o espaço, um ganho de conhecimento que é a informação. (MOURA, 2003, p.8)

O intuito encontra-se não só na necessidade de criar outras formas de gerar informações, mas de poder estar mais próximo das pessoas que se encontram nas bases sociais e possibilitar meios para que suas expressões e sentimentos relacionados a seus locais de vivência venham à tona e apresentem configurações que até o momento não foram possíveis de serem constatadas, pois, como já mencionado nessa pesquisa, nossa experiência nos contextos sociais juntamente com a vivência na gestão da informação da Assistência Social foram limitados aos números socioeconômicos de órgãos de pesquisas ou de ferramentas internas de

coleta de dados. Essas possibilidades de aquisição de dados são essenciais para descrição de inúmeros cenários e facilitam o olhar da gestão em diversas conjunturas, porém, ao trabalhar em outras escalas que não sejam pequenas, ou seja, mais próxima do real: assentamentos, ocupações e até mesmo distritos, sentimos a limitação que as grandes tabelas e variáveis dos institutos de pesquisa possuem.

Além disso, quando falamos em variáveis, acreditamos que grande parte de suas coletas não representam parte da realidade em escalas grandes, generalizando informações e não identificando algumas particularidades – que muitas vezes são essenciais para a interpretação de uma dada realidade – isto é, como afirma Brandão (2006, p.27) os sujeitos “[...] acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas”.

Por essas razões que procuramos outras formas de levantar informações sobre os espaços de vida, informações que busquem um olhar mais particular e único dos eventos que ocorrem continuamente no território. Neste sentido ressaltamos que a metodologia abordada e que será detalhada nos próximos tópicos, aproxima o investigador dos contextos trabalhados e apresenta um conteúdo que consideramos autêntico, extrai, de forma respeitosa, a percepção individual e os vínculos que cada pesquisado transporta de seu território por meio da investigação que busca identificar suas emoções e sentimentos. Este instrumento, como veremos, pode contribuir para uma melhor compreensão territorial e complementar as interpretações que os técnicos já possuem de seu ambiente de trabalho, bem como, possibilitar tomadas de decisão pautadas em informações qualitativas e mais próximas da realidade da população local.

4.2 INSTRUMENTO GERADOR DE MAPAS AFETIVOS

Quantos mapas, no sentido descritivo (geográfico) serão necessários para absorver [esgotar] um espaço social, para codificar e decodificar todos os seus sentidos e conteúdos? (LEFEBVRE, 2000, p.128).

O questionamento de Lefebvre (2000) traduz precisamente nossa problemática ao adentrar no desafio metodológico que estabelecemos como fundamental para a defesa da presente tese. Investigar o afeto, sentimentos e emoções relativo aos locais de vida das pessoas é um processo um tanto quanto complexo e demanda habilidades de interpretação que ultrapassavam nossas experiências e capacidade que a ciência geográfica poderia conduzir.

Investigar sentimentos no geral é um processo difícil de se operacionalizar porque, normalmente, não são identificados e nomeados com facilidade. Por esse motivo, encontrar caminhos que acessem os afetos dos sujeitos refletidos na realidade cotidiana, provoca um certo grau de subjetividade que causa uma noção intangível impossibilitando de ser nomeada ou categorizada. Então, o desafio metodológico central foi como chegar a estes sentimentos sem correr o risco de obter somente resultados concretos e racionais.

Por isso procuramos buscar metodologias que auxiliassem o processo de tornar tangível algo intangível. Foi na Psicologia Ambiental que podemos encontrar caminhos que facilitassem esse processo, buscando um instrumento que inclua imagens e palavras, pela formulação de sínteses ligadas aos sentimentos que as pessoas portam sobre seus ambientes de vida.

A Psicologia Ambiental, apesar de controvérsias acerca de sua caracterização e de apresentar definições com limites imprecisos, tem por preocupação não comprometer essa ciência com reducionismos arbitrários e pode ser compreendida como estudo das inter-relações entre o ser humano e seu ambiente sócio-físico, considerando seus aspectos individuais e coletivos que os decorrem (PINHEIRO; GÜNTHER; GUZZO, 2014), dessa forma, entende-se que essas relações que transformam seus territórios, o sujeito passa também a ser transformados. Sobre essas questões, é possível compreender que assim como a Geografia que estamos abordando nesta pesquisa, a Psicologia Ambiental necessita ser trabalhada numa perspectiva interdisciplinar uma vez que são diversos os olhares necessários para analisar o comportamento de aspectos físicos, sociais, culturais e simbólicos envolvidos nas relações pessoa e ambiente.

Com as pesquisas da professora Zulmira Áurea Cruz Bomfim (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2013; 2014) foi possível compreender articulações da Psicologia Ambiental com a Psicologia Social, na qual se estrutura importantes contribuições para pensar a relação entre sujeito e ambiente a partir da afetividade. A compreensão de afetividade que Bomfim trabalha é alicerçada na contribuição da filosofia de Spinoza (2009), sendo que os afetos se referem ao corpo e a mente, sendo eles uma única coisa, que são afetados por outros corpos, de modo que sua eficiência e ação pode ser aumentada ou diminuída, causando, respectivamente, liberdade ou passividade.

Esta percepção está diretamente relacionada com nossa necessidade de interpretação subjetiva do território e é materializada por meio do instrumento de apreensão dos afetos desenvolvido por Bomfim (2010) que busca calcular o que a autora denominou de Estima de Lugar e que definiu como:

[...] uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído. Como categoria social, a estima pode ser compreendida como uma forma de pensamento social que caminha em paralelo a outros de simbolismo do espaço, derivado da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar. (BOMFIM, 2010, p. 218)

O Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) adaptado em nosso processo metodológico, propõe uma análise qualitativa baseada na articulação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos à desenhos, ou seja, as imagens criadas e seus significados, são os principais recursos da metodologia e revelação dos sentimentos e afetos dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Referenciado na perspectiva histórico-cultural de Vigotsky (1991), afirma serem os afetos o subtexto da linguagem, que em nosso contexto é a expressão afetiva dos sujeitos baseados nos desenhos de seus territórios e da escrita sobre eles. Nessa perspectiva, Bomfim elucida que:

[...] os desenhos e metáforas são recursos imagéticos reveladores dos afetos que, juntamente com a linguagem escrita dos indivíduos pesquisados, nos dão um movimento de síntese do sentimento. O desenho é a criação de uma situação de aquecimento para a expressão de emoções e sentimentos e a escrita traduz a dimensão afetiva do desenho. As metáforas são recursos de síntese, aglutinadores da relação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos. (BOMFIM, 2010, p. 137)

A importância destes recursos como desenho e palavras-síntese para revelar a afetividade são fundamentais para estimular os indivíduos a atingirem seu grau de emoção sobre aquele território e dessa forma, poder descrevê-lo de maneira sintética. Mas como captar o significado do território no afeto enquanto função psicológica? Em diálogo com a teoria de Vygotsky, Bomfim esclarece que:

[...] é necessário captar o subtexto da linguagem, a linguagem da emoção, durante o processo interativo. O desenho, a projeção da imagem da cidade e a metáfora, segundo nossa proposição, são recursos para a clarificação deste subtexto, nem sempre facilmente captado. A metáfora é um recurso linguístico que, com base em uma linguagem figurada, desvela o afeto pela imagem. (BOMFIM, 2010, p.138)

A autora utilizou a metodologia para aplicar sua amostra em cidades de grande porte como São Paulo e Barcelona. Em nossa investigação aplicaremos a amostra em regiões específicas de Londrina, distrito e área rural a título de efetuar comparações entre resultados que será melhor detalhado nos próximos tópicos. Antes disso, ainda vamos explanar sobre a seleção metodológica com a intenção de esclarecer nossa escolha e justificar sua necessidade.

Neste seguimento que notamos a conveniência de nos aprofundar nesta escolha, como justificativa contra hegemônica e fugir das tradições filosóficas de base positivista – debatido nessa pesquisa, bem como na perspectiva de adentrar na tese defendida nesta pesquisa. O processo metodológico abordado, ao tratar de desenhos e sínteses metafóricas dos sentimentos caracteriza uma fuga dos padrões que atuam somente na racionalidade e da semântica da formalidade. Segundo Germano:

[...] a preocupação atual com a metáfora na ciência é fruto da reviravolta lingüística na filosofia. Considerando que todo saber é mediado por símbolos localizados, a distinção tradicional entre arte e ciência torna-se mais tênue, elevando a metáfora a um lugar central na discussão epistemológica e ontológica, e dispondo-a como modelo para o pensamento sociológico. Não se reconhece mais a existência de um saber dos saberes, que esteja fora da mediação cultural. Na sociologia e na antropologia, o uso das metáforas passa a ser internamente objeto de reflexão e as próprias metáforas agora traduzem o espírito " dialógico " da realidade social. (GERMANO, 2001, p. 30)

As palavras de Germano (2001) remetem a defesa de Bomfim que “As metáforas podem ser formas eficazes de apreensão dos afetos, porque vão além da cognitividade. Seu alvo maior é a conquista da intimidade” (2010, p.139). A conquista da intimidade quando comunitária, revela informações de grande interesse para poder conhecer uma realidade e compreender os contextos de coletividade. Lakoff (1980) ressalta a importância das metáforas na interpretação das experiências concretas e coloca “[...] así pues, descubrimos que nuestros conceptos de objetos, igual que nuestros conceptos de acontecimientos y actividades, emergen de manera natural de nuestra experiencia en el mundo” (LAKOFF, 1980, p.163).

Ao se trabalhar as possibilidades de categorizar os sentimentos dos sujeitos-pesquisados pelas respostas fornecidas, acreditamos que esses, após a reflexão sobre a própria produção do desenho, permitem uma revelação e manifestação comunitária das experiências concretas do cotidiano. São essas características apoiadas nas reflexões Vygotsky (1991) que nos permitem o aprofundamento das discussões sobre as pessoas e a subjetividade a partir da linguagem e semiótica, bem como, a análise de subtexto proposta, que permite a apropriação de processos psicológicos fundamentais que vão subsidiar nossos procedimentos sistemáticos e permitir aproximações das expressões por meio de mapeamentos.

Por fim, após as sistematizações, as dimensões afetivas encontradas, consideramos a filosofia espinosana pautada na elaboração de Bomfim (2010) de modo a justificar nossos procedimentos metodológicos, pois, passa a ser possível indicar mecanismos de potencialização ou despotencialização da ação das pessoas, o que remete diretamente fatores que envolvem características individuais como autoestima e perspectiva de futuro, como coletivas, na

construção de redes de apoio social com base nas relações comunitárias com intuito de diminuir as fragilidades internas do indivíduo como também sociais.

Pensar a afetividade não é só pensar o sentimento do sujeito com o meio, mas pensar sua interação, construção e modificação. É um fenômeno que está diretamente conectado à atuação do homem no meio e pode ser mais um componente a ser considerado para avaliar e implementar políticas públicas. Segundo Bader Sawaia, a:

[...] afetividade é um meio de penetrar no que há de mais singular na vida social coletiva, pois ela constitui um universo peculiar da configuração subjetiva das relações sociais de dominação. É um fenômeno privado, mas cuja gênese e consequência são sociais (Vygotsky, 1934-1982), constituindo-se em ponto de tramitação do social e do psicológico, da mente e do corpo e, principalmente, da razão e da emoção. Segundo Dejours (1999), “negar ou desprezar a afetividade é nada menos do que negar ou desprezar o homem, sua humanidade, o que é negar a própria vida”. E, o que é mais importante, essa práxis usa, para reproduzir-se, os mesmos recursos e espaços de ações privilegiados pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade. (SAWAIA, 2010, p. 40)

Nessa perspectiva, podemos perceber que a noção de afetividade está diretamente relacionada com o aumento ou diminuição da nossa capacidade de agir que consequentemente constituem nossos modos de existir. A afetividade com o meio regula nosso modo de pensar, de agir e sentir e determinam as possibilidades de transformação e emancipação que os sujeitos possuem de suas próprias vidas.

Partindo da Psicologia Socioambiental a escolha metodológica adaptada ao mapeamento, se baseia no interesse de investigar os fenômenos que surgem a partir das relações sociais entre os sujeitos e o meio, bem como compreender espacialmente onde estes fenômenos estão ocorrendo e como estão ocorrendo. O mapeamento destas ocorrências abre mais uma possibilidade de análise e complementa a metodologia de apreensão dos afetos aqui mencionada. A possibilidade de análise que propomos abrir visa atender a gestão e complementar materiais que subsidiam tomadas de decisão para as políticas sociais.

Temos o intuito de estimular o início de uma discussão mais humanizadora dentro do processo de gestão de dados e informações dos setores públicos, bem como, arriscar novas metodologias de cunho interdisciplinar na ciência geográfica, fornecendo ferramentas para implementação de atividades que procuram promover maior participação dos profissionais e abrir outras perspectivas e possibilidades de transformação social. Dentro deste diálogo e vontade de transformação, Sawaia diz:

Assim, nos ensina que as ações revolucionárias são inócuas se não se desbloqueiam as forças reprimidas da subjetividade em direção à alegria de viver, que, por sua vez,

é a base da liberdade. Os homens se submetem à servidão porque são tristes, amedrontados e supersticiosos. Enredados na cadeia das paixões tristes, anulam suas potências de vida e ficam vulneráveis à tirania do outro, em quem depositam a esperança de suas felicidades. (SAWAIA, 2009, p. 366)

De acordo pelo exposto pela professora Sawaia (2009), confirmamos nossa motivação a procurar processos metodológicos de pesquisa alternativos que não abordem somente um saber, mas que possibilite a expressão de mais vozes, possibilitando maior diálogo, buscando aprimorar nossos meios de gerar informação para alcançar resultados mais particularizados dos contextos de vida das pessoas.

Nos próximos tópicos abordaremos os caminhos percorridos para aplicação do instrumento, o recorte espacial que a amostra foi realizada e os desafios encontrados para efetivação de nossa atividade com a população.

4.2.1 Do Contexto E Aplicação Da Metodologia

A elaboração e aplicação da metodologia desenvolvida teve como objetivo investigar os sentimentos e as emoções de uma amostra (universo) de pessoas situadas em regiões específicas de Londrina, Paraná. Essa investigação foi pautada no Instrumento Gerador de Mapas afetivos (IGMA) elaborada por Bomfim (2010) e adaptada por nós para promover uma representação cartográfica que apresente uma espacialização dos resultados obtidos por meio das atividades presentes no instrumento que será detalhado neste tópico.

Primeiramente fizemos algumas reuniões com servidores da Secretaria de Assistência Social de Londrina, nas quais apresentamos nossos objetivos e ouvimos a necessidade de aplicação deste tipo de estudo em áreas específicas. Já havíamos começado essa discussão, no ano de 2019, quando desenvolvímos os modos de aplicação do instrumento, porém, ao iniciar a pandemia do novo coronavírus tivemos diversos empecilhos que atrasaram o início oficial de nossa experiência em campo. Em maio de 2020, tomando os cuidados solicitados pela Organização Mundial da Saúde, iniciamos novamente os encontros para discutir a atividade e começar a dar forma para aplicação.

O recorte espacial para aplicação do estudo foi decidido em conjunto com a Diretoria de Gestão da Informação e assistentes sociais dos CRAS que trabalha diretamente com a população. Após a explicação detalhada sobre o instrumento e os resultados que poderíamos alcançar com esse tipo de ferramenta, foi tomada a decisão de elaborar as atividades em dois locais: 1) Distrito de Lerroville; 2) CRAS Leste da área urbana de Londrina. A escolha

desses locais foi proposital pela diferença dos contextos socioespaciais que os moradores estão submetidos (rural e urbano), bem como, da distinção cultural que as pessoas destas áreas podem apresentar, enriquecendo a pesquisa e abrindo a possibilidade de análise espacial pelo confronto dos dados.

Com os locais confirmados, iniciamos algumas visitas em trabalho de campo que nos permitissem conhecer melhor o contexto físico destes territórios. Os servidores dos CRAS articularam visitas com a própria estrutura do município para podermos entrar em contato com a população. A experiência de conversar com o público destas áreas acompanhado dos servidores que estão na linha de frente e conhecem todas ou boa parte das vulnerabilidades socioespaciais destas localidades, permitiu uma interpretação mais precisa dos cenários que trabalhamos, bem como, elaborar a atividade do instrumento em forma de oficina de maneira respeitosa e coerente, não só na elaboração da atividade em si, mas na compreensão dos resultados que aquela atividade gerará sobre as pessoas.

4.2.2 Explicação Da Atividade

Nossa atividade foi construída de maneira simples e conta com uma folha frente e verso. De um lado o título e identificação da oficina e espaço para realizar um desenho, e do outro, temos algumas espaços para preenchimento de acordo com a Figura 11.

Figura 11 - Verso da atividade realizada na oficina

<u>CRAS RURAL</u>	NÚMERO:
SEXO: Masculino () Feminino () IDADE: CIDADE ORIGEM: CIDADE RESIDÊNCIA: TEMPO DE RESIDÊNCIA:	
MEU DESENHO SIGIFICA:	
SENTIMENTOS (EMOÇÕES) QUE O DESENHO DESPERTA:	
PALAVRAS QUE SINTETIZAM TEUS SENTIMENTOS:	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
EM UMA ESCALA DE 0 A 10: 0 É MUITO RUIM E 10 É MUITO BOM, QUAL PONTUAÇÃO REPRESENTA SEU TERRITÓRIO?	
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	

Fonte: elaborado pelo autor

Antes de iniciar a atividade, foi explicado cada um dos pontos para preenchimento e colocado alguns exemplos para que os participantes compreenderem seu objetivo. Como já pontuamos anteriormente, a primeira etapa era realizar o desenho com o intuito de um “aquecimento”, ou seja, com ele as pessoas passam a abstrair para seus contextos de vida fora da sala e começam a fazer relações metafóricas (ou não) com seus territórios, a expressão de suas emoções e sentimentos se iniciam no desenho, a escrita do outro lado da folha será para traduzir a dimensão afetiva dos sentimentos já presenciados, que para nós, torna-se relevante na atividade, pois preencherá nossas categorias e posteriormente as representações cartográficas.

Nessa sequencia, viramos a página e identificamos no topo da folha algumas informações gerais como sexo, idade, cidade de origem, residência e tempo de residência. Essas questões servem para criarmos um perfil de cada participante e poder relacioná-los com seu cadastro no Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social (IRSAS), para posteriormente trabalhar sua localidade e elaborar o mapeamento das respostas. Outro ponto importante é que os participantes não preenchem seu nome na folha de atividades, é colocado apenas um número para cada participante, esse número é relacionado com seu cadastro e posteriormente vinculado ao seu endereço para nosso mapeamento⁹.

Após este preenchimento, inciamos a primeira pergunta que já induz o participante a fazer referência ao desenho atribuindo-lhe um significado. Na próxima pergunta, tentamos abstrair um pouco mais, esforçando-se para reproduzir alguma representação escrita do desenho. Após essas duas perguntas, vamos para as palavras-síntese. Nesse momento chamamos a atenção para que suas emoções e sentimentos fossem sintetizados em seis palavras ou pequenas frases que dessem a entender, de modo resumido, seu território e consecutivamente seu desenho.

De forma sistematizada, nossa atividade seguiu as etapas que pode ser visualizadas no Quadro 14.

⁹ Todas as informações pessoais dos entrevistados são mantidas em sigilo segundo orientações da Secretaria de Assistência Social e do nosso Comitê de Ética submetido e aprovado pela Plataforma Brasil (Anexo 2)

Quadro 14 - Etapas a serem desenvolvidas na atividade.

1 Desenho	2 - Significado do desenho	3 - Sentimentos que o desenho desperta	4 - Palavras-síntese
Primeiro item do instrumento. Propositalmente, foi tomado como primeiro para possibilitar um processo representacional imagético. O desenho tem como função facilitar a expressão das emoções	Segundo item tem como função exibir o que o respondente quis apresentar com o desenho. Para efeito de análise, consideramos o significado que a pessoa atribuiu ao desenho, em sua estrutura e significado.	Terceiro item tem como função estimular que a pessoa expresse os sentimentos relacionados ao desenho. Este procedimento está fundamentado no método processual de Vygotsky (<i>apud</i> LURIA, 1986) para a compreensão do sentido da comunicação complexa.	Quarto item do instrumento sintetiza os sentimentos provocados inicialmente pelo desenho e, em seguida pelos itens anteriores. Pode repetir as palavras desde que cada uma das palavras preencham as 6 lacunas a elas destinadas.

Fonte: BOMFIM, 2010 p.143,144, (adaptado pelo autor)

Os objetivos desta atividade para nossa investigação foram criar relações entre o desenho (representação metafórica) e as palavras-síntese e levantar categorias para a formação sistemática a serem utilizadas no instrumento final que será detalhado no tópico “4.2.3 Análise dos dados qualitativos”.

As categorias que vão subsidiar a espacialização dos fenômenos, foram visualizadas a partir da representação da totalidade dos sentimentos encontrados nos registros que inferiam significados a partir dos objetivos investigados. Foram consideradas as presenças e a frequência de aparecimento nas palavras-síntese e enumeradas de acordo com as seguintes categorias: Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contraste. Essas quatro categorias tem o intuito de amparar todos os sentimentos manifestados pelos respondentes.

Para melhor esclarecer, vamos detalhar as seguintes categorias no Quadro 15 e os sentimentos encontrados em cada uma delas.

Quadro 15 - Detalhamento das categorias de análise.¹⁰

Agradabilidade	Pertencimento	Insegurança	Contraste
Encontramos palavras que mostram sentimentos de vinculação ao lugar e suas qualidades positivas. Ex.: Eu gosto daqui, é tranquilo, é um lugar agradável, ninguém pertuba.	Nesta categoria encontramos sentimentos, emoções e palavras que remetem identificação com o lugar. Ex.: Esse sítio faz parte de mim, sou apegado a essa chácara, tenho amor a esse lugar.	Nesta categoria estão todos aqueles sentimentos que envolvem algo inesperado, instável e, às vezes, negativo. Ex.: fico tenso, falta de atenção, dor, tristeza, medo.	Nesta categoria temos sentimentos emoções que expressam palavras contraditórias em que há uma polarização positiva e negativa. Ex.: é lindo mas é feio, tensão e tranquilidade, me sinto livre mas com medo de sair.

Fonte: Bomfim (2010, p 145,146) adaptado pelo autor.

O tipo de classificação escolhida para a formação dessas categorias foi a de saturação, à medida que se repetiam. Na análise das 15 atividades foi feita uma contagem da frequência de aparecimento das palavras ou pequenas frases que se enquadram nas categorias mencionadas, com isso, foi possível atribuir um valor para cada categoria bem como ordenar a importância de aparecimento dos fenômenos estudados.

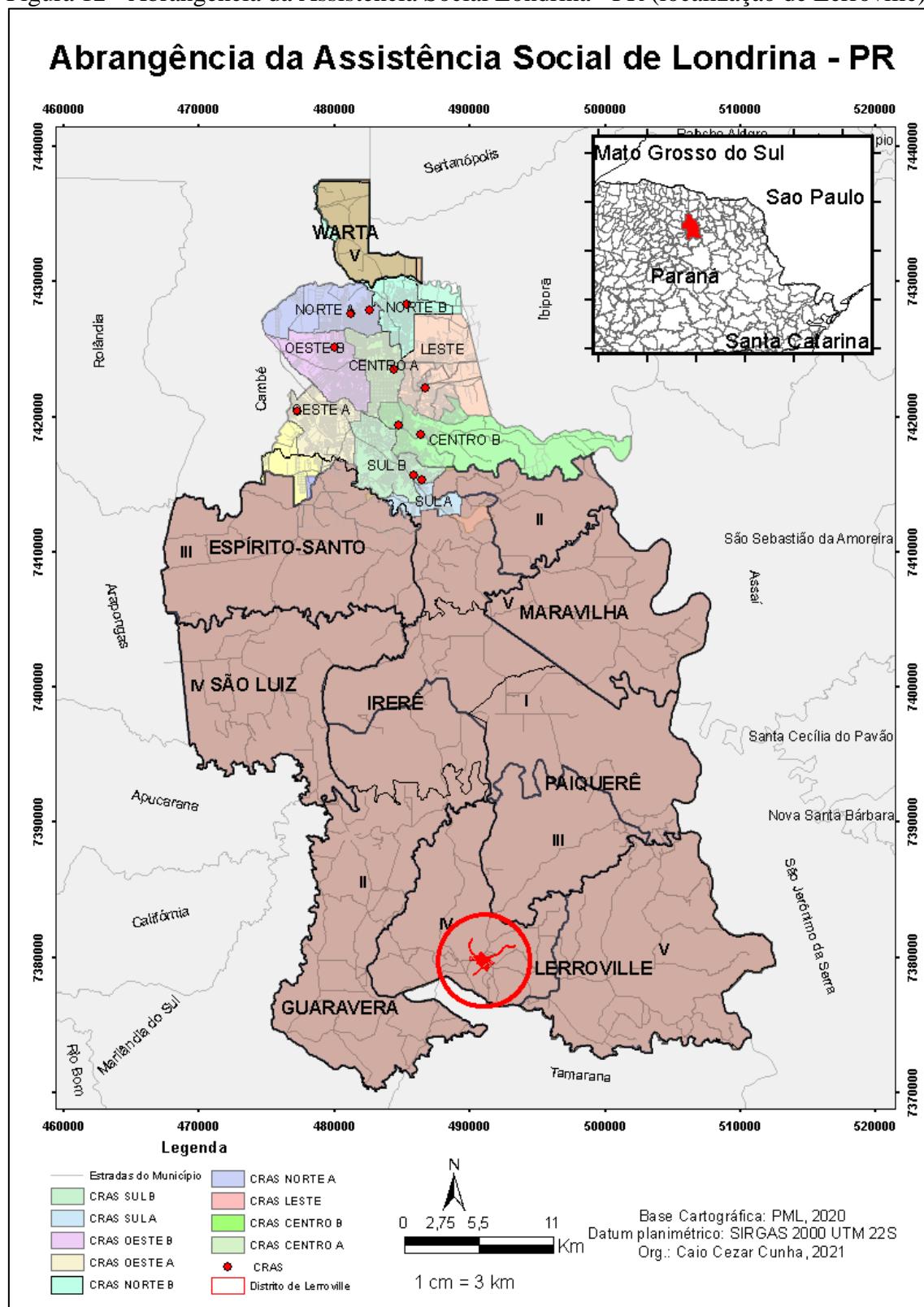
Tendo em vista esses procedimentos metodológicos foi possível realizar a oficina no Distrito de Lerroville (área rural de Londrina) e no território do CRAS Leste (área urbana de Londrina) que serão descritas nos tópicos a seguir, como também retratado os desafios encontrados que a pandemia do novo coronavírus nos impôs para finalização de nosso estudo.

4.2.2.1. Aplicação no distrito de Lerroville, PR

O distrito de Lerroville é um dos oito distritos administrativos de Londrina, PR, e sua população em 2010 era de 3.775 habitantes de acordo com o IBGE. A origem de seu núcleo urbano (Figura 12) originou-se da estrada que liga Tamarana e Paiquerê, sua ocupação teve início principalmente pela atividade comercial desenvolvida pelos agricultores da região.

¹⁰ As palavras utilizadas para exemplificar as categorias foram retiradas da atividade realizada.

Figura 12 - Abrangência da Assistência Social Londrina - PR (localização de Lerrovile)



Fonte: Elaborado pelo autor

O distrito fica a uma distância de 50km do distrito sede de Londrina e faz parte do CRAS Rural, que, com sua equipe “volante”, fica responsável por estabelecer contato com as

famílias que necessitam dos serviços assistenciais. Segundo o IBGE, em 2010, havia 22.087 pessoas residindo na zona rural, ou seja 4,38% da população londrinense

O trabalho de campo realizado no dia 16/10/2020 foi possível identificar pequena malha urbana com alguns comércios e uma lenta expansão em forma de ocupações nas regiões urbanas oeste e sudoeste do distrito (Figura 13). O distrito em sua grande maioria é cercado por grandes áreas de agricultura.

Figura 13 - Ocupação na Rua Angelo Basso, Lerroville.



Fonte: Trabalho de campo, 2020

Como é possível identificar, as ocupações estão avançadas e algumas já possuem estruturas em alvenaria e entrada para passagem de fiação elétrica. Do outro lado da rua, é possível identificar uma horta comunitária abandonada (Figura 14), os moradores cuidavam e mantinham a rotatividade desde 2012, porém, por falta de manutenção no sistema que leva água para a horta, não conseguiram dar continuidade, mesmo assim ainda tentam algumas culturas e conseguem manter a capina.

Figura 14 - Horta comunitária, Rua Angelo Basso, Lerroville



Fonte: Trabalho de campo, 2020

Figura 15 - Ocupação próximo à Rua Vitor Cabarinho, Lerroville.



Fonte: trabalho de campo, 2020

Na Figura 15, identificamos outras ocupações (mais antigas que a primeira) na região norte do distrito, localizado próximo a Rua Vitor Cabarinho e a Escola Estadual Maria Helena Davatz, essas ocupações se encontram em uma vertente, próximo a área de fundo de vale e estão diretamente relacionadas a riscos socioambientais.

Neste mesmo trabalho de campo, tomando os cuidados de distanciamento, foi possível dialogar com alguns moradores e explicar o motivo desta visita. Os assistentes sociais que estavam junto explicando os contextos da região, também aproveitaram para fazer alguns atendimentos à população e apresentar a pesquisa, já deixando avisado e explicado de nossa atividade que seria desenvolvida em breve. Todas as conversas foram bem esclarecedoras com os moradores, foi possível deixar claro os objetivos e a intenção da atividade a ser desenvolvida na forma de oficina e que futuramente terão acesso aos seus resultados.

A primeira oficina foi desenvolvida após quatro meses deste trabalho de campo, antes disso, fizemos duas reuniões para chegar em um número de pessoas que seria possível realizar a atividade, por conta da pandemia, de 45 (número inicial) tivemos que limitar em 15 pessoas para realização da atividade. Esses dois encontros com a assistente social responsável pelo território de Lerrovile foi importante para chegarmos neste número e decidirmos que seria feita uma amostra (pessoas selecionadas espacialmente pela própria assistente social) para tentar abranger toda a área urbana do Distrito, ou seja, a assistente social selecionou estratégicamente pessoas que moravam em diversas áreas (regulares e ocupações), para que nossos resultados não fiquem limitados a tendência de apenas um ponto ou região. Os encontros também foram importantes para selecionar o local em que fariamos a atividade. Em contato com o diretor da Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto de Lerrovile, conseguimos marcar a atividade para o dia 23/02/2021 (Figura 16).

Figura 16- Explicação da atividade - Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.



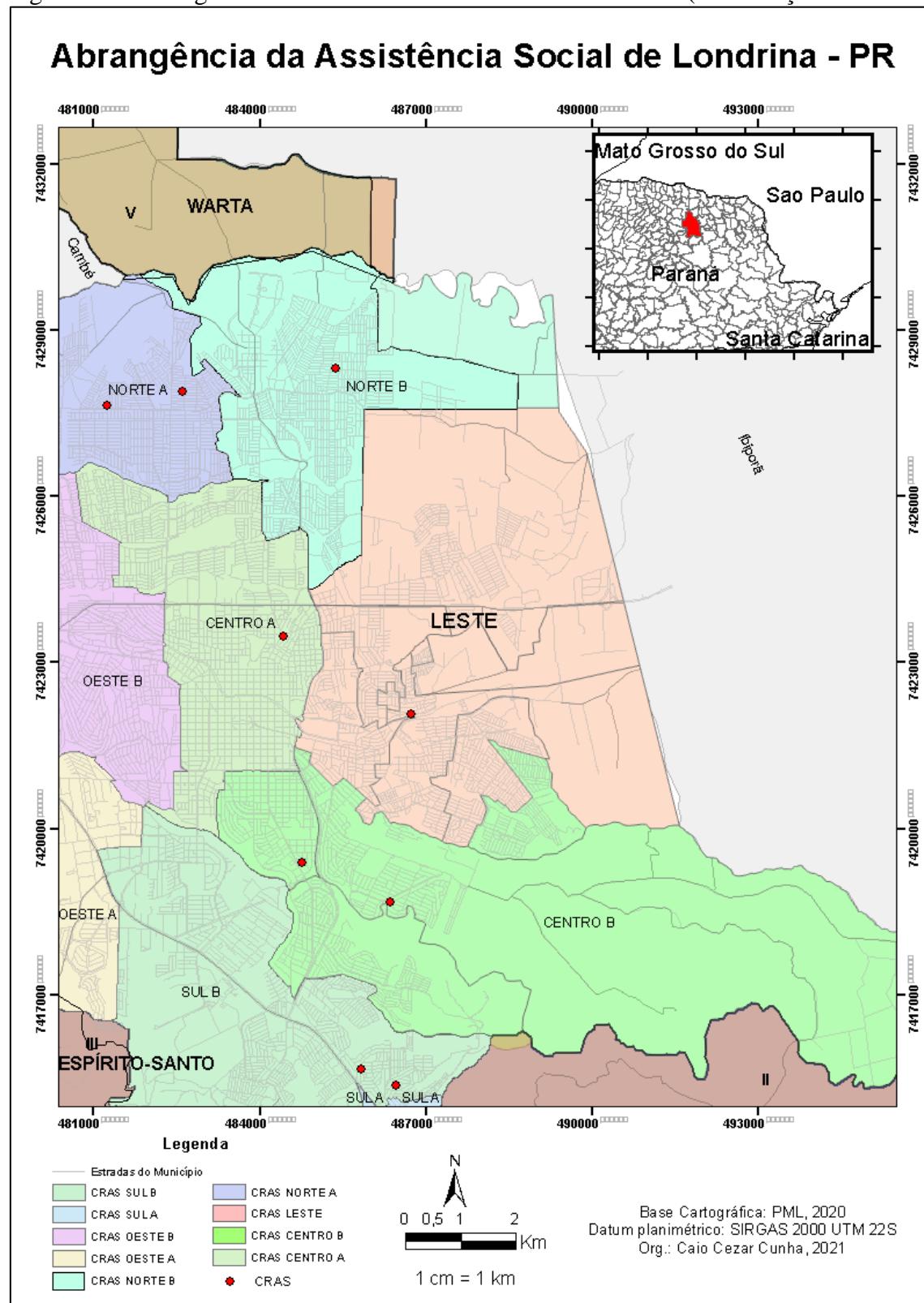
Fonte: Trabalho de campo (2021)

O diretor se comprometeu em fornecer o serviço de duas zeladoras para efetuar limpeza (higenização) antecipada da sala, distanciamento das cadeiras e limpeza posterior a atividade. A assistente social se comprometeu em levar máscaras extras, álcool e diversos lapis para que não tivesse o contato entre as pessoas. Tomando todos esses cuidados, foi possível contar com a presença de 100% dos convidados. A atividade iniciou as 10h30 e foi explicado detalhadamente o que iríamos fazer, após apresentar o termo de compromisso (anexo 1) demos inicio a atividade que foi autoadministrada e teve duração aproximadamente de 50 miuntos.

4.2.2.2. Aplicação no CRAS Leste de Londrina

O território do CRAS Leste (Figura 17) foi selecionado por conter particularidades que apresentam rica diversidade socioespacial e também por ser um dos maiores em extensão. Seu potencial de crescimento vem configurando novas lógicas e causando impactos profundos no território por meio de novos empreendimentos habitacionais e loteamentos.

Figura 17 - Abrangência da Assistência Social de Londrina – PR (Localização CRAS Leste)



Fonte: Elaborado pelo autor

O CRAS Leste é um território com alta concentração industrial, há número elevado de conjuntos habitacionais e também ocupações irregulares.

É relevante destacar (Quadro 16) que neste território encontramos nove ocupações irregulares.

Quadro 16 - Ocupações do território do CRAS Leste.

OCUPAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Invasão do Reis	Rua José Ferreira da Silva
Ocupação Morro do Carrapato	Final da Ernesto Galvani dos Santos
Ocupação Rua Pingo D'água e seu entorno	Rua Pingo D'água
Ocupação Rua Zircônio	Rua Zircônio
Ocupação Rua Heron Domingues	Rua Heron Domingues com Rua Mangaba
Ocupação Rua Rosa Branca	Rua Rosa Branca – Vila Ricardo
Ocupação da R. Raimunda Madalena Reeberg	Rua Raimunda Madalena Reeberg com Raimunda Monteiro Garcia - Jd. Santa Fé
Ocupação Fundo de Vale do Jd. Abussafe	Região do Parque Tauá com Jd. Abussafe
Ocupação San Rafael	Próximo à Rua Amoreira

Fonte: Trabalho de campo - organizado pelo autor (2021)

Segundo o IBGE, em 2010, havia 78.394 pessoas residindo neste território, 15,56% da população Londrinense, o que a caracteriza como a terceira região mais populosa do município, tendo em sua extensão número significativo de bairros com famílias com situação de desproteção social.

Segundo o IRSAS, nos últimos anos (de 2017 a 2021) houve um aumento de 5.245 pessoas no CRAS Leste o que representa um aumento de 51,88% na quantidade de pessoas computadas neste território que passaram a ser atendidas pela política assistencial de acordo com o Diagnóstico Socioterritorial de 2020, a taxa de desemprego é de 31,76%, a maior do município.

Os dados mostram um pouco da realidade preocupante que a população do território CRAS Leste tem passado nos últimos anos e que tem se agravado no contexto pandêmico, não apenas a população, mas para os trabalhadores da rede de serviços vinculadas a este território pela sobrecarga de atendimentos e falta de pessoal e estrutura para dar conta do contingente que passou a ser responsabilidade do território.

Com dificuldades de acesso juntamente com o pessoal do CRAS devido a intensidade que a pandemia se encontrava neste período fizemos algumas fotos (figura 19, 20, 21 e 22) para contextualizar as áreas de ocupações, mas evitamos o contato direto e diálogo com os moradores nos trabalhos de campo realizados na região.

Figura 18 - Entorno Pingo D'Agua



Fonte: Trabalho de campo (2021)

Figura 19 - Entorno Pingo D'Agua



Foto: Trabalho de campo (2021)

Grande parte dos moradores da ocupação que faz entorno com a Rua Pingo D’água trabalham com material reciclado e fazem seu armazenamento nas calçadas e parte das vias. As casas em sua totalidade se localizam nas vertentes de fundo de vale (Figuras 21 e 22).

Algumas ocupações deste território não ficam situadas em lugares de difícil acesso e longe das áreas regularmente urbanizadas como geralmente ocorre. Em alguns casos encontramos moradias irregulares localizadas a distância de uma quadra da avenida principal da zona Leste da cidade (Av. das Laranjeiras) que inclusive possuem grandes empreendimentos e alto fluxo de comércio e serviços.

No geral, o trabalho de campo identificou que a área possui presença de ocupações bem antigas que já possuem algum serviço de água e luz, e outras bem mais recentes, sem nenhum tipo de serviço e contruções adaptadas com lonas e tábuas.

Figura 20 - Entorno Rua Zircônio



Fonte: Trabalho de campo (2021)

Figura 21 - Entorno Rua Rosa Branca



Fonte: Trabalho de campo (2021)

O CRAS Leste é o maior do município em dimensão, por isso apresentamos alguns locais pontuais para contextualizar seu território e apresentar um pouco da realidade em que os moradores estão expostos a modo de que a compreensão de suas expressões sobre seu território possam ser mais efetivas e absorvidas.

A realização da oficina no CRAS Leste foi acompanhada de diversos desafios, estavamos passando por um retorno no aumento de casos de pessoas infectadas pelo SARS-CoV2 e tivemos que nos adaptar à realidade e compreender as limitações do momento. Após ser remarcada por 4 vezes por causa dos decretos municipais, conseguimos realizar a atividade (Figura 22) com os moradores no dia 25 de outubro de 2021 com auxílio de uma assistente social do CRAS, no entanto, apenas 6 pessoas das 20 convidadas compareceram.

Figura 22 - Explicação da atividade - CRAS Leste



Fonte: Trabalho de campo, 2021

A atividade foi realizada na praça (Figura 23) que se localiza em frente ao CRAS, para que o risco de contaminação fosse menor, disponibilizaram cadeiras e pranchetas para realização da oficina. Fizemos toda a limpeza das cadeiras e disponibilizamos itens de higienização pessoal.

Figura 23 - Oficina CRAS Leste



Fonte: Trabalho de campo, 2021

Mesmo não contendo o número de pessoas necessárias para nossa amostra realizamos a oficina e ouvimos o que os moradores tinham para expor. A atividade durou cerca de 50 minutos.

Após a oficina fizemos uma breve reunião com a assistente social para combinar a possibilidade de outra atividade com o intuito de completar o número de 15 pessoas que tínhamos definido na metodologia com a amostra do universo de pesquisa. Esta etapa também teve diversos desafios, com a proximidade de final do ano e com algumas demandas específicas do CRAS não conseguimos agendar um dia ainda em 2021. Logo no começo de janeiro de 2022 entramos em contato, e durante algumas semanas tivemos 3 datas reagendadas. Com a dificuldade de reunir as pessoas para a realização da oficina, decidimos mudar o formato de maneira que não causasse impacto significativo na metodologia. Decidimos fazer a atividade no formato de entrevistas individuais. No dia 19 de janeiro de 2022 conseguimos um horário e um sala dentro do CRAS para realização, conforme as pessoas iam ao CRAS para ser atendidas, ficava a cargo da assistente social perguntar se queriam participar, caso afirmativo ela era direcionada até a sala. O primeiro dia foi possível realizar a atividade com 4 pessoas de forma

individual, duravam em torno de 30 minutos e o processo de explicação, desenho, perguntas e respostas era exatamente o mesmo que o utilizado no formato oficina. A outra atividade foi possível de ser realizada e concluída no dia 03 de fevereiro com as 5 pessoas, que teve o mesmo formato, e duração com cerca de 30 minutos.

4.3 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS

O tratamento dos dados provenientes das atividades realizadas para nossa categorização das palavras, residiu na abordagem qualitativa segundo propõe Bomfim (2010, p.148) a partir da análise de subtexto e do sentido de (VYGOTSKY, 1991). Que expõe um diálogo entre pensamento e fala, coletivo e singular, sujeito e cultura, apresentando-os como unidade: “O sentido da palavra é a soma de todos os eventos psicológicos evocados em nossa consciência graças à palavra. O significado é só uma dessas zonas do sentido, a mais estável, coerente e precisa” (VYGOTSKI, 1991, p.333).

A transformação do sentimento em palavra é um processo complexo e dinâmico, na qual a objetivação do sujeito, nem sempre consegue ser alcançada por meio de uma ou mais palavras escritas, para esclarecer de outra forma, Vygotsky (1991) afirma que há sempre um subtexto oculto em todo enunciado. Desse modo, o sentimento ou afeto, não é simplesmente expresso somente em palavras, é necessário ter meios complementares de expressão que viabilizem a manifestação destes sentimentos para que o subtexto das mensagens seja mais perceptível aos olhos do investigador “[...] buscando também o pensamento que a constitui e sua motivação, já que por trás de cada pensamento há uma intenção afetivo-volitiva” (VYGOTSKI, 1991, p.324). Por esse motivo, que utilizamos outras formas de expressão além das palavras, como já mencionamos, o desenho – parte de nossa adaptação metodológica de Bomfim (2010) – se faz presente para estimular a apreensão dos afetos e também auxiliar a análise e interpretação da atividade como um todo.

Para estruturarmos nosso processo metodológico nas suas diferentes etapas, foi necessário primeiramente a compreensão da definição dos mapas cognitivos, pois está diretamente relacionado aos mapas afetivos. O mapa cognitivo é tido como um processo no qual a mente humana codifica, armazena, decodifica e representa o ambiente espacial (BOMFIM, 2015, p.52). Nesse processo, estão ações como percepção de imagens, memorização e projeção (SOUZA, 1995). Os mapas mentais, segundo Oliveira (2006, p. 36) “[...] não devem ser vistos como meros produtos cartográficos, mas como forma de comunicar, interpretar e imaginar conhecimentos”.

Nesse sentido que nos pautamos para interpretação dos desenhos na obra de Lynch (1997) – um dos pioneiros a estudar a representação mental do território em relação ao comportamento humano – o qual enfatiza que uma imagem pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado, elementos de referência facilmente identificáveis pelo indivíduo. Para Lynch (1997, p.18) “[...] não devemos imaginá-las num plano abstrato, pois, esses três elementos aparecem juntos”. Além dos três componentes, Lynch (1997) propõe a interpretação a partir de cinco elementos físicos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes.

Esses procedimentos são parte da operacionalização realizada para podermos estruturar e subsidiar nossas análises, as contribuições de Lynch (1997) são técnicas para se coletar informações a respeito da imagem interiorizada que as pessoas possuem e está relacionada ao modo como os sujeitos experienciam o ambiente, sendo importante os seguintes aspectos: físicos, sociais, culturais e históricos. E por isso, a função de interpretação e de construção de significados tem relevância nos processos de apropriação e identificação dos ambientes que procuramos pesquisar.

Segundo Furlani e Bomfim (2010, p. 52), os mapas afetivos são instrumentos metodológicos que buscam “[...] acessar os sentimentos por intermédio de desenhos, metáforas e palavras, direcionando uma compreensão da relação da pessoa com o entorno físico”.

O processo de análise e transformação dos dados brutos em dados úteis contou com a sistematização em duas etapas: 1. Análise de conteúdo; 2. Categorização das unidades, a saber:

1. **Análise de conteúdo:** Levantar os elementos de cada uma das atividades vinculando desenhos e palavras-síntese onde o desenho pode conter diversas possibilidades de interpretação que auxiliam sua compreensão como: elementos do urbano como estrutura geral; elementos do urbano isolado; ou elementos do urbano como metáforas. E a estrutura geral dos mapas cognitivos (LYNCH, 1997) que envolve seus aspectos estruturais e de identidade.
2. **Categorização das unidades:** classificar as palavras-síntese até uma saturação de respostas com fim de diferenciação para possibilitar a construção de uma tabela em que se enquadrem as categorias e a frequência de aparecimento das palavras-síntese em cada uma das dimensões já mencionadas: Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contrastes.

O conteúdo das palavras-síntese pode variar de sentimentos, qualidades, substantivos ou outras expressões que fogem ao que foi anteriormente solicitado, é por isso que esperamos que neste item o participante/ respondente indique uma saturação das respostas, ou que afirme com clareza e precisão o seu sentimento. Tal clareza é voltada tanto para a pessoa que responde, como para análise do investigador sobre a ressignificação do que foi provocado pelo desenho e perguntas posteriores. É por isso que as outras questões além das palavras-síntese são tão relevantes no processo de construção do instrumento, pois qualificam de modo geral o que o participante/respondente está querendo demonstrar em suas respostas como um todo.

Após realizada essas sistematizações, adicionamos os endereços na tabela utilizando os dados do IRSAS¹¹ para vincular a frequência das quatro categorias nas localidades de cada um dos 15 participantes. Feito isso, a próxima etapa consistiu na importação desta tabela para o software de geoprocessamento Arcgis 10.4.1 para trabalharmos a espacialização dos dados e verificar qual forma de representação temática melhor se ajustaria ao nosso objetivo. Depois de testar diversas técnicas de mapeamento, consideramos duas as mais fiéis à representação para qual necessitamos, a técnica de representação espacial de círculos proporcionais e de densidade de Kernel. Entre as duas, decidimos trabalhar exclusivamente com a densidade de Kernel, tendo em conta que a de círculos proporcionais daria uma noção espacial limitada e objetiva vinculada a um ponto por localidade¹².

Consideramos o uso da densidade de Kernel para nosso objetivo por se tratar de um dado com representação espacial contínua e que possui uma variação conforme a mensuração de cada ponto no mapa. Tecnicamente, a densidade de Kernel, consiste em quantificar as relações dos pontos dentro de um raio de influência com base em determinada função estatística analisando os padrões inseridos por determinado conjunto de dados pontuais. Essa representação se utiliza de duas variáveis: o valor de cada ponto no mapa (endereço dos participantes com o dado da frequência de repetições relacionadas as nossas categorias) e o valor da distância entre os pontos. Ou seja, além da mensuração do ponto, também é considerado a proximidade que os respondentes se encontram, dando uma noção de intensidade daqueles dados de acordo com cada categoria trabalhada. Segundo Kawamoto, a densidade de Kernel:

[...] suaviza a superfícies, calculando a densidade para cada região da área de estudo, utilizando interpolação. Isto permite a construção de uma superfície contínua de

¹¹ Tivemos permissão de acesso temporário ao sistema para poder coletar as informações espaciais de cada um dos participantes.

¹² Também desconsideramos seu uso por a localidade exata do respondente, informação que não podemos apresentar por se tratar de um dado sigiloso.

ocorrências das variáveis, inferindo para toda a área de estudo a variação espacial da variável [...] permitindo verificar, em escala global, possíveis tendências de dados. (KAWAMOTO, 2012, p.17)

Com essas primeiras representações cartográficas concluídas, podemos analisar alguns comportamentos interessantes entre elas. Sendo possível quantificar a frequência das ocorrências de cada categoria e que iremos abordar com maiores detalhes no tópico seguinte.

4.3.1 Distrito de Lerroville

A amostra da pesquisa compreendeu o total de 15 pessoas, entre 19 a 63 anos, sendo que 14 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino. A maior parte mulheres, pois segundo a assistente social são pessoas que já tiveram experiências com outras pesquisas e se interessam por participar. Uma integrante da pesquisa inclusive, participa ativamente das entregas de cestas básicas na região e fornece um espaço de sua casa para armazenar e aguardar a retirada do beneficiário, deixando sua casa como uma espécie de centro de apoio aos assistentes sociais e população.

Todas as pessoas moram no espaço urbano de Lerroville e tem sua origem de municípios vizinhos como Tamarana, Faxinal e Florestópolis. Alguns com tempo superior a 20 anos de moradia em Lerroville, outros com 3, 5 e 10 anos. Quando não moravam na área urbana, estavam morando em chácaras ao redor, mas tinham constante vivência no urbano, sede dos principais comércios.

Após a operacionalização da metodologia e sistematização dos dados brutos, chegamos a alguns resultados relacionados a amostra do distrito de Lerroville. Nas unidades de catalogação, foram consideradas as presenças e a frequência do aparecimento das palavras-síntese nas seguintes categorias Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contrastes. A Tabela 1 demonstra a frequência e percentual conforme as respostas dos participantes na atividade.

Tabela 1 - Frequência e percentual das categorias de Lerroville.

Categoria	Desenho/sentimento (frequência/%)	Palavras (frequência/%)	Total (frequência/%)
Agradabilidade	1 / 6,7%	45 / 36,5%	46 / 33,3%
Pertencimento	5 / 33,3%	24 / 17,8%	29 / 19,5%
Insegurança	4 / 26,7%	22 / 19,5%	24 / 20,1%
Contraste	5 / 33,3%	32 / 26,2%	37 / 27,1%
Total	15 / 100%	123/100%	138 / 100%

Fonte: elaborado pelo autor

É possível identificar que a Agradabilidade é a categoria com maior frequência de respostas com 36,5%, seguindo de Contraste 26,2%, Insegurança com 19,5% e Pertencimento com 17,8%. Os desenhos foram considerados segundo as técnicas já mencionadas e puderam integrar os resultados fornecendo mais elementos interessantes de análise, sendo que a Agradabilidade teve somente 1 frequência contabilizando 6,7% do total, Pertencimento 5 ou 33,3% do total, Insegurança 4 ou 26,7% do total e Contraste 5, equivalente a 33,3% do total. Visualizando as informações a partir dos dados coletados, podemos efetuar uma análise antecipada de alguns extremos que chamam a atenção entre os desenhos e palavras-síntese. A Agradabilidade nas palavras-síntese foram as que mais se repetiram, já no desenho foi a de menor frequência, da mesma forma, verificamos as incidências da Insegurança e do Contraste. Isso ocorre, pois no processo representacional imagético o respondente tem a possibilidade de apontar inúmeros elementos que acabam se sobressaindo em relação a outros, isso quer dizer que a manifestação de pertença com o ambiente pode ser muito mais evidente nas formas representacionais do que nas palavras escritas, da mesma forma e consequentemente com a expressão de elementos que configuram os Contrastes.

Podemos relacionar essas primeiras aproximações como resultados que demonstram o afeto destas pessoas do distrito de Lerroville. Com essa caracterização foi possível compreender que as imagens e afetos gerados nos levou a formação de uma categoria afetiva síntese que Bomfim (2010) classifica como *Estima*. E baseando-se nesse fato, podemos classificar a *estima* como sendo positiva (vinculadas às categorias de Agradabilidade e Pertencimento) ou negativa (vinculada às categorias de Insegurança e Contrastos) além de possibilitar análises individuais entre as próprias categorias. No intuito de detalhar melhor o sentido de *estima*, Bomfim propõe:

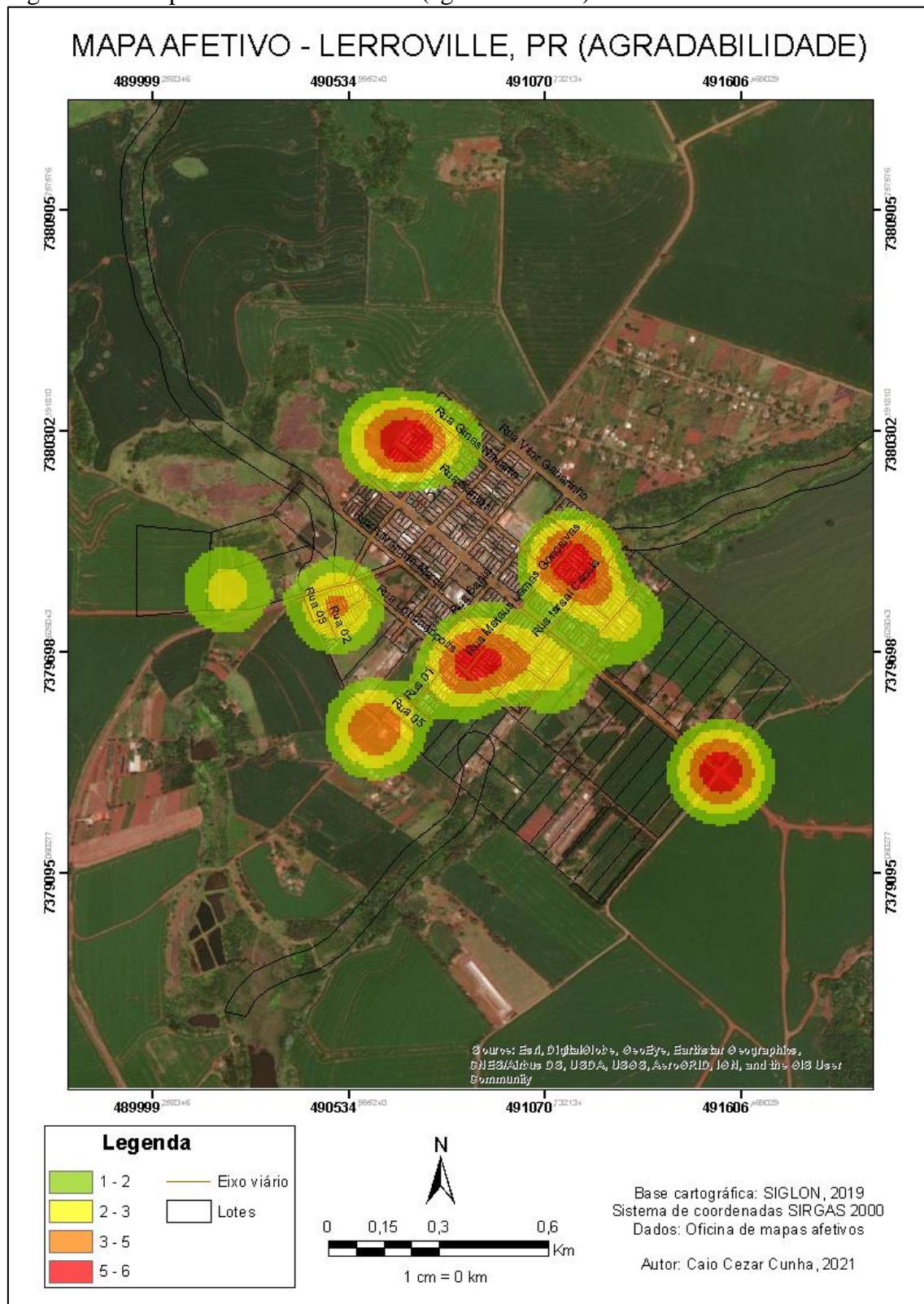
[...] como uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído. Como categoria social, a estima pode ser compreendida como uma forma de pensamento social que caminha em paralelo a outros de simbolismo do espaço, derivado da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar. (BOMFIM, 2010, p. 218)

Desse modo, chegamos a um ponto que podemos compreender a afetividade do participante/respondente com o meio em que vive. Nossa encargo a essa aproximação se deu na caracterização cartográfica dessas informações que se pautou na elaboração dos mapas que seguiram o mesmo princípio da sistematização dos dados e elaboração das tabelas apresentadas para que assim, pudesse ser inseridos no software de geoprocessamento. Tendo em vista os procedimentos mencionados, foi possível criar uma coluna para cada categoria, na qual

contabilizamos a frequência das mesmas, com isso foi possível cruzar as colunas com os endereços dos participantes/respondentes para gerar uma representação cartográfica (figura 26 e 27) com a incidência dos fenômenos pesquisados.

Os mapas (figuras 26 e 27) apresentam a área urbana do distrito de Lerroville por meio de imagem de satélite do ano de 2021 e a base cartográfica de lotes e eixo viário do ano de 2020 para melhor caracterização espacial e percepção do contexto estudado das primeiras representações elaboradas (Agradabilidade) em seguida a de (Pertencimento).

Figura 24 - Mapa afetivo de Lerroville (agradabilidade).

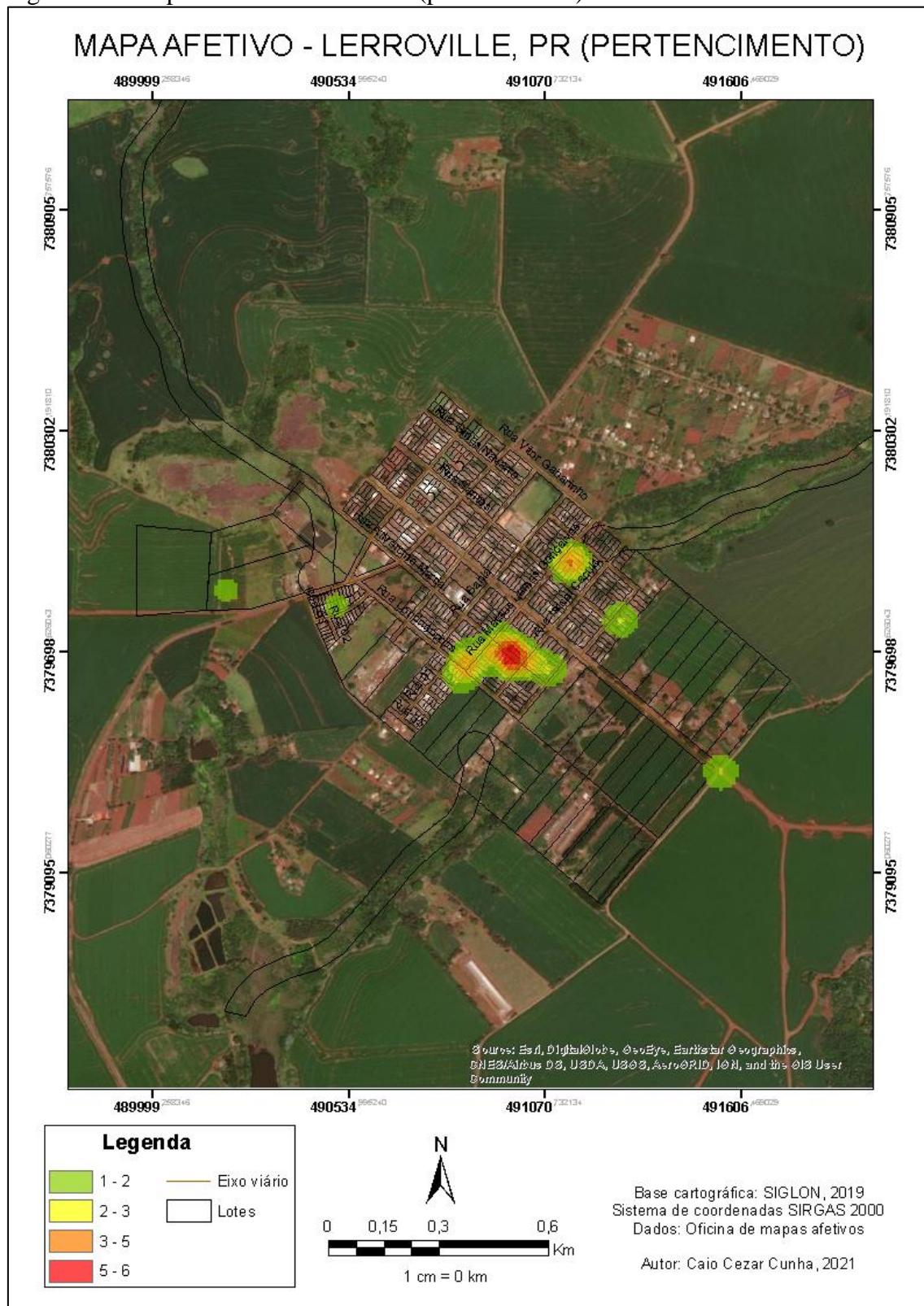


Fonte: Cunha, 2021

O mapa de Agradabilidade foi o que teve maior frequência de respostas (36,5%), com isso podemos notar que as curvas contínuas da Densidade de Kernel mostram uma abrangência dos resultados onde as cores mais vermelhas apresentam maior número de incidência das respostas e a verde localizam-se os menores.

As palavras-síntese que mais foram frequentes para a sistematização do mapa de Agradabilidade referiam sentimentos de vinculação ao lugar com qualidades positivas como: “esperança”, “feliz”, “gosto muito”, “alegria”, “conquista”, “calmaria”, “felicidade”, “prazer”. E como sentimentos despertados, temos o exemplo do respondente número 14 (42 anos, F, mora a 41 anos no Distrito): “sossego, tranquilidade, vizinhos próximos, poucos recursos, mas bom de morar”.

Figura 25 – Mapa afetivo de Lerroville (pertencimento).



Fonte: Cunha, 2021

O mapa de Pertencimento (Figura 34), segue a mesma lógica do mapa de Agradabilidade, mas este incidiu a menor frequência percentual de (17,8%) podendo analisar a localização de incidência dos fenômenos, bem como o tamanho proporcional das curvas com o mapa anterior. Nessa categoria encontramos sentimentos de pertença por meio das emoções manifestadas com as palavras de identificação com o lugar. Alguns exemplos: “gosto do bairro”, “reconstrução”, “amor”, “gosto de morar na chácara”, “meu lugar calmo”, “alegria em morar aqui”. E um exemplo identificado de pertença em resposta aos “sentimentos que o desenho desperta” encontramos do participante/ respondente número 13 (26 anos, F, sempre morou no Distrito): “Aqui é uma ocupação para conseguir uma casinha para ser minha”. O Pertencimento é concebido em relação aos sentimentos e qualidades de identificação e apego ao lugar, diferente da categoria de Agradabilidade onde há tendência em polarizar a avaliação a um objeto externo, o Pertencimento tende a apresentar a avaliação do sujeito de um ponto de referência interno.

Podemos afirmar que as representações cartográficas revelam sentimentos e qualificações positivas e de pertença dirigidas aos espaços de vida dos participantes/respondentes e ocupantes das áreas apresentadas e que podem ser analisadas de forma subjetiva, mas propomos subsidiar essas interpretações por meio da filosofia espinosana de modo a tornar seu uso possível e sua operacionalização viável para os diagnósticos de políticas públicas.

Acreditamos que o afeto agradável ou positivo da pessoa com seu espaço de vida provoca sentimentos que promovam sua ação e vontade de agir desencadeando uma série de mudanças no meio. Nas palavras do filósofo “Por afeto comprehendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (ESPINOSA, 2008, p.163). Compreendemos que os afetos são mudanças que ocorrem simultaneamente no corpo e na mente e que proporcionam mudanças também simultâneas matérias e imateriais no meio. A maneira como sentimos nosso território pode aumentar ou diminuir nossa potência e a própria vontade de agir. E a potência e possibilidade de agir está diretamente relacionada com a autoestima dos indivíduos, a estruturação das identidades e da valorização das pessoas como porta-voz de suas necessidades, a potência de agir emancipa, cria laços de cooperação e gera autonomia decisória nos espaços de vida, isso é o que podemos denominar de estima potencializadora.

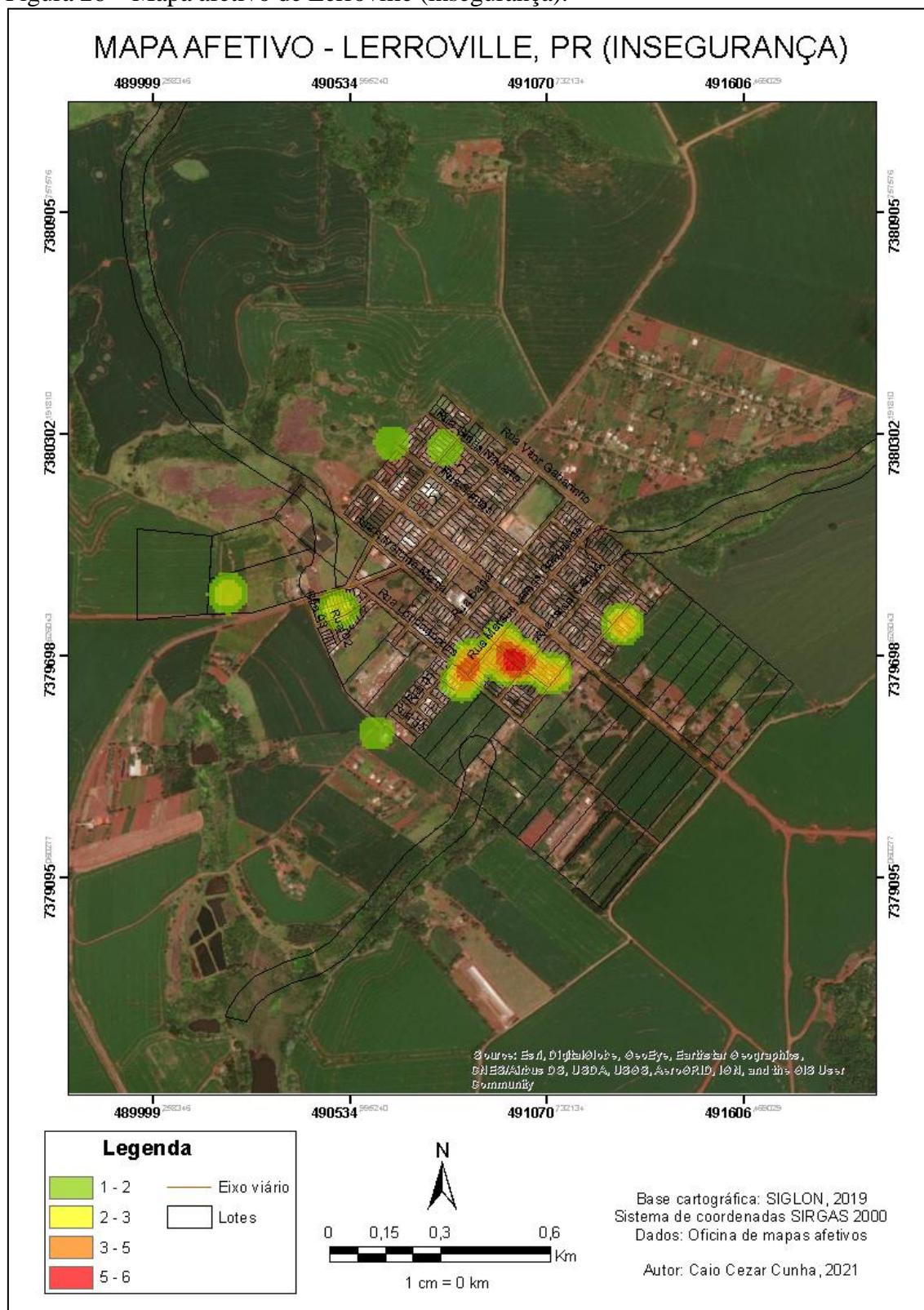
No mesmo sentido, podemos relacionar essa emancipação ao conceito de autoeficácia que se refere à avaliação que a pessoa faz de suas próprias possibilidades de obter sucesso frente à desafios impostos. Segundo Bardagi e Boff (2010, p.42), a autoeficácia corresponde a “[...] percepções que os indivíduos têm sobre suas próprias capacidades a base para a motivação

humana, o bem-estar e as realizações profissionais". A autoeficácia elevada, aponta a confiança e autonomia que a pessoa deposita em si própria, superando com maior facilidade os riscos que lhe são apresentados.

As próximas representações (Figuras 28 e 29) apresentam o que consideramos alguns fatores de risco relacionados aos sentimentos das pessoas ao meio, bem como a localização destas incidências para podemos comparar com os mapas já mencionados.

Os mapas das figuras 28 e 29 apresentam o mesmo recorte espacial dos anteriores, mas com informações de Insegurança e Contraste, dois sentimentos que consideramos características despotencializadoras e aumentam a fragilidade dos vínculos, gerando tristeza, passividade e diminuindo a potência de agir.

Figura 26 – Mapa afetivo de Lerrovile (insegurança).

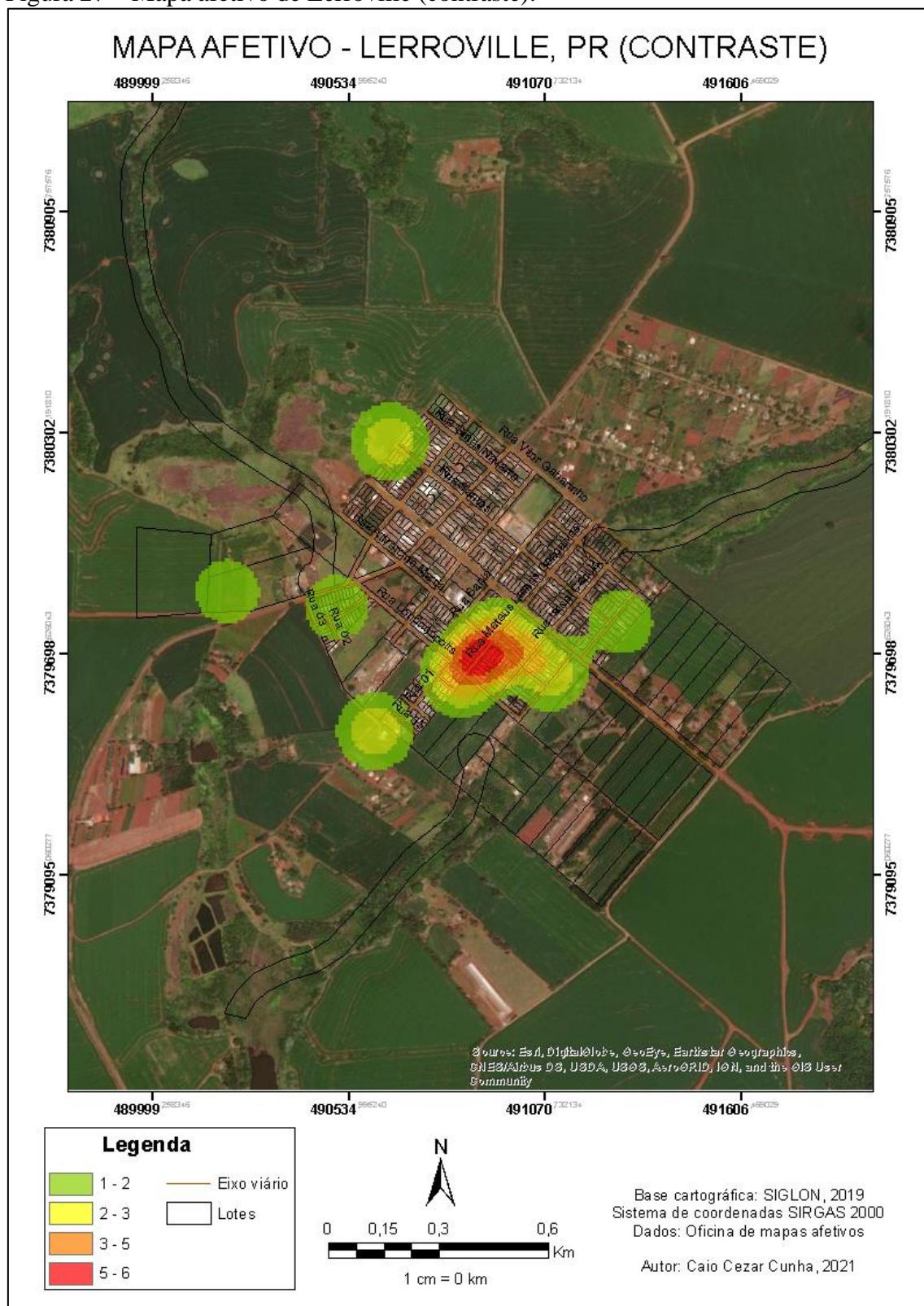


Fonte: Cunha, 2021

O mapa de Insegurança (Figura 28) teve a frequência percentual de 19,5%, pode ser notado no tamanho das curvas da representação de Kernel e demonstrar as localidades que não tiveram essas respostas quando confrontados com os mapas anteriores. Isso demonstra que os participantes/respondentes em algumas áreas específicas da amostra não apresentaram sentimentos vinculados a insegurança.

As palavras-síntese que mais apareceram nessa categorização dos sentimentos e emoções relacionados a insegurança foram: “tristeza”, “dor”, “dificuldades”, “medo”, “insatisfação”, “aflição”, “incômodo”, “indignação”, “revolta”. E como “sentimentos despertados” temos o exemplo do respondente número 8 (28 anos, F, mora a 9 anos no Distrito) “Tem hora que da raiva porque nós quer melhoria e nós não tem nada”.

Figura 27 – Mapa afetivo de Lerroville (contraste).



Fonte: Cunha, 2021

O mapa de Contraste (Figura 29) teve 26,2% da frequência de respostas relacionadas a sentimentos contraditórios, essa categoria é a única que pode estar presente em mais de um campo, ou seja, se o respondente declarou sentimento de agradabilidade e no próximo campo declarou de insegurança, os dois sentimentos serão classificados também como contrastantes, é por esse motivo que a incidência de elementos de contraste pode apresentar alta frequência. Nesta categoria analisamos a frequência das palavras de agradabilidade, pertencimento e insegurança e fizemos uma comparação dos elementos contrastantes. Como “sentimentos despertados” temos o exemplo do respondente número 11 (28 anos, F, sempre morou no Distrito) Sentimentos: “Desperta alegria com tristeza. Alegria porque nasci e cresci aqui e gosto da natureza que é aqui. Tristeza por nos ver em uma situação que poderia ser melhor”.

Podemos observar nas respostas a essas duas categorias a ocorrência de informações que apresentam um sentido de algo instável, inesperado e as vezes, negativo. A frequência de palavras: “medo”, “tristeza”, “insatisfação”, são referências que nos remetem a isso. O fator Contraste nos mostra uma confusão de sentimentos e a sensação de impotência dos participantes/respondentes ao demonstrar por meio a das palavras-síntese a noção de tristeza e padecimento por encontrarem-se “em uma situação que poderia ser melhor” (respondente número 11).

As representações temáticas classificadas como despotencializadoras, mesmo sendo um número de frequência menor do que as que classificamos como potencializadores (Agradabilidade e Pertencimento), nos indica um sinal de alerta para algumas localidades e servem para mensurar qualitativamente que tipos de ocorrências estão acontecendo naquele meio. Por meio dessas caracterizações podemos gerar um perfil, não só das pessoas, mas dos espaços que as constituem para avaliar suas capacidades de lidarem com situações precárias seja por fatores socioambientais, seja por falta de bens, serviços ou equipamentos públicos.

Inferimos que calcular a estima e os afetos da população por meio das ferramentas cartográficas, nos apresenta uma síntese simbólica construída por métodos quali-quantitativos seguido de uma abordagem multimétodos que passam a indicar a localização dos eventos apresentados, fato relevante para diagnósticos e gerenciamento das informações para subsídio às políticas sociais. Além disso, as informações de viés qualitativo, ganham forma e passam a se tornar palpáveis para futuros confrontamentos, sendo possível realizar análises comparativas com institutos de pesquisa bem como com o próprio sistema IRSAS já mencionado aqui. Essas possibilidades de cruzamento de informações enriquecem e complementam os materiais que são utilizados para realizar a gestão dos territórios cotidianamente.

Nas próximas imagens (figuras 30, 31, 32) podemos observar os desenhos realizados pelos participantes, que além de ser etapa fundamental para a atividade se efetivar metodologicamente, apresentam detalhes relevantes da expressão de cada uma das pessoas presentes.

Figura 28 - Desenho mapas afetivos – CRAS Rural (respondente número 14)

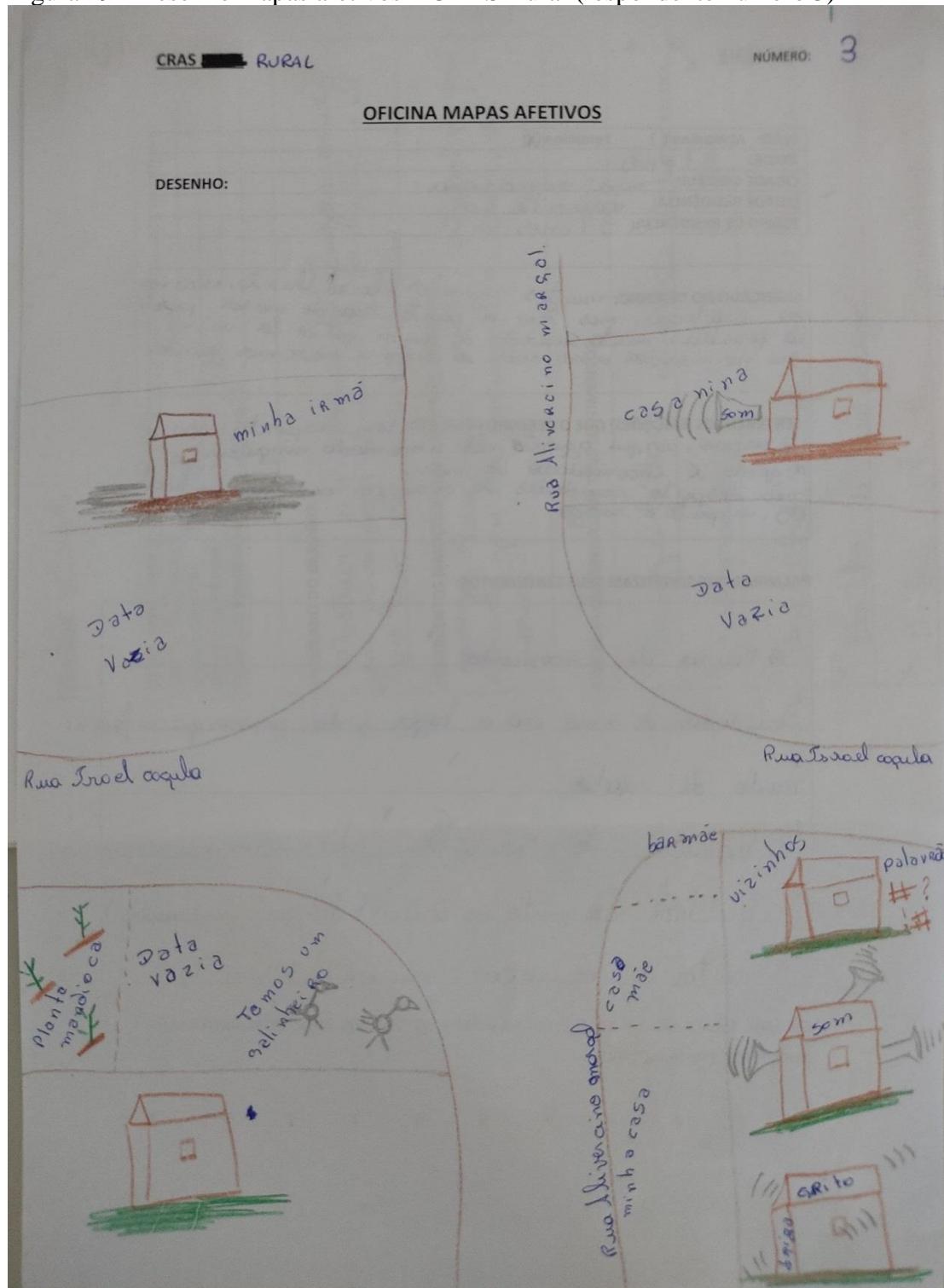


Fonte: Materiais do autor

Neste desenho (Figura 30) notamos a riqueza de detalhes que a pessoa número 14 (48 anos, F, 30 anos de residência) respondeu, a primeira impressão fica no escrito “mapa da minha cidade; Lerro-sí - cidade sírio” que relaciona a cidade com característica

predominantemente rural. Foram feitos desenho das ruas, igreja, capelas e vendas, bem como destaque nos caminhos que levam a outras localidades próximas. A respondente 14 fez questão de mostrar as cruzes desenhadas na parte inferior e comentar que não é cemitério, mas um lugar em que houve alguns homicídios recentemente.

Figura 29 - Desenho mapas afetivos – CRAS Rural (respondente número 3)



Fonte: Materiais do autor

No desenho do respondente número 3 (31 anos, F, 31 anos de residência, figura 31) notamos outras particularidades, um cruzamento no centro e a evidência no limite das propriedades de parentes e vizinhos, alguns espaços que são utilizados por moradores vizinhos como a plantação de mandioca e o galinheiro. E o que mais chama atenção é a expressão de barulhos específicos, em algumas casas com som de músicas, outra com gritos e outras com palavrões que participante fez questão de mencionar ser uma casa “difícil” se tratando de alguns tipos de violência.

Figura 30 - Desenho mapas afetivos – CRAS Rural (respondente número 8)



Fonte: Materiais da oficina (2021)

No desenho da figura 32, observamos em outra perspectiva o modo de expressão do respondente número 8 (49 anos, F, 36 anos de residência). Apresenta algumas árvores alternado com casas e na parte inferior comenta que o rio está com pouca água e que está preocupada.

Podemos observar pequenos pontinhos na cabeça das pessoas desenhadas, neste caso, a respondente explicou que não são pessoas pensando, os pontos são para expressar os olhares que os vizinhos trocam, dizendo: “ali todo mundo cuida da vida de todo mundo”.

Essa forma de representação da realidade auxilia nosso estudo a coletar informações mais precisas e enriquecer nossas análises quando anexadas às palavras-síntese e aos métodos de espacialização das informações. Podemos afirmar que esse tipo de levantamento de dados quando executados em grande escala pode enriquecer ainda mais a compreensão dos profissionais dos serviços de Assistência Social e aumentar e estimular a interação entre as pessoas com um objetivo em comum. Esse tipo de atividade causa diversos impactos e muitos resultados que vão além de uma sistematização.

4.3.2 CRAS Leste

A Amostra (Tabela 2) compreendeu o total de 15 pessoas, entre 29 a 70 anos, sendo que 12 eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Assim como a amostra do Distrito de Lerroville, houve predominância da participação de moradores do sexo feminino. Neste caso foi compreendido por meio de falas próprias que em sua maioria eram solteiras com filhos e que necessitavam auxílio dos serviços do CRAS.

Tabela 2 - Frequência e percentual das categorias do CRAS Leste

Categoría	Desenho/sentimento (frequência/%)	Palavras (frequência/%)	Total (frequência/%)
Agradabilidade	7 / 46,6	19 / 15,9	26 / 19,4
Pertencimento	2 / 13,3	21 / 17,7	23 / 17,2
Insegurança	2 / 13,3	47 / 39,5	49 / 36,5
Contraste	4 / 26,6	32 / 26,9	36 / 26,9
Total	15 / 100	119/100	134 / 100

Fonte: elaborado pelo autor

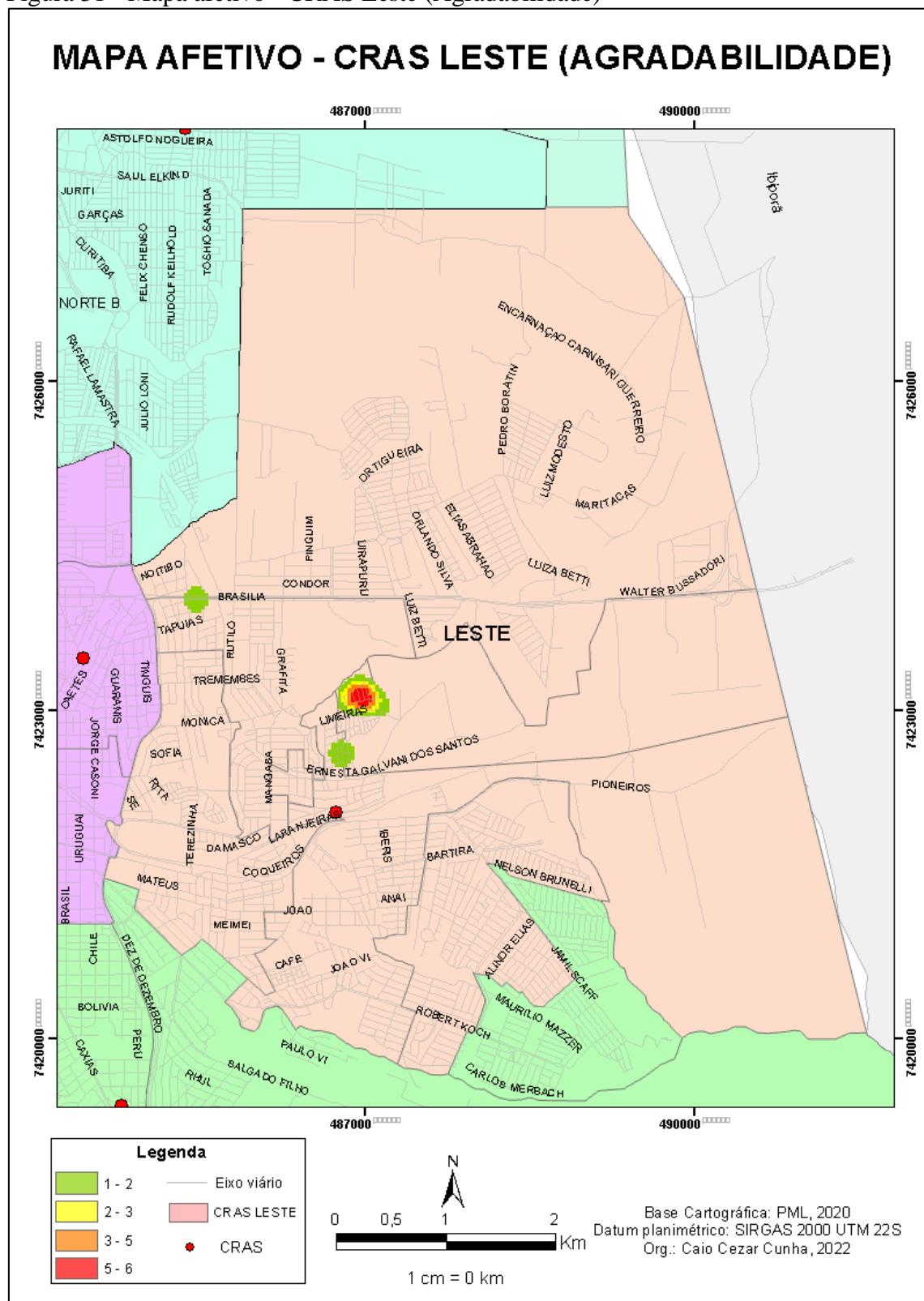
Identificamos que a variável Insegurança, comparada as outras categorias, foi a maior frequência de respostas com 39,5%, seguindo de Contraste 26,9%, Pertencimento com 17,7% e por último Agradabilidade com 15,9%. Os desenhos mostraram praticamente o inverso das palavras (padrão também encontrado na oficina de Lerroville) com 13,3% da categoria Insegurança, 13,3% da categoria Pertencimento, 26,6% da categoria Contraste e 46,6% da categoria Agradabilidade.

Novamente notamos o potencial da utilização dos desenhos juntamente com as palavras-síntese, pois o processo de representação imagético possibilita que as pessoas expressem diversos elementos que a escrita não possibilita, e vice-versa. Notamos que a maior incidência da categoria Agradabilidade é explicada pelo aparecimento na maioria dos desenhos de serviços públicos, ou de alguma melhoria mínima realizada na infraestrutura dos bairros. A menor frequência Pertencimento e Insegurança nos desenhos simbolizam a dificuldade de expressar ilustradamente o sentimento de pertença e medo que a maioria das pessoas concretizaram nas palavras-síntese ao relacionar a sensação com o receio de ser retirado de suas áreas (pessoas de ocupações) ou de não ter acesso às necessidades básicas como tem acontecido em diversos momentos de pandemia.

Nas representações cartográficas a seguir (Figura 34 e 35), poderemos analisar a frequência das palavras-síntese relacionadas a localização da moradia dos participantes, dessa forma é possível observar como esse tipo de interpretação vinculado a referência espacial podem auxiliar na compreensão de fenômenos particulares deste território.

Os mapas da (figura 34 e 35) apresentam os limites do território do CRAS Leste e suas subdivisões (microterritórios) acompanhado do nome de algumas das principais vias para melhor compreensão espacial e exposição dos fenômenos estudados de Agradabilidade e Pertencimento.

Figura 31 - Mapa afetivo - CRAS Leste (Agradabilidade)

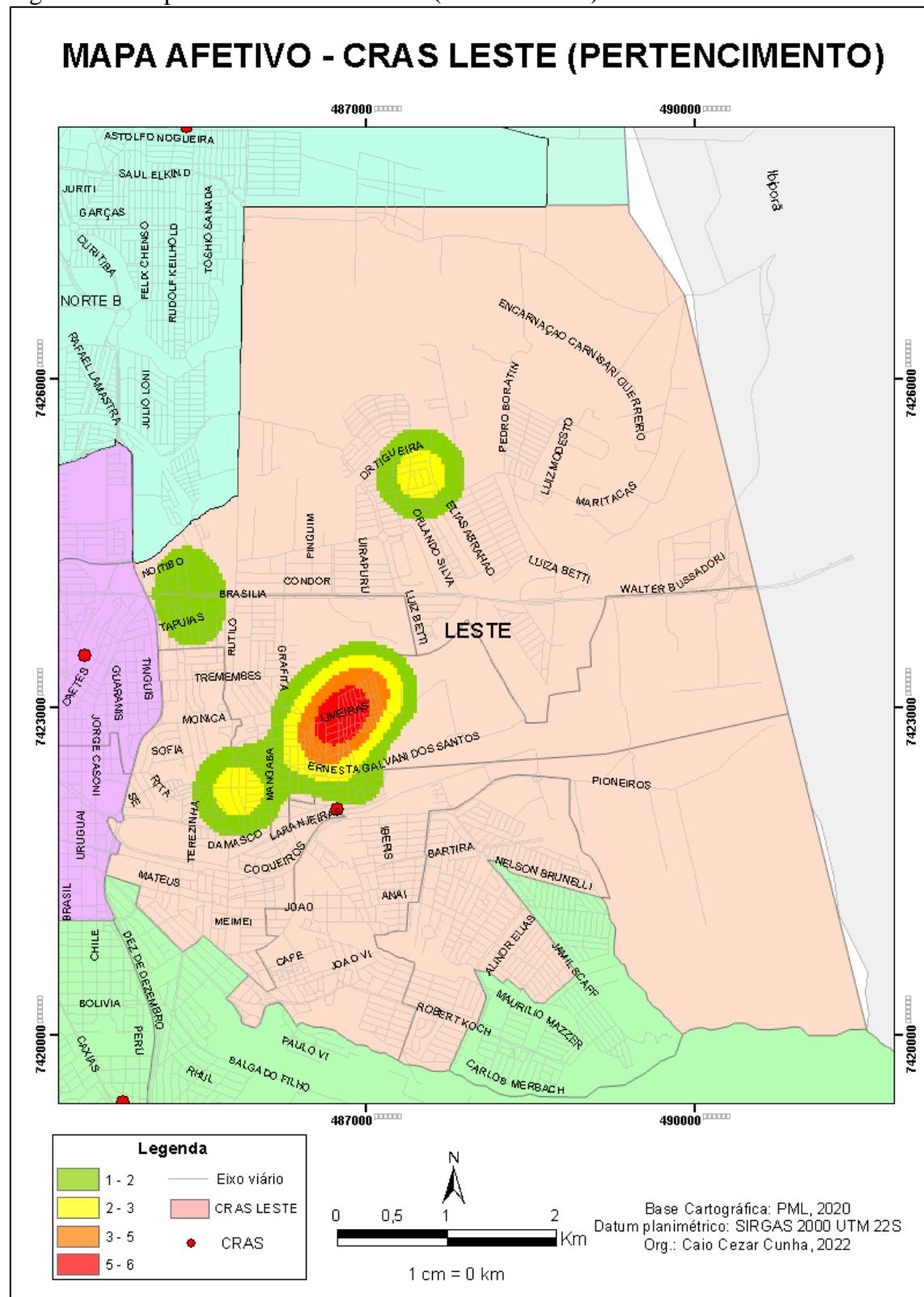


Fonte: Cunha, 2022

O mapa de Agradabilidade (Figura 34) foi o que teve menor frequência de respostas (15,9 %) onde podemos notar nas curvas contínuas da Densidade de Kernel a abrangência espacial desta categoria onde as cores vermelhas apresentam maior frequência de respostas e a verde indicam as menores.

As palavras-síntese, que mais apareceram nessa categoria foram: “felicidade”, “apoio”, “segurança”, “esperança”, “conquista”. Em sentimentos despertados, temos o exemplo do respondente número 4 (48 anos, F mora a 8 anos): “a segurança do meu lar, um lugar bom para morar”.

Figura 32 - Mapa Afetivo - CRAS Leste (Pertencimento)



Fonte: Cunha, 2022

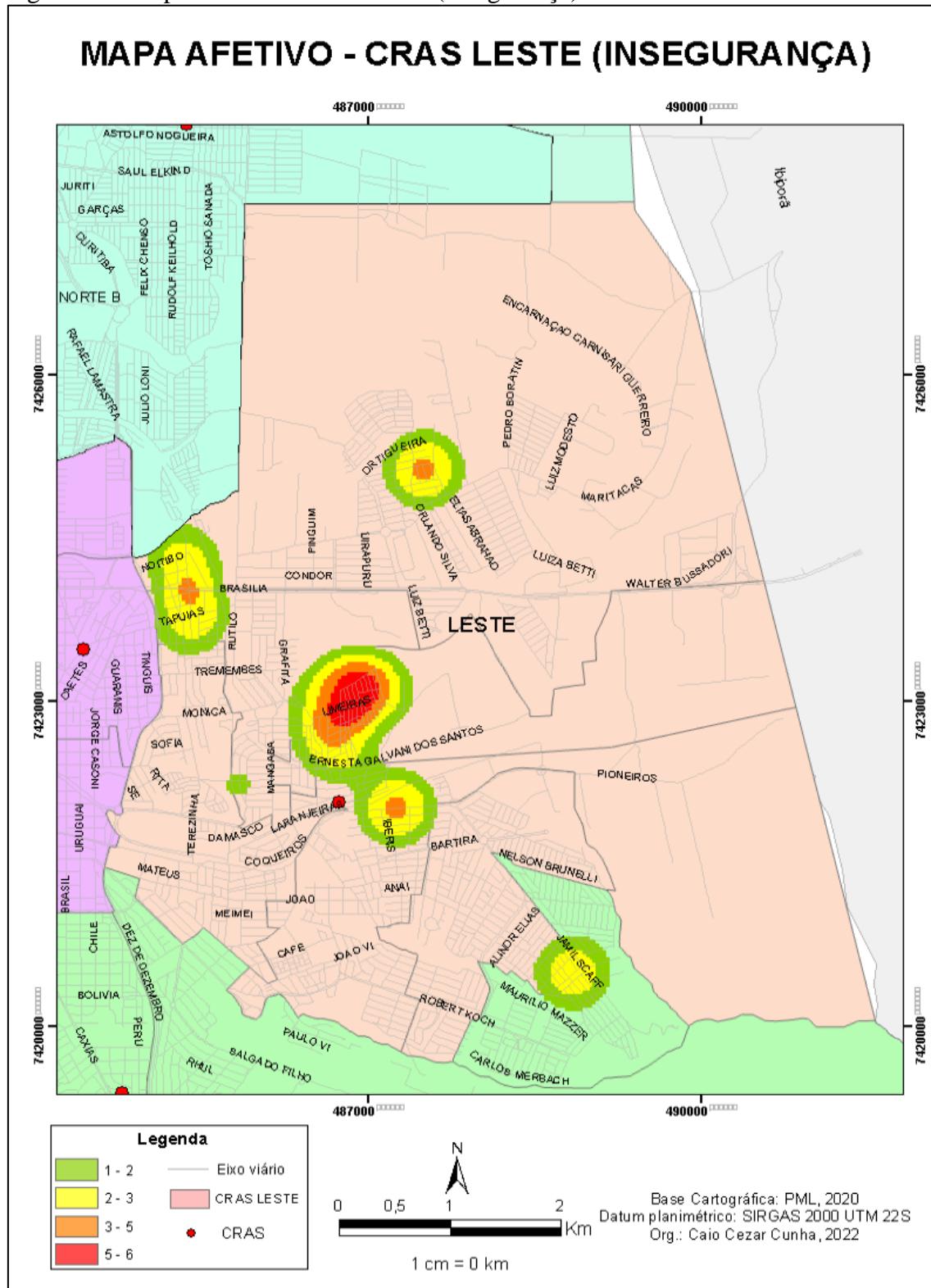
O mapa de Pertencimento (Figura 35) teve maior incidência (17,7%) que o de Agradabilidade, podendo notar as curvas proporcionais nos dois mapas. Esta categoria apresenta o sentimento de pertença dos moradores com seu território, que podem ser compreendidas por meio das palavras-síntese: “amizade”, “amor”, “união”, “conquista”, “cooperação”. Em sentimentos despertados, apresentamos o exemplo do respondente número 5 (63 anos, F, mora a 40 anos): “sinto amor pelo meu bairro que construí minha casinha”.

Podemos diferenciar o Pertencimento da Agradabilidade quando notamos, nestes casos, o sentimento de segurança e apego ao lugar a partir de um ponto de referência interno, diferente de Agradabilidade que costuma ter uma concepção mais generalizada do entorno em que se vive. Nas conversas com os moradores durante as atividades, era possível notar que os sentimentos de Agradabilidade estavam sempre vinculados a algum tipo de melhorias em infraestrutura e serviços, isso apresentava satisfação aos moradores por conta da insegurança da maioria em morar em algumas áreas irregulares. A fala do respondente número 2 (37 anos, M, mora a 37 anos) expressa com clareza esse sentimento: “é bom quando vê instalando um poste, a gente vai ter que pagar a conta, mas a gente sabe que não vai ter que sair”. A fala apresenta o cruzamento de dois tipos de sentimentos que procuramos obter dos moradores, a Agradabilidade, e o Pertencimento que traz a segurança. Essas conversas que não são sistematizadas, nos auxiliam a compreender as particularidades das pessoas e que podem servir como resposta a nossa análise e entender como sentem seus territórios e, frente a isso, demonstram a capacidade de agir do indivíduo frente a situações adversas.

Os próximos mapas (figura 36 e 37) demonstram fatores de risco ou despotencializadores relacionados a sentimentos que consideramos ser o contrário dos apresentados anteriormente e que podem ser confrontados para avaliar a frequência das respostas e sua abrangência como elucidado pela densidade de Kernel.

Os mapas das figuras 36 e 37 mostram o mesmo recorte espacial das representações anteriores apresentando a abrangência do CRAS Leste em sua totalidade, mas com os dados de Insegurança e Contraste.

Figura 33 - Mapa Afetivo - CRAS Leste (Insegurança)



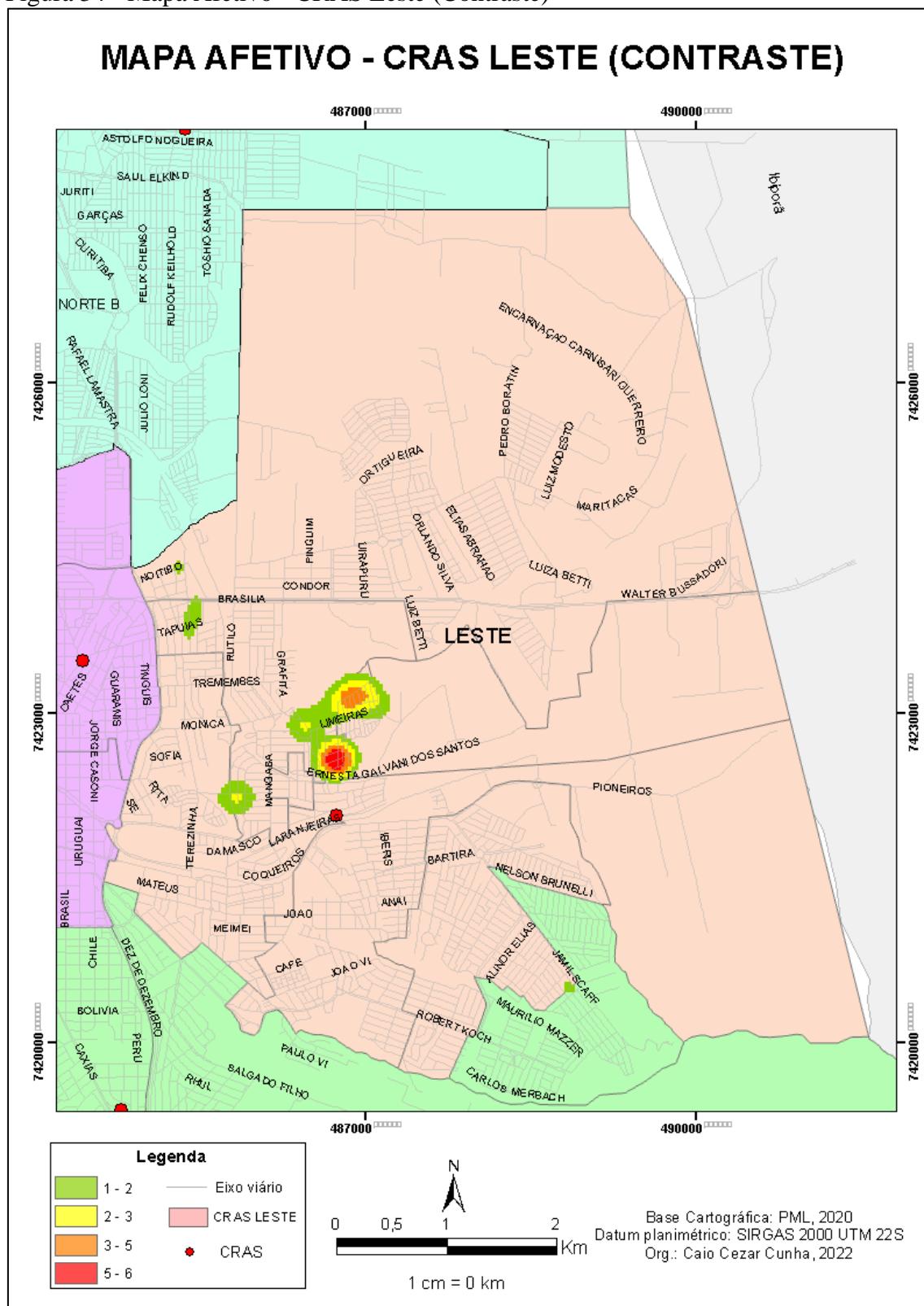
Fonte: Cunha, 2022

O mapa de Insegurança (Figura 36) teve a frequência percentual de 39,5%, a maior de todas as categorias e que pode ser notado que aparecem novas localidades que tiveram a

presença desta resposta comparado às categorias anteriores. Isso explica que algumas localidades das variáveis passadas não tiveram respostas vinculadas a aquelas categorias.

As palavras-síntese mais frequentes na categoria Insegurança foram: “insatisfação”, “drogas”, “violência”, “estupro”, “dificuldade”, “destruição”, “roubo”, “medo”. E como “sentimentos despertados” temos o exemplo do respondente 12 (29 anos, F, mora a 8 anos) “muito ruim porque é perto da rodoviária” reclamando do constante fluxo de pessoas que acabam passando e ficando por ali, por não ter aonde ir.

Figura 34 - Mapa Afetivo - CRAS Leste (Contraste)



Fonte: Cunha, 2022

O mapa de Contraste (Figura 37) teve 26,9% da frequência de respostas relacionadas a sentimentos contraditórios. Ressaltando que essa categoria pode estar presente em mais de um campo caso a mesma pessoa tenha declarado em suas respostas a sentimentos opostos. Nesta categoria levantamos todas as palavras relacionadas a Agradabilidade, Pertencimento e Insegurança e quantificamos as repetições que contrastam uma das outras. Como “sentimentos despertados” temos o exemplo do respondente número 4 (48 anos, F, mora a 8 anos): “o meu desenho desperta segurança e conforto dentro de casa mas a gente se sente abandonado”

Nas próximas imagens (figuras 38, 39 e 40) podemos observar os desenhos executados nesta atividade e que demonstram um complemento das palavras-síntese expondo os afetos e as especificidades de cada território de maneira ilustrada.

Figura 35 - Desenho mapas afetivos – CRAS Leste (respondente número 1)



Fonte: Materiais da oficina, 2022

O desenho da Figura 38, a respondente (58 anos, F, mora a 56 anos) deu ênfase para algumas questões estruturais do bairro, explicou que desenhou algumas ruas com iluminação pública e outras sem; outras ruas os próprios moradores instaram iluminação. Também mencionou a questão de buracos que criam muitas poças quando chove e quando carros passam espirra água suja para dentro de casa.

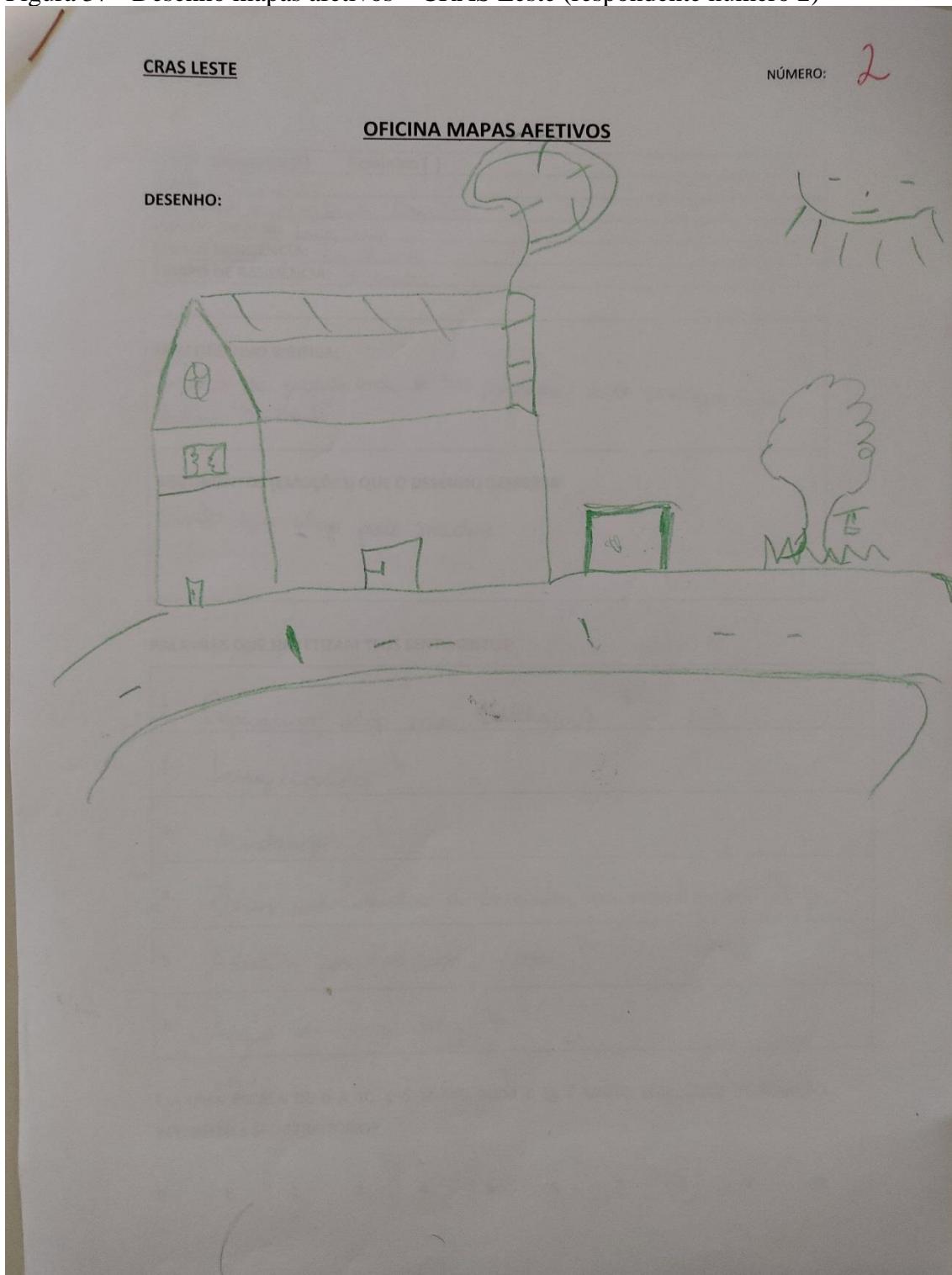
Figura 36 - Desenho mapas afetivos – CRAS Leste (respondente número 4)



Fonte: Materiais da oficina, 2022

O desenho (Figura 39) do respondente número 4 (48 anos, F, mora a 8 anos) passa um olhar bem contrastante dos demais nesta atividade, em emoções que o desenho desperta a participante colocou: “desperta segurança, conforto, apoio, amor e agradecimento”. Ela quis evidenciar na criação do desenho que há sempre movimentação na rua, com bicicletas e carrinhos de criança. Produziu o desenho inteiro a caneta por opção, e em sua fala era sempre presente a palavra esperança, de que as “questões das pessoas que mais necessitam do bairro irão melhorar”.

Figura 37 - Desenho mapas afetivos – CRAS Leste (respondente número 2)



Fonte: Materiais da oficina, 2022

O desenho do respondente número 2 (Figura 40, 37 anos, M, mora a 37 anos) mostra a rua em que mora e nos apresenta algo expressivo. Desenhou uma casa, com todos seus elementos, ao lado um desenho de um quadrado e ao lado uma árvore. Na conversa com o

participante quando explicou o desenho é comentado que aquela era a sua rua, a casa dos vizinhos e a casa dele, a casa dele é o quadrado que se encontra no meio da casa e da árvore. A árvore simboliza a mata que faz margem com seu barraco e que disse ter muitas frutas que ele procura sempre encher uma sacola e vender na vizinhança.

Sem dúvida os desenhos nos apresentam elementos que complementam as informações escritas nas palavras-síntese e serviu como um “aquecimento” ao participante a aflorar seus sentimentos com seu território de vivência e ter mais clareza ao responder as palavras-síntese, mas também serviu para aproximar, tanto de nós que pesquisamos como dos outros participantes, isso contribuiu para se tornar um lugar ainda mais confortável de se conversar sobre questões tão individuais.

4.3.3 Análise Comparativa Das Atividades

As duas amostras foram realizadas com o total de 15 participantes cada uma, mesmo que em períodos diferentes e adaptações metodológicas por conta de imprevistos relacionados a pandemia, acreditamos ter conseguido deixar um cenário parecido nas duas atividades para não criar tendências nas discussões que fossem fora de nosso contexto. Todas as leituras, todo processo de sistematização das atividades em conjunto com os assistentes sociais, os trabalhos de campo, as conversas, foram projetando caminhos que estruturaram e deram coerência aos resultados. Além das análises já realizadas individualmente dos territórios trabalhados, procuramos expor a possibilidade de confrontar as duas oficinas e sobrepor algumas informações mapeadas para revelar interpretações que julgamos relevantes ao trabalhar dois territórios com características diferentes.

Ao analisarmos as duas atividades em conjunto chegamos em alguns pontos em comum e outros totalmente distintos o que deixa evidente as diferenças socioculturais que as populações destes territórios possuem. Fica perceptível que os dois locais possuem grande demanda de atenção do serviço público, principalmente da Assistência Social, são regiões com altos índices de pobreza, fragilidades e degradação. O que podemos observar nas conversas com servidores e população dos territórios pesquisados, são as diferenças de enfrentar as situações de precarização e agravamento social no que diz respeito ao contexto em que vivem, podendo distinguir entre rural e urbano.

Foi possível observar no meio rural do distrito de Lerroville outra lógica de sobrevivência em meio às situações percebidas em que as relações entre as pessoas – e das pessoas com o ambiente – são mais íntimas e cooperadas no convívio, há diálogo e proximidade

entre os moradores que buscam um objetivo comum de manter sua renda/subsistência, muitas vezes por meio da terra sendo uma horta própria, comunitária (de organização dos moradores) ou trabalhadores de lavoura. Já a oferta de prestação de serviços em comércio na pequena malha urbana é insuficiente, forçando as pessoas do Distrito a se locomoverem todos os dias em busca de empregos em centros maiores como Londrina em que a mobilidade é limitada obrigando os moradores a passarem maior parte do tempo fora de seu local de vivência.

No território do CRAS Leste, o cenário da busca por melhores condições é o mesmo, porém não visualizamos os laços sociais de proximidade que observamos na zona rural. A degradação e a luta por mínimos de sobrevivência ficam mais expostos nas áreas urbanas, a busca por cestas básicas, subsídios e afins, demonstram um nível superior e apresenta uma problemática mais densa e complexa de habitação. O que podemos afirmar dos dois cenários, são as especificidades encontradas em áreas de ocupação que se assemelham na maioria dos âmbitos ao contexto rural. Os dados diferenciam os territórios e podem ser notados nas Tabelas 3 e 4:

Tabela 3 - Frequência e percentual das categorias de Lerroville.

Categoria	Desenho/sentimento (frequência/%)	Palavras (frequência/%)	Total (frequência/%)
Agradabilidade	1 / 6,7%	45 / 36,5%	46 / 33,3%
Pertencimento	5 / 33,3%	24 / 17,8%	29 / 19,5%
Insegurança	4 / 26,7%	22 / 19,5%	24 / 20,1%
Contraste	5 / 33,3%	32 / 26,2%	37 / 27,1%
Total	15 / 100%	123/100%	138 / 100%

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 4 - Frequência e percentual das categorias do CRAS Leste

Categoria	Desenho/sentimento (frequência/%)	Palavras (frequência/%)	Total (frequência/%)
Agradabilidade	7 / 46,6	19 / 15,9	26 / 19,4
Pertencimento	2 / 13,3	21 / 17,7	23 / 17,2
Insegurança	2 / 13,3	47 / 39,5	49 / 36,5
Contraste	4 / 26,6	32 / 26,9	36 / 26,9
Total	15 / 100	119/100	134 / 100

Fonte: elaborado pelo autor

A categoria Pertencimento demonstra quase a mesma frequência nas duas realidades e se vinculam em sua maioria (no caso urbano) á áreas de ocupação (Ocupação Rua Pingo D'água e Ocupação Morro do Carrapato) os diálogos e as respostas obtidas com as pessoas

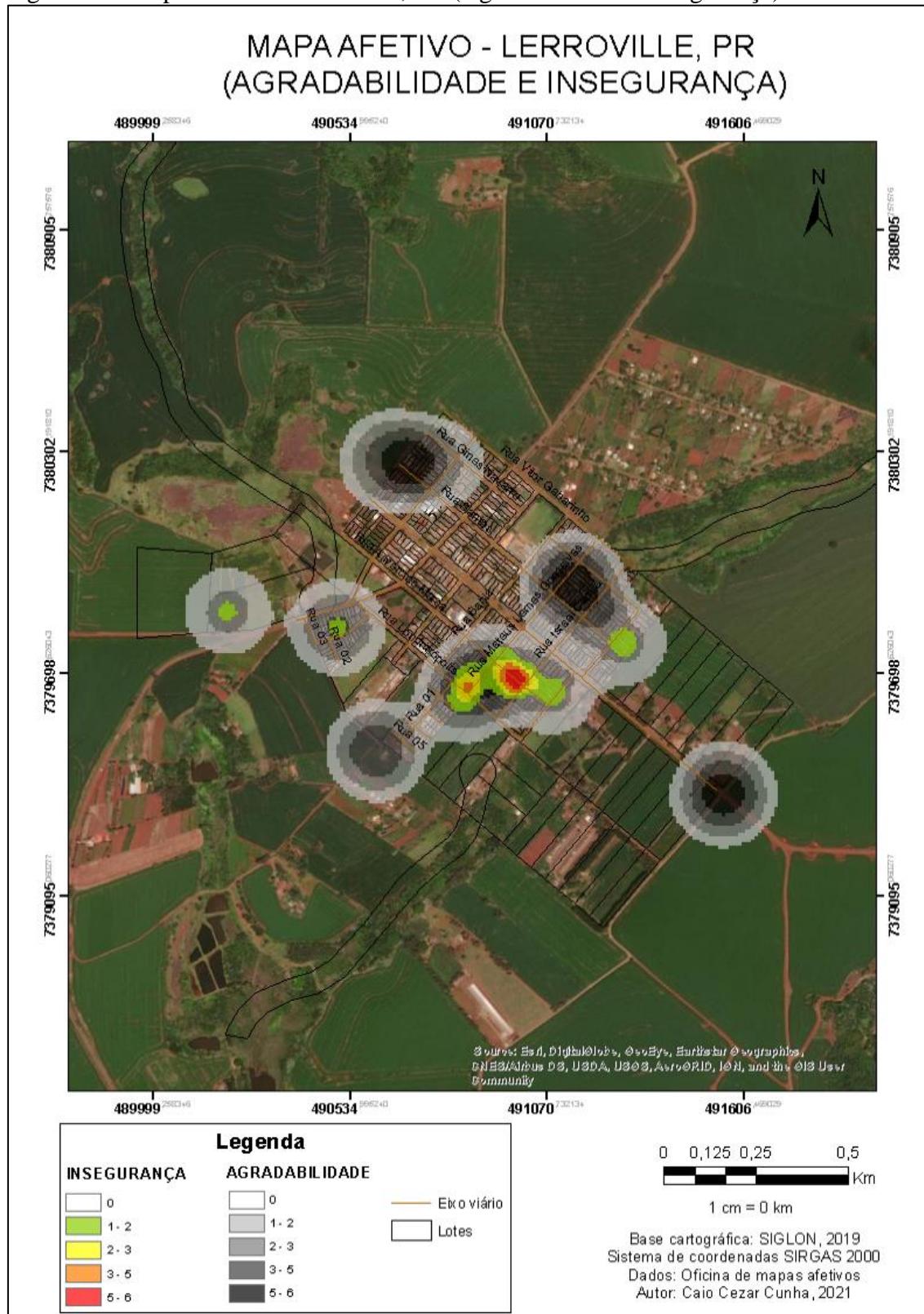
dessas localidades demonstraram grande frequência na categoria Pertencimento, uma pequena parte em Agradabilidade e em seguida Contraste e Insegurança.

Compreendemos a particularidade do aparecimento da categoria Pertencimento nestas áreas de ocupação urbana pelo histórico de conquista da habitação, mesmo que precária, os sentimentos são sempre nomeados de “conquista”, “amor”, “paz”, “companheirismo”, “união” palavras que só aparecem vinculados às áreas de ocupações. Esses sentimentos demonstram similaridade com o que notamos no contexto rural como um todo, porém, com maior amplitude e julgamos poder dividir essa categoria em duas situações: Pertencimento = qualidade de vida (no caso rural); Pertencimento = moradores de ocupações.

No rural, a Agradabilidade é a categoria que mais se destacou, e isso se relaciona, segundo nossos resultados, mais com a qualidade de vida, ou seja, com a ausência da Insegurança do que com o aparecimento de Pertencimento como na situação do CRAS Leste. Neste caso, uma parcela da frequência de Pertencimento também surgiu das pessoas moradoras de ocupações rurais, como no exemplo já citado do participante número 13 de Lerroville (26 anos, F, sempre morou no Distrito): “Aqui é uma ocupação para conseguir uma casinha para ser minha”. Nossos resultados demonstram que o apego ao lugar e identificação com suas qualidades, vem da maior parte por pessoas moradoras de ocupações urbanas, ocupações rurais e áreas regulares rurais, que neste caso, passa a se conectar com a categoria Agradabilidade relacionada à qualidade de vida e que podem ser confirmadas com a frequência de aparecimento das palavras ou pequenas frases como: “sossego” “esperança”, “gosto muito”, “alegria”, “calmaria”, “felicidade”, “prazer”. Vemos a frequência dessas categorias (Agradabilidade e Pertencimento) como estimas potencializadoras, consideramos o afeto agradável ao meio como um fator positivo e que desencadeia ações que promovem a mudança promissora aos espaços de vida.

A distinção entre Agradabilidade e Insegurança pode ser observada no mapa (Figura 38 - Mapa Afetivo - Lerroville, PR (Agradabilidade e Insegurança)) que confirma nossa análise onde Pertencimento, no contexto rural, acaba se conectando à categoria agradabilidade.

Figura 38 - Mapa Afetivo - Lerroville, PR (Agradabilidade e Insegurança)



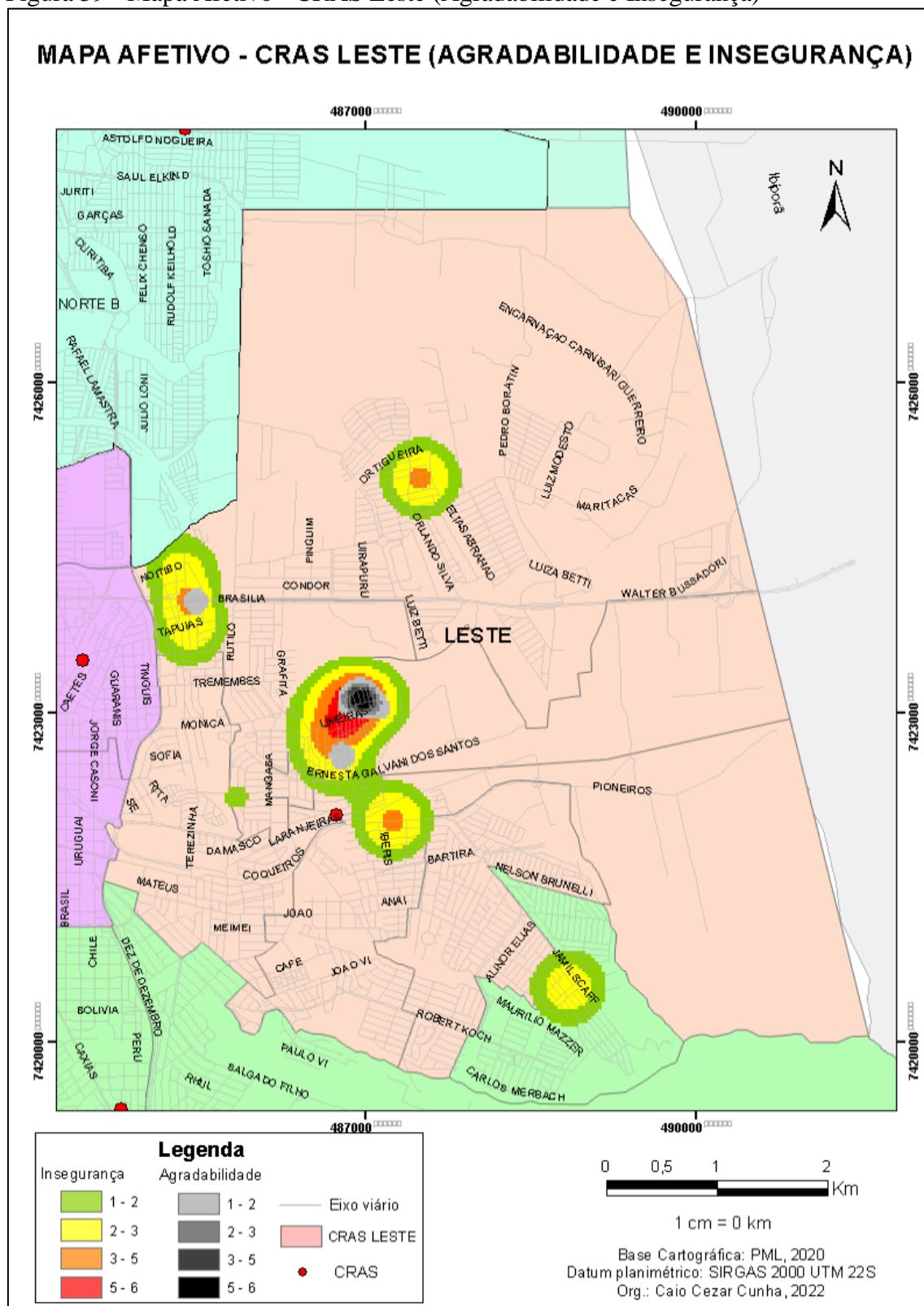
Fonte: Cunha, 2022

Podemos notar que as áreas de Insegurança se encontram mais ao centro da pequena malha urbana do Distrito e que se assemelham com a Insegurança constatada no CRAS Leste, porém numa amplitude diferente. A Agradabilidade, se conecta em diversos casos às manifestações afetivas positivas ao ambiente de vida, mas também aos locais de ocupações (margens da malha urbana do mapa) que são transportadas juntamente com as estimas potencializadoras de Pertencimento.

Observamos a maior frequência da categoria Insegurança nas representações temáticas da área urbana de Londrina no território do CRAS Leste e em sua grande maioria, de pessoas que vivem no entorno de ocupações ou em locais precários, possuem casas em áreas regularizadas, mas não dispõe (ou tem dificuldades) de acessar condições melhores de vida e mínimos sociais. A frequência de 39,5% respostas que remetem a categoria de Insegurança nos apresenta um fator de risco, a frequência de palavras que faziam relação a esta categoria apresenta expressões como “violência”, “estupro”, “roubo”, “medo” e diversas outras palavras com teor preocupante de se visualizar em realidade. Alguns relatos ouvidos nas atividades do CRAS Leste que se deram no formato entrevista, materializam a gravidade da situação em que se encontram alguns dos moradores desta região. O relato de uma entrevistada número 7 (70 anos, F, mora a 52 anos) apresenta um recorte de situação de violência: “os vizinhos estavam gritando porque um homem estava batendo na minha vizinha e ninguém podia fazer nada nem avisar a polícia porque a polícia não entra ali”. Esse e outros relatos demonstram a gravidade de algumas situações em que o serviço público, em casos como esse, acaba servindo como prestador de serviços pós-tragédia. A mesma moradora do relato mencionado, dizia ter muito orgulho de morar nesta área, construiu sua casa e vive no mesmo local a tanto tempo que não se imagina em outro lugar. Outra moradora número 8 (49, F, mora a 4 anos) relata que “aqui é muito bom, tem a turma que coloca as ordem, se você não mexer com eles, eles não mexe com você”. O relato da entrevistada número 7 e 8 indica Insegurança, mas também Contraste, essa categoria teve um alto índice de frequência nos dois territórios e neste último caso relatado, se utiliza de uma segurança paralela (além do Estado) para se contrastar, muito possível de alguma organização interna que mantém o controle da região e confirma a fala do relato da entrevistada número 7 “porque a polícia não entra ali”.

No mapa com informações sobrepostas (Figura 44) podemos avaliar as frequências cartografadas entre Agradabilidade e Insegurança encontradas no CRAS Leste.

Figura 39 - Mapa Afetivo - CRAS Leste (Agradabilidade e Insegurança)



Fonte: Cunha, 2022

Notamos que a categoria Insegurança aparece em diversas áreas e em grandes quantidades devido ao aparecimento das manifestações de afetos negativos ao território como já exploramos anteriormente. Todo tipo de instabilidade financeira e/ou emocional é apresentada nessa categoria, por esse motivo observamos o maior índice constatados em nossas representações. A Agradabilidade, em sua pequena frequência, é observada ao centro do território onde encontramos as ocupações (Ocupação Rua Pingo D'água e Ocupação Morro do Carrapato). Não tivemos nenhuma manifestação afetiva agradável do restante do território o que nos leva a compreender um fator de risco elevado e uma estima despotencializadora aos sentimentos relacionados a esses locais.

A Insegurança se destacou no CRAS Leste por questões já conhecidas em diversos cenários de periferias brasileiras. Muitas vezes o Estado não dá conta do contingente dessas áreas, por serem grandes, difíceis de entrar e consequentemente, complexas de compreender. Nossa análise teve o intuito de destacar essas áreas, mostrar a abrangência dos fenômenos e indicar, de maneira segura aos participantes, onde eles acontecem. Essa indicação é delicada e necessita ser discutida e utilizada pelo serviço público de maneira estratégica, respeitando as lógicas já existentes em cada contexto. Essas informações, podem ser cruzadas em outros âmbitos com informações de institutos de pesquisa, sistemas próprios e servir a outras Secretarias para avaliar estruturação da presença de serviços de acordo com cada disponibilidade física relacionada a demanda da população.

Trabalhando de maneira colaborada com a sociedade, utilizando todos os recursos que o Estado provém, é possível compreender melhor a dinâmica dos espaços de vida das pessoas, e talvez futuramente, alcançar resultados mais positivos e potencializadores que geram autonomia e respeito às dinâmicas específicas de cada território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem o objetivo de apontar conclusões definitivas a respeito de todos os temas abordados por nós ao longo desta pesquisa, podemos sintetizar algumas ideias em torno do que procuramos desenvolver e alguns pontos que consideramos relevantes para dar continuidade a essa forma de investigação.

Confirmamos que a desigualdade social é um fenômeno identificável espacialmente e ocorre segundo a própria produção do espaço em suas territorialidades, reproduzindo a discrepância e contrastes dos contextos espaciais. Pensar o território e suas fragilidades no sentido das políticas públicas de Assistência Social implica em atentar às diversas dimensões que reduzem os sujeitos a simples receptores, perdendo toda potência que ele possa vir a oferecer para subsidiar a gestão e realizar as tomadas de decisão. Por esse motivo, entendemos que essas pautas devem constar nas agendas de pesquisa de serviço social, psicologia e geografia, entre outras áreas que nos permitam elaborar abordagens multidimensionais.

A discussão de território, *práxis* e desenvolvimento territorial, bem como a instrumentalização deles por meio de medidas de extensão interdisciplinar e cooperada com setores públicos é urgente nas grades da graduação e pós-graduação no país, pois vemos essas medidas como uma alavanca na produção de conhecimento e ciência aplicada em contextos reais, o que gera aprimoramento das técnicas e atualização cultural e operacional das esferas públicas como um todo.

Entendemos que as pesquisas científicas devem incorporar a participação popular e estar integrada com as organizações populares a fim de considerar os sujeitos mais do que beneficiários passivos de seus resultados, mas como as mulheres e os homens cuja participação efetiva e crítica atribui maior sentido a essas investigações. A pesquisa não é popular porque os pesquisados participam, mas porque a própria pesquisa se projeta e desdobra por meio da participação dessas pessoas no que objetiva despertar ferramentas mais subjetivas e sensíveis às particularidades da população.

A cartografia popular desenvolvida aqui não é finalística, pois a pesquisa e ação pressupõe uma articulação constante nos contextos sociais pesquisados para se fazer presente e estar em sintonia com as demandas da população. Sendo assim, é impossível negar o sentido político, e não somente técnico, do mapeamento afetivo dos territórios – como qualquer outro mapeamento. O mapa não é apenas um repositório de dados, é um instrumento político e sua utilização pode ter fins diversos, voltados tanto para a dominação vertical – de cima para baixo

–, quanto na horizontal, pautadas em ações ativistas que atuam na garantia e promoção dos direitos.

Podemos constatar que nossa tese concretiza caminhos metodológicos que resultaram outras ferramentas de compreender os territórios de vida por meio das expressões singulares do conhecimento popular que procuramos investigar e, com isso, possibilitamos meios de transportar a subjetividade dessas informações em mapeamentos e categorizações que viabilizaram a visualização mais tangível do órgão gestor responsável. Isso possibilita uma melhor compreensão da heterogeneidade dos territórios por meio das falas de seus próprios produtores, buscando revelar seu protagonismo e conquistar aos poucos a emancipação. Nossos resultados podem ser utilizados para facilitar a compreensão dos contextos de vida pela gestão dos órgãos públicos e abrem outras possibilidades de investigação com a cartografia social.

A política pública é um instrumento capaz de mudar o cenário desagradável que presenciamos cotidianamente em nosso país. Mesmo sendo um desafio se apropriar de novas ferramentas que complementam e auxiliam a leitura territorial, é urgente incorporarmos novas metodologias. A política pública de Assistência Social, agindo de modo estratégico e em conjunto com a população, pode alcançar materiais de alta relevância e que pautam em resultados mais condizentes com a realidade de seu público, contraindo formas complementares de pesquisa no que se refere ao levantamento de dados e novas formas de ação, pautados num fluxo contínuo de gerar informações mais dinâmicas e concretas de seus territórios e localidades específicas. É com essa questão que acreditamos no poder das políticas sociais e nas ferramentas que dela podem surgir, pois existem métodos a serem explorados e que podem viabilizar uma reforma social que, além de elevar, possibilita a expressão dos desassistidos, subalternos e invisíveis.

A presente pesquisa objetivou abrir a oportunidade de manipulação dos dados e informações territoriais para complementar os diagnósticos já realizados pela Assistência Social. Essa nova possibilidade procurou gerar informações mais subjetivas e qualitativas da população por meio de suas próprias manifestações afetivas em relação ao seu território. A ferramenta de desvelar os afetos sociais objetivou agregar o fator localização para compreender não apenas o perfil da população, mas saber a abrangência e onde essas expressões estão ocorrendo com a finalidade de compor os diagnósticos socioterritoriais realizados pelos serviços sociais regulados por Lei e um dos principais instrumentos produzidos pela Vigilância Socioassistencial.

Compreendemos que o instrumento i utilizado deflagrou a representação dos sujeitos e permitiu a construção de mapas afetivos agregados ao fator localização. Criou interações do

investigador com os profissionais responsáveis pelos serviços e com a população pesquisada, que serviu para subsidiar as análises e interpretações dos campos trabalhados. As representações cartográficas alcançadas puderam mostrar elementos que antes não conseguíamos visualizar, as representações espaciais pautadas em dados qualitativos e que mensuram os afetos da população puderam abrir uma nova oportunidade de manipulação dos dados cartográficos e servir para aprofundar interpretações socioespaciais. Quando utilizada a metodologia apresentada e confrontados os dados de diferentes territórios entre si, demonstra diversas possibilidades e cenários de análise. Quando confrontados com informações objetivas de institutos de pesquisa ou de tabelas e sistemas próprios, cria possibilidades de avaliação da efetividade dos serviços já presentes nos territórios, bem como suas características e tipologia dos atendimentos.

Por fim, podemos relacionar essas conquistas como o princípio de uma nova etapa – considerando o histórico de pesquisas na Assistência Social – na elaboração de ferramentas e na obtenção de dados quanti-qualitativos subsidiados por instrumentos estruturados de pesquisa. Com essa noção de continuidade e aperfeiçoamento, não só dos sistemas de informação, mas da valorização do trabalho do profissional e do reconhecimento da população como detentora do conhecimento de causa, compreendemos a necessidade de aprimorar e expandir essas técnicas que nos enuncia a perspectiva de compreensão mais real dos contextos de vida.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento.** Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- ALVES, Jolinda de Moraes. **História da Assistência Social aos pobres em Londrina: 1940 – 1980 / Jolinda de Moraes Alves.** Assis, 2002. 544f.: il
- ARENKT, H. **Da violência.** Brasília: UNB, 1985.
- ARROYO, M. M. **A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano.** In: CARLOS, Ana Fani (Org.). *Ensaios de geografia contemporânea* – Milton Santos: obra revisitada. SP: Hucitec, 1996. p.55-62.
- ANDRADE, M. O metodologismo e desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro: 1946 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.
- BARDAGI, M. P.; BOFF, R. Autoconceito, autoeficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes. **Avaliação**, v. 15, n. 1, p. 41-56, 2010.
- BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo.** Fortaleza: UFC, 2010.
- BOMFIM, Z. A. C. et al. Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da Psicologia Ambiental e Social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In: COLAÇO, V. F. R.; CORDEIRO, A. C. F. (Org.). **Adolescência e juventude: conhecer para proteger.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 317-341.
- BOMFIM, Z. A. C. et al. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: MIRA, R. G.; DUMITRU, A. (Ed.). **Urban Sustainability:** innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. Coruña: Institute of Psychosocial Studies and Research “Xoan Vicente Viqueira”, 2014. p. 131-148.
- BOURDIEU, Pierre, **Razões práticas sobre a teoria da ação/** Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Corrêa - Campinas, SP: Papirus, 1996
- BOSCARI, M. SILVA, F. **A trajetória da assistência social até se efetivar como política pública /** RIES, Caçador, v.4, n.1, p. 108-127, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Orientações técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. Ed. – Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), **Norma Operacional Básica NOB-SUAS**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL, **Curso de atualização em vigilância sociassistencial do SUAS**. – Brasília, DF: MDSA, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BUARQUE, C. **Uma Ideia de Universidade**, Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986

BUARQUE, C. **Na fronteira do futuro: (o projeto UnB)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

BUARQUE, C. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. Colaboração de Aldo Paviani [et al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicâncias de politicas para Latinoamerica a inícios Del siglo XXI. **Seminário Internacional “Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social em América Latina y el Caribe”**. Comisión Econômica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago de Chile, 20 y 21 de junio de 2001.

CASTRO, I. E. **O problema da escala**. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.117-40.

CAPELLA. Ana Claudia. **Formulação de políticas públicas** / Brasília : Enap, 2018

CIGOLINI, A. A.) Território e criação de municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço. **RA TE GA 25**, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR p. 111-133. 2012

CUNHA, Caio Cezar. **Proposta de readequação da abrangência territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Londrina-PR. 2014**. 39 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

CUNHA, C. C.; MUSTAFA, S. Breve histórico da evolução do sistema de informações geográficas na política de Assistência Social. In: **I Congresso Internacional De Política Social E Serviço Social: Desafios Contemporâneos, II Seminário de Território E Gestão De Políticas Sociais E I Congresso De Direito À Cidade E Justiça Ambiental**, 2015, p. 1-12.

CUNHA, C. C.; MUSTAFA, S.; ALVES, J. M. Potencialidades da Leitura Territorial Através Da Vigilância Socioassistencial. In: **1º Colóquio Internacional de Políticas Sociais - Multiterritorialidades e os desafios para a gestão da proteção social**, 2016, João Pessoal, PB. 1º Colóquio Internacional de Políticas Sociais - Multiterritorialidades e os desafios para a gestão da proteção social, 2016, p. 59 - 71

CUNHA, C. C.; ANTONELLO, I. T. Território: Uma estratégia às políticas sociais. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, 2020a. 1-15 p.

CUNHA, C. C.; ANTONELLO, I. T. O lugar da Vigilância Socioassistencial na trajetória da política de Assistência Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, V. 23, N.1, p 41-58. Jul./set.,2020b

CUNHA, Caio Cezar. **Vigilância socioassistencial e informação geográfica no município de Londrina - PR**. 2018. 115 p. Dissertação – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

DU BOIS, W. E. B. (1904) **The Souls of the Black Folk** (Nova Iorque: Vintage Books). 1970.

DEMATTÉIS, Giuseppe. **Le metafore della terra. La geografia umana tra mito e scienza**. Milano: Feltrinelli, 1985.

DEMATTÉIS, Giuseppe. **Possibilità e limiti dello sviluppo locale, Sviluppo locale**, I, I, Firenze, 1994, p. 10 -30.

DEMATTÉIS, Giuseppe. **Progetto implícito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio**. Milano: Angeli, 1995.

DEMATTÉIS, Giuseppe. Zeus, le ossa del bue e la verità degli aranci. Biforazioni geografiche, **Rivista dell'Associazione Italiana Insegnanti di Geografia**, anno LIII, serie VIII, n.3-4, 2008.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 1\$ ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1999.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética de la liberación latino-americana**. México, siglo XXI editores, Ed, 2014 [1973].

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. Tese de Doutorado em Economia. Campinas, SP: IE/ UNICAMP, 2005.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de como investigar la realidad para transformala. **Sirnposio Internacional de Cartagena**, vol. I, pp. 209-249, 1978.

FALS BORDA, Orlando. **Investigacion participativa y praxis rural: nuevos conceptos en educación y desarrollo comunal**. Mosca azul editores, 1981.

FALS BORDA, O. **Conocimiento y poder popular: Lecciones con campesinos de Nicaragua**, México, Colombia. Bogotá: Punta de Lanza; Siglo xxi Editores. 1985.

FERNANDES. Antonio S. A. “Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social”. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus,, 2007., 1-13.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Tradução Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008 [1984.]

FURLANI, D. D.; BOMFIM, Z. A. C. Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos **Psicologia & Sociedade**, 22 (1): 50-59, 2010.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 3^a.ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GERMANO, I. P. Pontos de Vista, Metáforas, Ironias e as Transformações da Imaginação Sociológica. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, v. 19, n 1-2, jan/dez, 2001.

GOTTMANN, Jean. **The significance of the territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade** [online]. 2004, v. 13, n. 2 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dGnqs6Q5RZbKgTNn54RRBNG/?lang=pt#ModalArticles>> Acessado em 13/07/2021.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. Dossiê Saberes Subalternos. Contemporânea, **Revista de Sociologia da UFSCar**, v.2, 2012.

HEGEL, Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: USF, 2002.

JAGUARIBE, Hélio et al. Brasil 2000: **Para um novo pacto social**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KAWAMOTO, M. T. **Análise de técnicas de distribuição espacial com padrões pontuais e aplicação a dados de acidentes de trânsito e a dados de dengue de Rio Claro–SP**. 69 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Botucatu: Botucatu, SP, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toribio. 7. ed. 250 p. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOGA, Dirce. **Medidas das Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: CORTEZ, 2003.

KOGA, Dirce. Sentidos territoriais e os trabalhadores da Política de Assistência Social: Dinâmicas e Práticas entre chãos e gestão. In: RIZZOTTI, Maria Lúiza Amaral; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; PASTOR, Márcia (organizadora). **Gestão de políticas sociais: território usado, intersetorialidade e participação** – Londrina: Eduel, 2017, p. 176 – 202.

KROPOTKIN, P. **Fields, factories and workshops**. 2002 [1898].

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução** / Piotr Kropotkin; tradução Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LAKOFF, G. **Metáforas de la vida cotidiana**. Madri: Catedra, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar. **Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência**. Mimeo. São Paulo, s.d.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Grupo "As (im) possibilidades dourbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original:La production de l'espace. 4^a ed. Paris: Editions Anthropos, 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Pontes, 1997.

LOWI, Theodor. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**, World Politics, 16: 677-715. 1964.

LURIA, Alexander Romanovich. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MALDONADO- -TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: Santiago CASTRO -GÓMEZ; Ramón GROSFOGUEL (orgs.). **El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana–Siglo del Hombre, 2007, pp.127-67.

MARIN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, 2009.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: **Boitempo** Editorial, 2013.

MARX, K. **A miséria da filosofia.** / Karl Marx ; tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2005.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MILWARD-DE-AZEVEDO, Julianne Alvim. Seguridade Social no Brasil: um exame de sua reconfiguração pós Constituição de 1988 até o segundo governo FHC. 2011. 25p Morais, H. A. de. **Revista Brasileira de Geografia Física** v.11, n.01 (2018) 206-222.

MOURA, A. C. M. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano/** Ana clara Mourão Moura. – Belo Horizonte: Ed. da autora, 2003.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** PARANÁ, Conceitos da vigilância socioassistencial. Coordenação da Gestão do SUAS. Nº 01, Curitiba, Paraná, 2014.

PASSOS, I.C., CÔRTES, S.V. **Assistência Social no Brasil durante a ditadura militar: benefícios e beneficiários.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, 2005.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no **Diário Oficial da União** – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

OLIVEIRA, N. A. S. A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de Mapas Mentais, **Revista eletrônica mestrado Educação Ambiental**, v.16, jan/jun, 2006.

QUAINI, Massimo. Riflessioni post-marxiste sul fantasma di geografia democrática. In: DANSERO, E.; DI MEGLIO, G.; DONINI, E. e GOVERNA, F. (Org.). **Geografia, società, politica: la ricerca in geografia come impegno sociale**. Milano: Franco Angeli, 2007. p. 241 - 254

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Revista Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992 RJ: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Ana Clara. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano, In.: Poggiese, Héctor y Egler, Tamara Tania Cohen (org.) **Otro desarrollo urbano : ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. p. 147-156. Disponível: <em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf>>

RIBEIRO, Ana Clara. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: por uma carografia da ação. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 08, n.1 pgs. 03-12. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Repères pour une théorie de la territorialité humaine**. In: Réseaux Territoriaux. Caen: Paradigme, 1988. p. 263-279.

ROGERS, Carl. **Tornar - Se Pessoa**. [S.l.]: Martins Fontes, 1961.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Crises da universidade e responsabilidade social. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 211–226, 2016. DOI: 10.22348/riesup.v1i2.7434. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650531>. Acesso em: 05de mar. 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do discurso único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, J. S. **"Questão Social": Particularidades no Brasil**. Brasil: Cortez Editora, 2017.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2001.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial** / Marcos Aurélio Saquet. – 2.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial** / Marcos Aurélio Saquet. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos. **O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento**. IGepec, Toledo v.23, p. 25-39, 2019a.

SAQUET, Marcos. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de janeiro: Consequência, 2019b.

SAWAIA, Bader, B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, Maria Amalia F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5ª ed . São Paulo: Cortez; Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais PUC SP, 2010. p. 39- 50.

SAWAIA, Bader, B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade, Online** v. 21,n. 3. p. 364 –372, 2009.

SOUZA, C. L. **Cognição ambiental e as relações: mapas cognitivos, Ambiente Construído & APO**. Textos do laboratório de Psicologia Ambiental, 1995, vol 4, nº 8. Instituto de Psicologia/ Universidade de Brasília.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51). 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16. 2006.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In. HOCGMAN, G. ARRETCHE, M., and MARQUES, E., orgs. **Políticas públicas no Brasil** [online] Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, 398 p.

SOUZA, Marcelle, D. A consolidação da política de assistência social em Londrina-PR. **Serviço Social em Revista**. Universidade Estadual de Londrina, v.8, n.2, 2006.

SOUZA, Marcelo L. de. **Por uma geografia libertária/** Marcelo Lopes de Souza. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 504p.

SOUSA Jr, J. G. et al. **O Direito Achado na Rua Introdução crítica ao direito urbanístico** [recurso eletrônico] / organizadoras e organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.]. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019. 49 6 p. – (O direito achado na rua ; ed.9).

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Epistemologias do sul.** Org Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – CES, Coimbra, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SPINOZA, B. **Ética.** Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 9º. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 112 p.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** 3º. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.

SPOSATI, A. de O. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Ministério de desenvolvimento social e combate à fome (MDS) e organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Brasília (DF), 2009.

TOURAIN, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes. 1994

TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1990.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALSH, Catherine, y "¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales." **Nómadas** (Col) , no. 26 (2007):102-113. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241011>> Acesso em 25 de agosto de 2021.

YASBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 77, 2004, p.11-29.

ANEXOS:

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

O TERRITÓRIO E A CIÊNCIA POPULAR COMO PRESSUPOSTOS PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa O território e a ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas sociais. A ser realizada em Londrina – PR. O objetivo da pesquisa é compreender as práticas da ciência popular afim de levantar suas características para alcançar métodos de tradução das ações identitárias dos indivíduos para a gestão dos serviços públicos. Desta forma, o estudo visa elaborar um método para que as políticas sociais possam desempenhar seu papel auxiliado por informações que vão além de institutos de pesquisa e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos.

Sua participação é muito importante, caso aceite, ela se dará da seguinte forma:

Inicialmente será solicitado um desenho que represente a forma como observa o lugar onde mora. Posteriormente sugerimos que sejam escritas palavras sínteses para resumir ainda mais os sentimentos sobre seu lugar de moradia, depois serão feitas algumas perguntas como: “caso alguém lhe perguntasse o que pensa sobre o lugar em que mora, o que diria?”, como também: “se tivesse que fazer uma comparação do lugar, com o que compararia?”. Seguimos com algumas perguntas de identificação, como idade, gênero, ambiente em que mora (rural e urbano).

Lembramos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o (a) senhor (a): recusar a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também que todas as informações geradas após as atividades serão armazenadas e utilizadas somente para os fins desta pesquisa e trabalhos futuros relacionados a ela como artigos em periódicos e eventos, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade em conformidade ao disposto na Resolução 510/2016, Cap. VI, Art 28, item IV, findado o prazo todo o material será excluído.

Esclarecemos ainda, que o (a) senhor (a) não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão resarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Como resultados, esperamos compreender mesmo que brevemente, a realidade dos territórios de vivência da população, valorizar a fala, e dar a posição de protagonista na análise acerca desse processo. Criar um material que poderá ser utilizado de modelo piloto para a construção mais efetiva das políticas públicas, desenvolver material que possa ser útil também

para os usuários dos serviços da assistência social, empoderando e gerando autonomia para avaliar sua realidade de modo mais objetivo.

Após o término da pesquisa, os resultados sistematizados ficarão disponíveis nos CRAS que participaram da atividade.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar (Caio Cezar Cunha, Rodovia Celso Garcia Cid | PR 445 Km 380 | Campus Universitário (UEL) | CEP 86.057-970 | Londrina – PR, (43) 99107-1666, caioccunha89@gmail.com), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br. (Colegiado interdisciplinar e independente, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

Londrina, 23 de fev de 2021.

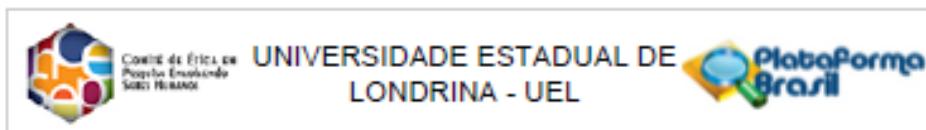
Pesquisador Responsável _____

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura: _____

Data: _____

ANEXO 2



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O território e a ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas sociais

Pesquisador: CAIO CEZAR CUNHA

Área Temática:

versão: 3

CAAE: 36920520.0.0000.5231

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Londrina - UEL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.273.934

Apresentação do Projeto:

O trabalho tem como título: "O território e a ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas sociais". Trata-se de projeto de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental do Departamento de Geociências, do pesquisador Caio Cezar Cunha sob a orientação da Profª. Drª. Ideni Terezinha Antonello.

O pesquisador destaca que a presente proposta tem como base o trabalho de conclusão de curso realizado no Município de Londrina, sob o título: "Proposta de readequação da abrangência territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Londrina-PR" no ano de 2014 e da dissertação de mestrado intitulada: "Vigilância Socioassistencial e Informação Geográfica no Município de Londrina – PR" defendida no ano de 2017.

O pesquisador afirma que "As políticas sociais no Brasil tiveram grande avanço após a Constituição Federal de 1988, o uso de novas tecnologias cartográficas incorporadas a métodos interdisciplinares, a alguns anos, tem facilitado o trabalho de compreensão das territorialidades e promovido o aprimoramento dos estudos das subjetividades". O projeto visa "apresentar os caminhos a serem percorridos nos próximos anos e com isso, expor o avanço da Assistência Social pós década de 90 e relacionar com a discussão sobre a cartografia social como uma metodologia que proporciona levantar as singularidades territoriais expressas pelos sujeitos que as vivenciam,

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

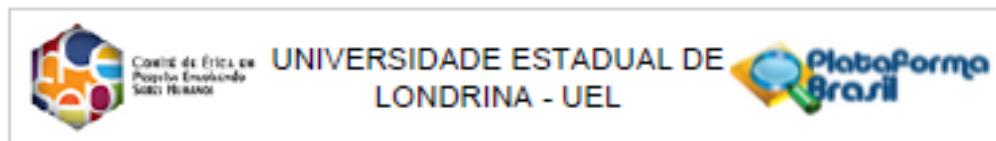
CEP: 86.057-070

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep298@uel.br



Continuação do Pássaro: 4.273.934

passando o protagonismo aos atores sociais a fim de promover o empoderamento e valorizar a diversidade dos territórios de vivência, fornecendo subsídios a gestão pública para efetuar tomadas de decisão pautadas em informações mais concisas com a realidade da população".

Metodologia:

O pesquisador afirma que trata de "Pesquisa de caráter experimental com objetivo de expor o avanço da Assistência Social pós década de 90 e relacionar com a discussão sobre a cartografia social como uma metodologia que proporciona levantar as singularidades territoriais expressas pelos sujeitos que as vivenciam, passando o protagonismo aos atores sociais a fim de promover o empoderamento e valorizar a diversidade dos territórios de vivência, fornecendo subsídios a gestão pública para efetuar tomadas de decisão pautadas em informações mais concisas com a realidade da população". O pesquisador afirma que: "Utilizando conceitos com maior aprofundamento A pesquisa visa cumprir as seguintes etapas metodológicas: Levantamento dos sistemas de informações geográficas sobre o município; Recorte territorial para verificar e analisar a aplicação de oficinas com técnicas de cartografia social; Reunião com coordenadores dos serviços que trabalham diretamente no serviço responsável pelos territórios de CRAS para que a execução seja acompanhada e elaborada de modo participativo; Aplicação das oficinas de cartografia social; Tabulação de informações territoriais para gerar representações cartográficas autoexplicativas e possíveis de confrontar com dados já existentes. O trabalho com a população requer métodos que sejam interessantes e integradores, por isso a necessidade de trabalhar com a autovalorização e o reconhecimento dos saberes individuais para que as demandas mais complexas sejam expressadas territorialmente pela a própria população".

Hipótese:

O saber popular expresso nos pressupostos da ciência popular pode proporcionar adentrar nas singularidades territoriais expressas pelos sujeitos que as vivenciam, passando o protagonismo aos atores sociais a fim de promover o empoderamento e valorizar a diversidade dos territórios de vivência.

Critérios de Inclusão: não foram apresentados.

Endereço: LABESC - Sala 14	CEP: 88.057-070
Bairro: Campus Universitário	
UF: PR	Município: LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455	E-mail: cep268@uel.br



Comitê de Ética da
Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 4.273.934

Critério de exclusão: não foram apresentados.

Desfecho Primário:

Sistematização dos dados da oficina com o propósito de oferecer maior visibilidade territorial a partir de dados não antes gerados.

Sobre o financiamento da pesquisa, o pesquisador indica que o financiamento é próprio.

Objetivo da Pesquisa:

Geral:

Apreender as práticas da ciência popular afim de levantar suas características para alcançar métodos de tradução das ações identitárias dos indivíduos para as esferas da gestão.

Específicos:

Aprofundar a discussão territorial nas políticas sociais com o objetivo de compreender características mais subjetivas amparado por conceitos de ciência popular bem como alcançar método de percepção das demandas territoriais para a esfera da gestão dos serviços da Assistência Social com técnicas da cartografia social a fim de fornecer subsídios a gestão para efetuar tomadas de decisão pautadas em dados mais concisos com a realidade da população.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No arquivo Informações Básicas do Projeto feito upload na Plataforma Brasil, o item Riscos e Benefícios foi apresentado da seguinte forma:

Riscos:

"Riscos de quebra de sigilo de documentos oficiais com informações gerais de natureza socioeconômica da população usuária dos serviços da assistência social e nas atividades, desconforto ou constrangimento ao responder perguntas direcionadas ao seu ambiente de vivência. Nesse cenário, o pesquisador se compromete a resguardar o sigilo de todas as informações prestadas e deixar claro todas as informações necessárias no Termo de

Endereço: LABESC - Sala 14

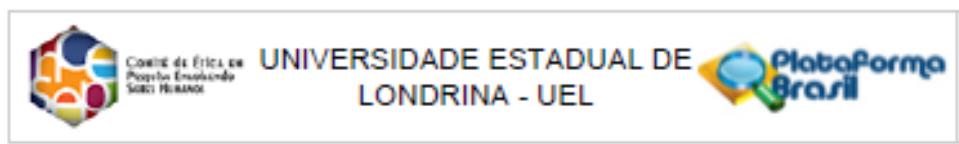
Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-070

UF: PR Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 4.273.934

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) bem como todos os riscos potenciais que envolvem a pesquisa científica, além de se comprometer a ampará-los".

Benefícios:

"Os benefícios esperados são de compreender a realidade dos territórios de vivência da população, valorizar o cidadão e dar a ele a posição de protagonista na análise acerca desse processo. Criar um material que poderá ser utilizado de modelo para a construção mais efetiva das políticas públicas, desenvolver material que possa ser útil também para os usuários dos serviços da assistência social, empoderando e gerando autonomia para avallar sua realidade de modo mais objetivo".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo relevante em que o pesquisador propõe uma continuidade ao tema anteriormente desenvolvida em estudos de Trabalho de Conclusão de Curso e em Mestrado, se apropriando dos resultados alcançados com a finalidade de realizar estudos mais aprofundados, envolvendo conceitos territoriais e de ciência popular, aplicados à cartografia social dentro da temática de gestão das políticas sociais.

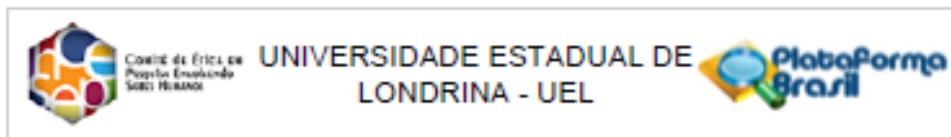
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Apresenta arquivo contendo FOLHA DE ROSTO, que foi preenchido com nome e assinatura da Professora Jeanl Delgado Paschoal Moura, do Departamento de Geociências e Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO-UEL;

- No arquivo INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO, o pesquisador apresenta os elementos fundamentais relativos à sua proposta de pesquisa (justificativa, objetivos, metodologia, bem como apresenta o Item riscos e benefícios (Item riscos deverá ser revisto) e cronograma;

- Apresenta arquivo intitulado TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para os participantes da pesquisa, o qual foi escrito em formato de convite, apresenta o objetivo da pesquisa, adverte sobre a participação voluntária e esclarece que o participante não pagará e não será remunerado por sua participação – no entanto, faltaram alguns elementos, sendo que este modelo de documento necessita de ajustes, conforme indicado no Lista de Pendências ou Inadequações;

Endereço: LABESC - Sala 14	CEP: 88.057-070
Bairro: Campus Universitário	
UF: PR	Município: LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455	E-mail: cep288@uel.br



Continuação do Parecer: 4.273.934

- Apresenta arquivo contendo o Projeto Completo/Brochura;
- Apresenta arquivo contendo Termo de Sigilo e Confidencialidade;
- Apresenta arquivo contendo Carta de Anuência/Declaração assinada pela responsável pela Gerência de Gestão da Informação da Secretaria de Assistência Social de Londrina;
- Apresenta arquivo contendo o Parecer Consustanciado relativo a submissão ao Comitê de Ética (CEP/UEL) segunda versão;
- Apresenta arquivo contendo Carta Resposta do Pesquisador.

Recomendações

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresentá-lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção;
- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

Endereço: LABESC - Sala 14

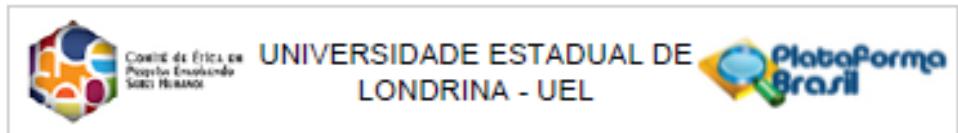
Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-070

UF: PR Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 4.273.934

- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico Integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, Interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_1594548.pdf	10/09/2020 23:48:55		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_DO_PESQUISADOR_2.docx	10/09/2020 23:46:58	CAIO CEZAR CUNHA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_4267525.pdf	10/09/2020 23:45:40	CAIO CEZAR CUNHA	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_prefeitura.pdf	10/09/2020 23:45:08	CAIO CEZAR CUNHA	Aceito
Outros	sigilo.pdf	10/09/2020 23:43:29	CAIO CEZAR CUNHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pre_Projeto_Doutorado.doc	05/09/2020 14:38:59	CAIO CEZAR CUNHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/09/2020 14:20:01	CAIO CEZAR CUNHA	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_assinado_atual.pdf	05/09/2020 14:17:34	CAIO CEZAR CUNHA	Aceito

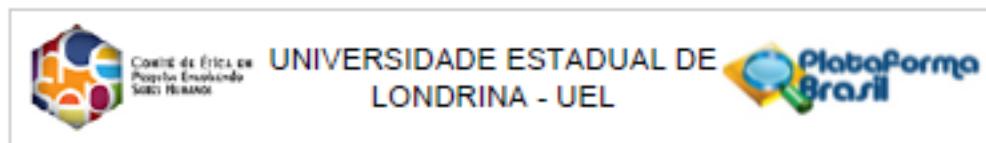
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: LABESC - Sala 14	CEP: 88.057-070
Bairro: Campus Universitário	
UF: PR	Município: LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455	E-mail: cep298@uel.br



Continuação do Parecer: 4.273.934

LONDrina, 14 de Setembro de 2020

Assinado por:

Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário
UF: PR Município: LONDrina
Telefone: (43)3371-5455 CEP: 86.057-070
E-mail: osp298@uel.br